

RELATÓRIO E CONTAS 2021

Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida S.A.

Índice

Órgãos Sociais.....	4
Enquadramento Macroeconómico	6
Evolução do Sector Segurador em Portugal.....	19
Atividade da Santander Totta Seguros em 2021	25
Proposta de Aplicação de Resultados	46
Perspetivas e Desafios para 2022	47
Considerações Finais	48
Informações Complementares.....	49
Demonstrações financeiras	50
Anexo às Demonstrações Financeiras	56
Certificação Legal de Contas.....	148
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	154
Relatório sobre a Estrutura e Práticas de Governo Societário	157
Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.....	162
Relatório de Avaliação da Política de Remuneração pelas Funções Chave.....	170
Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções Chave	172

Ex.mos Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2021.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral (triénio 2019-2021)

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Secretário	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Conselho de Administração (triénio 2019-2021)

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa ¹ Manuela Vieira Marinho ²
Vogais	Francisco del Cura Ayuso Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes ³ Armindo Alberto Bordalo Escalda ⁴

Conselho Fiscal (triénio 2021-2023)⁵

Presidente	Afonso Pereira Barbosa
Vogais	José António Nogueira Veloso Jorge Filipe Alves Gaspar
Suplente	José Duarte Assunção Dias ⁶

Revisor Oficial de Contas (triénio 2021-2023)⁷

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., lda. representada por Fernando Manuel Miguel Henriques

Secretário da Sociedade (triénio 2019-2021)

Efetivo	Raquel João Branquinho Nunes Garcia
---------	-------------------------------------

¹ Renunciou a 24 de janeiro de 2022

² Nomeada em 31 de janeiro de 2022 e autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 18 de janeiro de 2022 para o exercício transitório de funções para completar o mandato em curso 2019-2021

³ Renunciou a 27 de janeiro de 2021

⁴ Nomeado em 13 de outubro de 2021 e autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 28 de setembro de 2021

⁵ Nomeado em 26 de novembro de 2021 e autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 16 de novembro de 2021

⁶ Autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 15 de março de 2022

⁷ Nomeado em 20 de dezembro de 2021 e autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 7 de dezembro de 2021

Comissão de Vencimentos (triénio 2019-2021)

Presidente	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais	Sara Eusébio da Fonseca
	Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

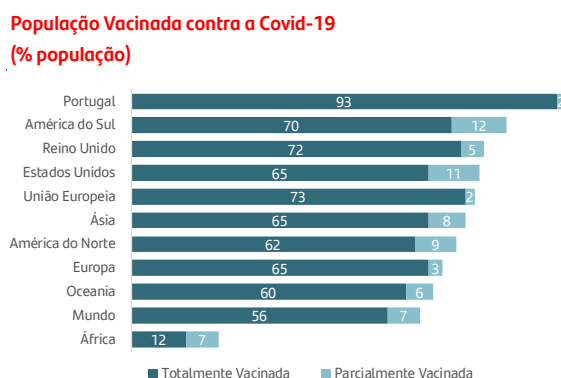
Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial terá recuperado, em 2021, com um crescimento de cerca de 5,9% face a 2020, o ano mais afetado pela pandemia da Covid-19 (quando registou uma contração de 3,1%).

O ano de 2021 fica marcado como sendo aquele em que o processo de vacinação se iniciou na maioria das economias desenvolvidas, o que permitiu diminuir o número quer de casos de hospitalizações por situação de doença severa, quer de mortes. No final de fevereiro de 2022, 63% da população mundial tinha sido vacinada, da qual 56% é considerada totalmente vacinada e 7% parcialmente vacinada.

Contudo, o processo de vacinação evoluiu a duas velocidades, com o bloco das economias mais desenvolvidas a concentrarem mais de 2/3 das doses inoculadas e, no extremo oposto, estão as economias mais pobres, nomeadamente as africanas onde a percentagem da população totalmente vacinada é de apenas 12%.



Fonte: Our World in Data

No conjunto das economias mais desenvolvidas, merece destacar a União Europeia, o Reino Unido e os Estados Unidos com as maiores percentagens de vacinação completa, de 73%, 72% e 65% respetivamente. A aceleração do processo vacinal foi fundamental para permitir o levantamento das restrições à mobilidade e à atividade económica, dinâmica que se acentuou a partir do 2T 2021, ou seja depois da 3.ª vaga pandémica no 1T 2021.

Contudo, no 1T 2021, o número crescente de novos casos de infeção exigiu a imposição de confinamentos, em especial nas economias avançadas, cujo impacto adverso no crescimento foi imediato, o que se traduziu num abrandamento do ritmo de recuperação. Os sinais económicos revelavam uma tendência positiva, mas heterogénea, entre setores e países, com os EUA, a China, a Índia e Rússia no grupo de economias com sinais de retoma mais fortes, e outros, como o Reino Unido, Japão e Brasil, com sinais de queda da atividade.

Esta dinâmica pandémica resultou em que, no conjunto do ano de 2021, a generalidade das economias tenha recuperado fortemente face a 2020, mas a dinâmica intra-anual evidenciasse maior volatilidade.

Crescimento Económico Mundial

	2020	2021	2022 P
Mundo	-3,1	5,9	4,4
Países Avançados	-4,5	5,0	3,9
EUA	-3,4	5,6	4,0
UEM	-6,4	5,3	3,9
Reino Unido	-9,4	7,2	4,7
Japão	-4,5	1,6	3,3
Países em Desenvolvimento	-2,0	6,5	4,8
África	-1,7	4,0	3,7
Ásia	-0,9	7,2	5,9
China	2,3	8,1	4,8
Europa de Leste	-1,8	6,5	3,5
Médio Oriente	-2,8	4,2	4,3
América Latina	-6,9	6,8	2,4
Brasil	-3,9	4,7	0,3

Fonte: FMI (janeiro de 2022)

Nos EUA, o PIB cresceu 5.6%, com um primeiro semestre dinâmico, mas um 3.º trimestre mais fraco, fruto da subida expressiva do número de infeções, com a atividade económica a retomar a tendência de recuperação no final do ano.

As famílias mantiveram uma procura forte por serviços e por bens duradouros, mas num contexto de oferta negativamente afetada pelos bloqueios na distribuição, decorrentes da pandemia. Mais recentemente, os tempos de entrega e os custos de transporte entre a China e os EUA começaram a reduzir-se, contribuindo para desbloquear a situação. Os níveis de *stocks* continuam abaixo do observado face ao período pré-pandémico, existindo potencial de crescimento da atividade económica em função de uma normalização do funcionamento das cadeias de distribuição globais. A taxa de inflação ascendeu aos 7%, no início de 2022, influenciada pela subida do preço da energia e dos alimentos, com a taxa de inflação subjacente (excluindo energia e alimentação) a superar os 5%. A pressão sobre os preços foi mais preponderante ao nível dos bens, fruto dos bloqueios nas cadeias de distribuição, tendo se refletido, embora de forma mais moderada, ao nível dos preços nos serviços.

Também no final de 2021, assistiu-se a um surgimento de pressões salariais, com o índice de custo do trabalho a indicar sinais de aceleração e de forma transversal a todos os setores de atividade.

Na China, apesar da recuperação face a 2020 (que reflete os efeitos de base da pandemia), a atividade económica desacelerou acentuadamente, ao longo de 2021, fruto de quebras no abastecimento de energia, da instabilidade no sector imobiliário residencial e do ressurgimento de novos casos de Covid-19. Os indicadores de confiança dos consumidores evidenciavam sinais contraditórios relativamente à evolução do consumo privado, enquanto ao nível da produção e do investimento o sentimento manteve-se refreado em consequência dos bloqueios nas cadeias de distribuição. A procura de energia permaneceu elevada, embora com algum abrandamento, suportadas por medidas públicas que visavam aumentar a produção através do recurso ao carvão

e reservas nacionais, na tentativa de diminuir a escalada de preços e assegurar a independência energética. A crise no sector imobiliário residencial, decorrente da empresa Evergrande apresentar problemas de liquidez e ser caracterizada, pelas agências de rating, como estando numa situação de incumprimento restrito, obrigando o governo chinês permitir que o banco central da China cortasse os requisitos de reserva de liquidez dos bancos expostos e permitindo uma maior capacidade de apoio de liquidez a todo o sector imobiliário.

No Japão, na dinâmica intra-anual, a economia desacelerou no 3T 2021, também fruto das restrições ao nível da distribuição de matérias-primas e da subida do número de infeções pela Covid-19. A retoma económica esteve, deste modo, muito ligada com as restrições à mobilidade, com a recuperação dependente da intensificação do processo de vacinação e de apoios governamentais. A taxa de inflação permaneceu em terreno negativo, durante a maior parte do ano, acelerando no final de 2021, fruto da subida dos preços da energia.

No Reino Unido, a tendência foi similar, com a atividade económica a permanecer moderada no final do ano, após um 3T 2021 inesperadamente mais fraco, resultado da combinação das restrições nas cadeias de distribuição e da falta de mão-de-obra, consequências do contexto pandémico e claramente amplificadas pelo Brexit. O consumo privado foi o principal motor do crescimento, mais visível nos momentos de redução das medidas de contenção. Por outro lado, o investimento continuou a evoluir a um ritmo fraco. No final de 2021, a economia ainda não tinha recuperado os níveis pré-pandemia.

Na Zona Euro, a recuperação anual também oculta uma forte volatilidade intra-anual. Depois da contração económica do 1T 2021 (-0,2% em cadeia), a diminuição do número de infeções foi permitindo a gradual abertura da atividade económica, reforçada pela intensificação do processo de vacinação, o que conduziu a um crescimento de 2,2% (também em cadeia) no 2T 2021, com o setor dos serviços a liderar a recuperação, à medida que as pessoas puderam voltar a frequentar lojas e restaurantes, assim como com o aumento do número de viagens e turismo. O setor industrial manteve-se a operar a bom ritmo, apesar das quebras e falta da matéria-prima e equipamentos, fruto da realocação dos fatores produtivos para o combate à pandemia, amplificado por uma forte recuperação da procura.

O surgimento da variante Ómicron do vírus do SARS-Cov2 (cuja capacidade de transmissão é considerada superior à da variante Delta, embora com características de perigosidade inferiores), e cuja velocidade de propagação se acentuou com a chegada do tempo mais frio ao longo do 4T 2021, dando origem à 5.ª vaga pandémica no conjunto da zona euro.

Ainda assim, a recuperação económica continuou sólida, apesar do impacto negativo momentâneo da 5.ª vaga, mas fruto do sucesso da vacinação foi possível evitar o encerramento de um conjunto de serviços e manter atividade económica, embora com diferenças entre os vários países.

A taxa de desemprego, na zona euro, manteve uma tendência descendente e o número de pessoas em regime de *layoff* caiu significativamente, comparativamente com o registado em 2020, suportando a melhoria do rendimento e consumo das famílias. Por outro lado, o número de pessoas

que compõem a força de trabalho e as horas trabalhadas continuam abaixo dos níveis pré-pandemia.

	PIB	Inflação
UEM	5,3	2,6
Alemanha	2,8	3,2
França	7,0	2,1
Espanha	5,0	3,0
Itália	6,5	1,9

Fonte: CE (fevereiro 2022)

A recuperação mais rápida da atividade económica, num contexto de restrições nas cadeias de distribuição globais, conduziu a um aumento da inflação, fruto da subida dos preços das matérias-primas, incluindo a energia, mas também ao nível dos serviços. A aceleração dos preços, foi mais visível no segundo semestre do ano, começando a captar a atenção dos bancos centrais.

A dinâmica inflacionista global esteve patente também nas projeções do Fundo Monetário Internacional que, no *World Economic Outlook* de janeiro 2022, estimava que a aceleração da taxa de inflação na segunda metade de 2021 se refletisse em subidas dos preços mais elevadas em 2022, superiores às observadas em 2021.

Na ótica do Fundo, o fator essencial é de que, na maioria das economias desenvolvidas, mantendo-se as expectativas de inflação ancoradas, a dissipação gradual da crise pandémica em 2022 contribuiria para uma normalização do funcionamento das cadeias de distribuição e assim como dos padrões de consumo entre bens e serviços, contribuindo para que as pressões inflacionistas se desvanecessem ao longo de 2022. As pressões nominais de subida dos salários mantiveram-se, na viragem do ano, controladas na maioria dos países desenvolvidos, com a exceção nos EUA, onde os baixos níveis de desemprego e um número elevado de trabalhadores indisponíveis para trabalhar já pressionavam uma subida estrutural dos salários.

A Reserva Federal dos EUA, que ao longo do ano foi adaptando o seu discurso à evolução da conjuntura económica, comunicou em dezembro de 2021 que iria acelerar o ritmo de diminuição da aquisição de ativos financeiros assim como que iria implementar um ciclo de subida de taxas de juro de referência ao longo de 2022.

Na Zona Euro, o Banco Central manteve uma política monetária acomodatória, através da utilização extraordinária de um programa de emergência pandémica de compra de ativos (PEPP) e da intensificação do programa de compra de ativos (APP). No âmbito do PEPP, o BCE anunciou pretender reduzir os volumes de aquisições líquidas de ativos a um ritmo inferior ao do trimestre anterior, descontinuando as mesmas no final de março de 2022. No entanto, propôs prolongar o horizonte de reinvestimento até, pelo menos, ao final de 2024, com intuito de evitar interferências ou provocar sinais de instabilidade financeira.

Em consonância com uma redução gradual das aquisições de ativos e para assegurar que a orientação da política monetária permanece coerente com a estabilização da inflação no objetivo

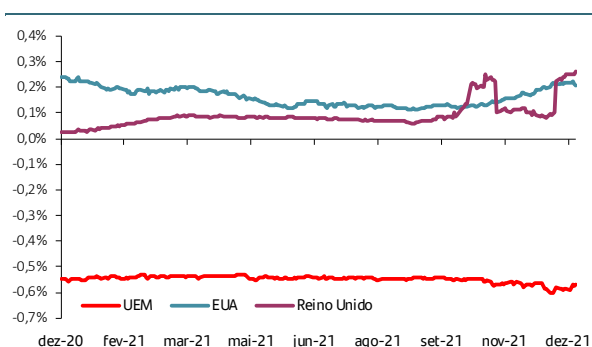
simétrico no médio prazo de 2%, o BCE estabeleceu um ritmo mensal de aquisições líquidas de 40 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2022 e de 30 mil milhões de euros no terceiro trimestre de 2022, ao abrigo do programa de compra de ativos. A partir de outubro de 2022, o BCE sinalizou manter as aquisições líquidas de ativos ao abrigo do APP num ritmo mensal de 20 mil milhões de euros, enquanto for necessário, para reforçar o impacto acomodatório das taxas de juro diretoras do BCE. Adicionalmente, o Conselho do BCE reforçou a mensagem de esperar que as aquisições líquidas cessem pouco antes de começar a aumentar as taxas de juro diretoras do BCE.

O desenvolvimento de pressões inflacionistas em muitas economias conduziu vários bancos centrais, tanto em economias em desenvolvimento, como em algumas economias avançadas a uma subida das taxas de juro de referência. Estas decisões de política monetária mais restritivas concorrem com a velocidade da retoma económica na tentativa de evitar uma subida sustentada dos preços e dos custos.

Em particular em economias como a dos EUA e do Reino Unido, onde a política monetária assumiu claramente um pendor menos expansionista, as taxas juro de curto prazo refletiram uma tendência de subida em dezembro de 2021, tendência que se prolongou em janeiro de 2022.

Na zona euro, em 2021, as taxas de juro de curto prazo permaneceram próximas dos mínimos, embora os prazos mais longos iniciassem uma subida nos últimos meses do ano.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

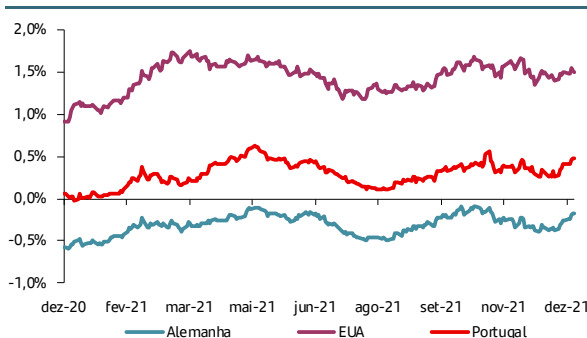
A atuação do Banco Central Europeu, ao longo do ano, e mesmo no final de 2021, quando a inflação ascendeu a 5%, esteve associada à sua visão – partilhada com a maioria dos bancos centrais – de que a inflação refletia fatores pontuais, relacionados com a subida do preço da energia e disrupções nas cadeias de distribuição decorrentes da pandemia, que deveriam dissipar no decurso de 2022.

Já em fevereiro de 2022, e apesar da ausência de sinais de pressões salariais (por seu lado, já visíveis nos EUA e Reino Unido), o BCE reforçou a sua vigilância sobre a evolução da inflação, ao considerar que esta iria permanecer elevada por um período mais prolongado, deixando em aberto todas as opções de atuação, em caso de necessidade.

Neste contexto de aceleração da inflação, as **taxas de juro de longo prazo** apresentaram um perfil evolutivo ascendente, acomodando a diminuição, anunciada ou executada, do ritmo de aquisição

líquida de ativos financeiros pelos bancos centrais. Na Zona Euro, ao longo do ano de 2021, o BCE procurou assegurar uma estabilidade das taxas de rendibilidade, enquanto as perspetivas de pressões inflacionistas conjugadas com uma política monetária menos expansionista por parte da Reserva Federal dos EUA se traduziram numa subida das taxas de juro longo prazo.

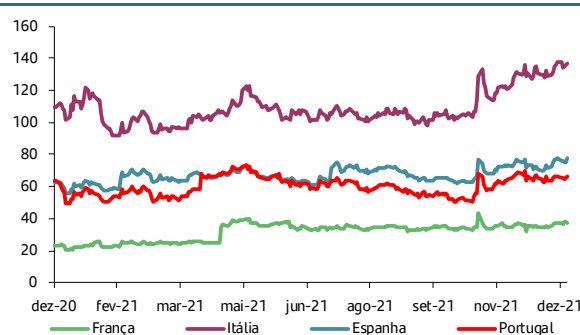
Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no final do ano de 2021, revelando uma alteração na perceção de risco dos investidores face a um potencial cenário de subida de taxas de juro na zona euro e suas implicações sobre o valor dos ativos, em particular sobre o das economias cujos rácios de endividamento são mais elevados.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

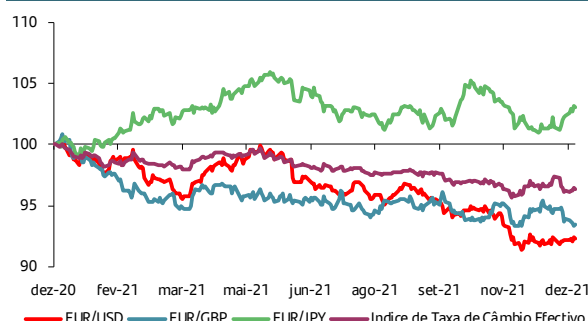
Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos acentuou a sua tendência ascendente, em especial após a reunião do BCE de 3 de fevereiro de 2022, tendo superado o nível de 1% do qual resultou num ligeiro alargamento do *spread* face à Alemanha, em cerca de 10 p.b., para 78 pontos base, acima dos níveis observados ao longo do ano de 2021. A última vez que a yield tinha atingido 1% foi em abril de 2017, mas o *spread* chegou a atingir 150 p.b., num contexto em que a política monetária não convencional procurava responder a persistentes baixas taxas de inflação subjacente apesar de o crescimento económico evoluir favoravelmente.

No **mercado cambial**, o euro tendeu a depreciar ao longo de 2021 face às principais divisas, refletindo a divergência entre a prossecução de uma política monetária expansionista por parte do BCE, enquanto que outros bancos centrais começavam a anunciar a redução ou mesmo reduzir os

estímulos, nomeadamente a Reserva Federal dos EUA e o Banco Central do Reino Unido. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,14 dólares, uma depreciação de cerca de 7%.

Principais Taxas de Câmbio

(Dez-2020 = 100)

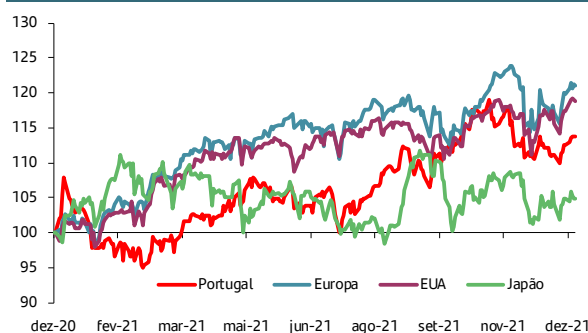


Fonte: BCE

A melhoria da situação pandémica contribuiu para uma valorização generalizada dos **mercados acionistas**, fruto de uma retoma económica mais rápida face ao esperado e suportada por políticas monetárias globalmente expansionistas. Os mercados norte-americano e europeu, no final do ano, registaram um crescimento de quase 20%, suportados pela velocidade de recuperação das principais economias desenvolvidas. Em Portugal, o PSI acompanhou a tendência europeia, beneficiando do otimismo associado ao sucesso do processo de vacinação e recuperação económica, tendo, no final de 2021, atingindo níveis máximos registados em 2018.

Mercados Acionistas

(Dez-20 = 100)

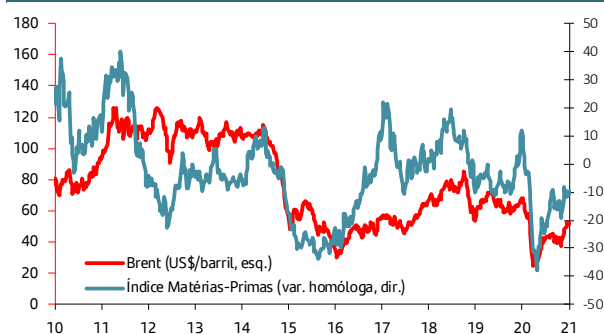


Fonte: Bloomberg

A crise pandémica contribuiu para uma valorização do **ouro** para níveis acima dos 1 800 dólares a onça. Apesar da recuperação económica, a incerteza face ao aparecimento de novas variantes do vírus, e aos riscos geopolíticos crescentes, nomeadamente entre a Rússia e os EUA, continuam a suportar preços estruturalmente mais elevados face ao período pré-pandemia.

O **petróleo** registou uma pronunciada apreciação, tendo o Brent recuperado dos mínimos em redor de 20 dólares/barril, em 2020, para 90 dólares/barril no início de 2022. A rápida recuperação económica, associada ao aumento dos custos relacionados com transição energética, são os principais motores do crescimento do preço do barril de petróleo.

**Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e
Índice de matérias-primas (variação homóloga)**



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

A recuperação da atividade económica em 2021 teve por base o sucesso do processo de vacinação, com a população a aderir de forma massiva, culminando em mais de 90% dos cidadãos com o plano vacinal completo. Apesar do aumento do número de casos ativos fruto da variante Ómicron, o número de pessoas com sintomas severos de doença e o número de óbitos eram, no final de 2021, inferiores em 70% ao registado no final de 2020.

Num contexto de pandemia gradualmente mais controlado, os diferentes sectores de atividade económica foram reabrindo e normalizando a suas operações, ainda que sujeitos a regras específicas e pontuais de mitigação da pandemia, como a utilização de máscara, obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19 para aceder a estabelecimentos lúdicos e de turismo, por exemplo.

No 4.º trimestre de 2021, o aumento do número de contágios pela variante Ómicron, obrigou as autoridades portuguesas a reativar um conjunto de medidas específicas para o período do Natal e Ano Novo, com o regresso ao teletrabalho obrigatório, encerramento de bares e discotecas, obrigatoriedade de teste negativo e a redução da lotação em estabelecimentos comerciais.

A economia portuguesa, em 2021, cresceu 4,9% em volume, o ritmo mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A economia iniciou o ano em contração, com um confinamento geral prolongado fruto da 3.ª vaga pandémica, e terminou com um confinamento parcial.

Dados Macroeconómicos

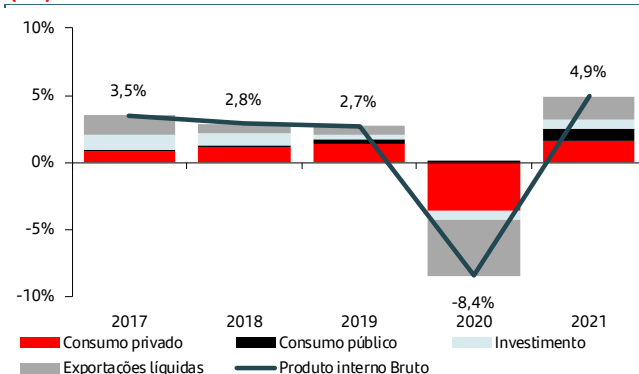
	2020	2021	2022 P
PIB	-8,4	4,9	5,1
Consumo Privado	-7,1	4,4	3,9
Consumo Público	0,4	5,0	4,6
Investimento	-5,7	7,2	12,3
Exportações	-18,6	13,0	17,7
Importações	-12,1	12,8	17,8
Inflação média	0,0	1,3	2,8
Desemprego	7,0	6,5	6,3
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,1	-4,2 (e)	-2,3
Dívida pública (% do PIB)	135,2	127,5	126,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	0,7	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento, após ter sido fortemente negativa em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)



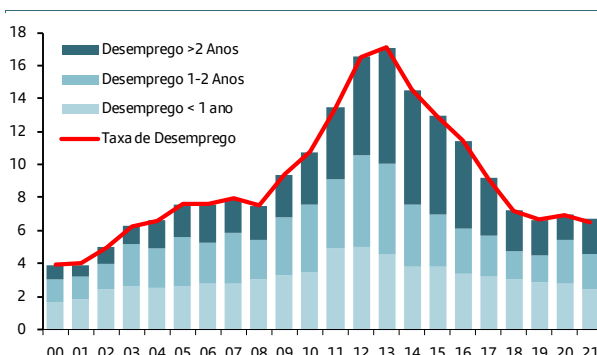
Fonte: INE

O **consumo privado** cresceu 4,4% em 2021, tendo alcançado, no 4.º trimestre de 2021, o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021 refletiu a recuperação das despesas em serviços, que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. O consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise, quando várias atividades estiveram encerradas.

A recuperação do consumo privado fluiu da tendência descendente da taxa de desemprego que, acompanhada por um aumento da população ativa, com consequente crescimento do emprego, contribuiu para um aumento do rendimento disponível nominal em redor de 6.6%. O rendimento disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

A taxa de poupança das famílias ascendeu a um máximo de 12.8% em 2020, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. Contudo, ao longo de 2021, a taxa de poupança reduziu-se moderadamente, à medida que os padrões de consumo foram retomados, em função dos graus de liberdade permitidos pelas restrições para travar a pandemia. Contudo, a taxa de poupança permaneceu acima dos níveis pré-pandemia.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

O **investimento** apresentou uma tendência de recuperação ao longo de 2021, após uma queda contida em 2020, por comparação com recessões anteriores. A dinâmica de investimento foi transversal ao setor público e privado, destacando-se o crescimento da componente pública, fruto do impacto dos fundos europeus, em especial do Plano de Recuperação e Resiliência e de investimentos estruturantes.

O Plano português de Recuperação e Resiliência foi aprovado pela Comissão e Conselho Europeus em julho, permitindo a Portugal receber de imediato uma primeira tranche de cerca de 2,2 mil milhões de euros (dos 16,6 mil milhões que compõem o envelope financeiro global, dos quais 13,9 mil milhões correspondentes a subvenções a fundo perdido). Acresceu a execução dos projetos finais do Portugal 2020.

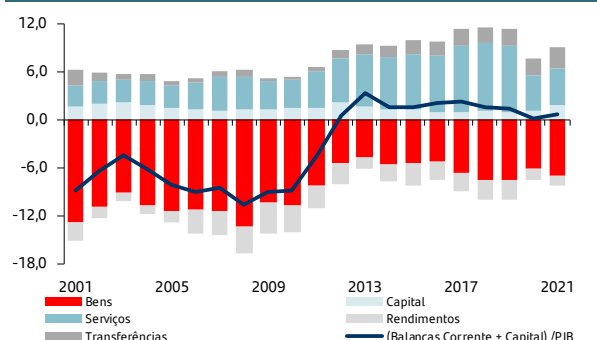
As **exportações** de bens e serviços cresceram 13% em 2021, caracterizando-se por uma recuperação diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios penalizaram as exportações de alguns setores, nomeadamente o setor automóvel.

O levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, permitiram que as exportações de serviços, em particular de turismo e transporte, recuperassem de forma progressiva, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. O agravamento da pandemia fruto da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021 implicou uma evolução mais contida dos fluxos de turismo, embora outubro e novembro tivessem registado níveis de atividade muito próximos dos de 2019.

As **importações** de bens cresceram em função da procura agregada, de forma sustentada, apesar das restrições nas cadeias globais e perturbações em alguns setores. As importações cresceram, assim, 12,8% em 2021.

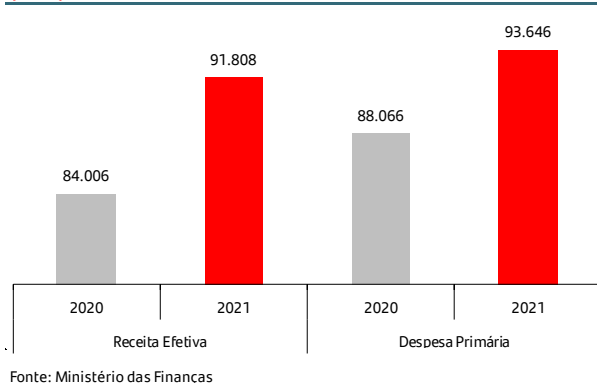
O saldo da **balança corrente e de capital** voltou a ser positivo em 2021, suportado pela recuperação parcial da balança de serviços, refletindo a retoma parcial do turismo em especial no 3.º trimestre. A balança de bens agravou o défice, refletindo o aumento da procura de bens que acompanhou a gradual diminuição das medidas de restrição ao normal funcionamento da atividade económica, bem como a subida dos preços dos combustíveis. A balança de capital beneficiou dos fundos europeus, reforçando o seu contributo para o excedente, enquanto a redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior teve também um impacto positivo nas contas externas.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



As contas públicas, em 2021, caracterizaram-se por uma redução do défice orçamental face a 2020, podendo ter ficado próximo, mas abaixo do limite de 3% do PIB, fruto de uma retoma económica que se revelou mais favorável face ao inicialmente esperado, e cujo impacto contribuiu para um aumento das receitas fiscais. Também a dinâmica do mercado laboral contribuiu para o crescimento das contribuições sociais.

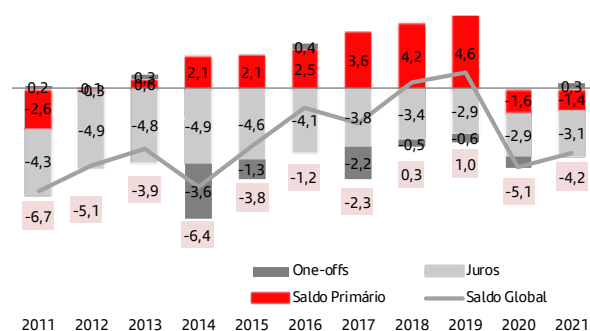
Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Em 2021, as necessidades de financiamento do Estado diminuíram face a 2020, em cerca de 4 mil milhões de euros, decorrente de um acréscimo de receita superior ao crescimento da despesa. O aumento da receita resultou da evolução favorável da receita fiscal e contributiva e do contributo da receita não fiscal e não contributiva, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento das transferências provenientes de fundos europeus no âmbito do REACT-EU, PRR e FSE.

O aumento da despesa deveu-se sobretudo ao aumento das transferências, à aquisição de bens e serviços e despesa com pessoal, mitigado pela evolução favorável da despesa com juros e outros encargos.

Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

No quadro do plano de financiamento pelo Tesouro em 2021, destacam-se em fevereiro, a emissão de uma obrigação com título de 3 mil milhões de euros de maturidade de 30 anos e uma taxa de cupão de 1.022%. Em abril de 2021, realizou uma emissão sindicada com maturidade de 10 anos, no montante de 4 mil milhões de euros e com um cupão de 0.3%. Estas emissões contribuíram para aumentar o prazo médio da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio.

A dívida pública recuou para 127,5% do PIB, em 2021, uma redução de quase 8p.b. face a 2020. No entanto, em termos absolutos, manteve a trajetória de crescimento ficando próximo dos 280 mil milhões de euros, um crescimento de quase 4% face aos níveis de 2020.

No conjunto da economia portuguesa, o rácio global de endividamento situou-se próximo dos 332% do PIB, com o setor privado empresarial a situar-se nos 131% e as famílias nos 71% do PIB, claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

O **setor bancário português** (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expetativas. Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2020 (de 0,1% para 0,5%), com uma estabilização do rácio de fundos próprios de base (15,4%). O rácio de NPL diminuiu ligeiramente de 4,9% (a dezembro de 2020) para 4,0%, acompanhado por um reforço dos rácios de cobertura, em especial ao nível dos setores mais afetados, para quase 56%.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB – high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior, com exceção da Moodys, que reviu o rating em alta.

Evolução do Sector Segurador em Portugal

O ano 2021 continuou a ficar marcado pela pandemia resultante do COVID-19 que trouxe grandes desafios ao setor segurador, com impacto em ativos, passivos e também na criação de novo negócio.

De acordo com os dados provisórios publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) relativos aos Prémios de Seguro Direto, no ano de 2021, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 13,35 mil milhões de euros, refletindo um acréscimo de 34,2% face ao valor verificado em 2020.

No segmento Vida, a produção registou uma subida muito substancial face a 2020 (+68,5%, para os 7,7 mil milhões de euros). A manutenção da taxa de poupança das famílias em níveis relativamente altos, a eventual alteração da estratégia comercial por parte do setor bancário (o principal distribuidor neste segmento, com quase de 80% do total do volume distribuído) e/ou a elevada taxa de retenção dos vencimentos de contratos ocorridos durante o ano (vencimentos que, em 2021, representam cerca de 56% dos montantes pagos deste segmento e que, em volume, cresceram perto de +26% em termos homólogos), poderão ser factores explicativos do aumento da produção deste segmento.

Ao nível da tipologia dos produtos, para o crescimento de produção observado foram determinantes os seguros de vida ligados (+144,1% em termos homólogos). Este comportamento está em linha com a reformulação da estratégia de negócio em curso há já alguns anos motivada não só pelo ambiente prolongado de taxas de juro muito baixas, como também pelos elevados requisitos de capital exigidos a produtos financeiros que ofereçam garantias, em particular para prazos mais longos.

O segmento Não Vida, cuja evolução se encontra mais correlacionada com os desenvolvimentos observados na atividade económica, registou um aumento da produção (+4,8%, para os 5,6 mil milhões de euros) muito alinhado com as estimativas de crescimento do PIB.

Neste segmento, destacam-se em 2021 a produção do ramo “Doença” que ultrapassa os mil milhões de euros (1.034 milhões), “Acidentes de Trabalho” e “Incêndio e Outros Danos” com 965 e 1.001 milhões, respetivamente. Contrabalançando estas evoluções crescentes, o ramo “Automóvel” cresceu de forma mais tímida em 2021 (+1,3% com 1.898 milhões de euros de produção).

Por outro lado, em 2021 os custos com sinistros para o total dos ramos Não Vida cresceram +2,6%, uma evolução consistente com a progressiva normalização da atividade económica. No entanto, neste âmbito convém destacar a evolução muito desfavorável observada no ramo “Doença” (+18,5%), ramo que, para além da normalização da atividade, estará também a ser confrontado com uma recuperação de consultas e exames adiados por força da pandemia e com acréscimos de custos derivados de uma deteção menos precoce de certas patologias. Mas também o ramo Automóvel que apresentou um acréscimo de 3,5%, ao contrário do ramo Incêndio e Outros Danos

cujos custos com sinistros diminuíram 3,3% no período em análise. A modalidade de Acidentes de Trabalho registou igualmente um decréscimo de 4% nos custos com sinistros.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Ramos

(em milhões de euros)	2017	2018	2019	2020	2021	Δ
Vida	7 089	8 123	6 994	4 585	7 728	+68,5%
<i>Peso de Vida no total da produção do mercado</i>	<i>61,2%</i>	<i>62,7%</i>	<i>57,3%</i>	<i>46,1%</i>	<i>57,9%</i>	
Seguro de Vida	4 900	6 355	5 285	2 675	3 063	+14,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2 187	1 767	1 704	1 910	4 664	+144,1%
Operações de Capitalização	1	1	5	0	1	
Não Vida	4 494	4 825	5 209	5 366	5 623	+4,8%
<i>Peso de Não Vida no total da produção do mercado</i>	<i>38,8%</i>	<i>37,3%</i>	<i>42,7%</i>	<i>53,9%</i>	<i>42,1%</i>	
Acidentes e Doença	1 632	1 789	1 962	2 028	2 185	+7,7%
Acidentes de trabalho	705	801	895	905	965	+6,6%
Doença	751	807	876	951	1 034	+8,8%
Acidentes (outros)	175	182	191	172	185	+7,7%
Incêndio e Outros Danos	804	848	906	946	1 001	+5,8%
Automóvel	1 610	1 719	1 838	1 873	1 898	+1,3%
Marítimo e Transportes	26	25	27	25	28	+10,7%
Aéreo	7	7	9	10	10	-2,2%
Mercadorias Transportadas	21	21	21	19	20	+1,9%
Responsabilidade Civil Geral	127	131	143	148	163	+10,1%
Diversos	266	284	304	315	317	+0,8%
Total	11 582	12 948	12 203	9 951	13 350	+34,2%

Fonte: Relatório de Evolução da Atividade Seguradora Quarto Trimestre 2021; Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Observando o detalhe da produção da Associação Portuguesa de Seguradores repartido entre seguros Vida Risco e seguros financeiros não *unit-linked* e *unit-linked* observa-se um crescimento em todas as linhas com o maior destaque na produção de *unit-linked* que cresce significativamente em relação ao ano anterior, conforme mencionado anteriormente, assim como na produção de seguros não *unit-linked* com um crescimento de +21,7% e 2 mil milhões de euros de produção, embora bastante aquém da produção verificada nos anos 2019 e 2018. Nos seguros Vida Risco, a produção ultrapassa os 1.000 milhões de euros, justificando um crescimento de +3,4% face a 2020.

No total do mercado, os Planos Poupança Reforma (PPR) registaram um crescimento de 61,2% face a 2020, mantendo o seu peso na estrutura do ramo Vida, representando 24,7% da produção total.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Produto

<i>(em milhões de euros)</i>	2017	2018	2019	2020	2021
Risco Vida	958	980	983	994	1 028
<i>Variação YOY</i>	-0,7%	+2,3%	+0,4%	+1,1%	+3,4%
Seguros não <i>unit-linked</i>	3 902	5 305	4 240	1 616	1 968
<i>Variação YOY</i>	-2,4%	+35,9%	-20,1%	-61,9%	+21,7%
Seguros <i>unit-linked</i>	2 165	1 772	1 705	1 910	4 664
<i>Variação YOY</i>	+27,7%	-18,2%	-3,8%	+12,0%	+144,2%
Total	7 026	8 057	6 929	4 520	7 660
<i>Variação YOY</i>	-0,7%	+2,3%	+0,4%	+1,1%	+3,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

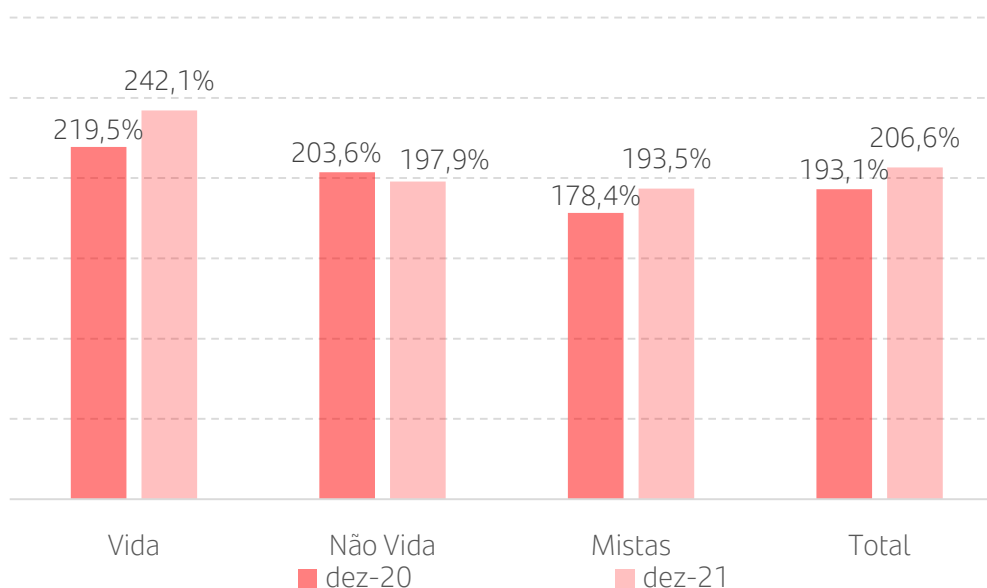
Segundo o relatório “Prémios de Seguro Direto da Atividade Seguradora - 2021” publicado pela ASF em janeiro 2022 (com valores provisórios de produção), a STS mantém o 4º lugar no ranking de Produção de Seguro Direto do Mercado - Atividade em Portugal e Estrangeiro Vida com uma quota de 8,3% (9,8% em 2020), sendo que no segmento de Vida Ligados em atividade em Portugal onde se pretende posicionar, mantém também o 4º lugar do ranking com uma produção acumulada em 2021 de 549,8 milhões de euros e uma quota de 11,8% (350,3 milhões de euros de produção e 18,3% de quota em 2020).

No final do quarto trimestre de 2021, o valor das Carteiras de Investimento das empresas de seguros totalizou 51,4 mil milhões de euros, praticamente igual ao valor do ano anterior, com o aumento da exposição em fundos de investimento (11,2 mil milhões de euros de exposição) que passa a representar 21,8% do total da carteira face aos 15,3% no final de 2020, a compensar o decréscimo da exposição em obrigações de dívida pública (36,6% da carteira em 2021 contra 42% em 2020) e obrigações de entidades privadas (-7,7% face a 2020 e 13,28 mil milhões de euros de exposição).

O volume de Provisões Técnicas foi de 42,96 mil milhões de euros, tendo sido observado um decréscimo de 2,5% face ao final de 2020. As Provisões Técnicas afetas a seguros PPR ascendiam a cerca de 16,2 mil milhões de euros, valor que representa uma redução de 7% em relação ao final do ano anterior.

Importa realçar que os rácios provisórios de cobertura do SCR total e de vida em 2021, situaram-se em 206,6% e 242,1%, respetivamente refletindo um incremento de mais 13,5 e 22,6 pontos percentuais, respetivamente, relativamente ao final de 2020.

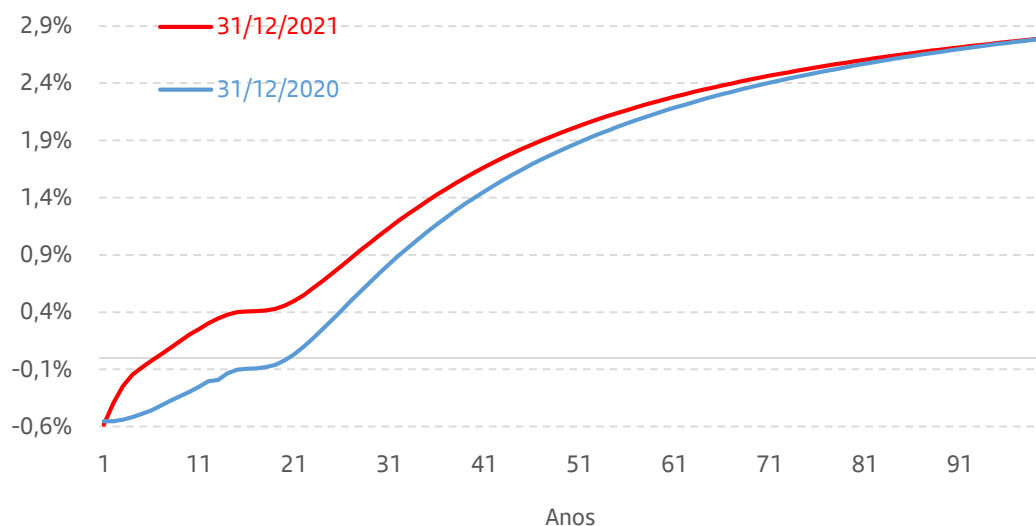
Evolução do rácio de cobertura do SCR por Fundos Próprio do mercado



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

A destacar o aumento da estrutura temporal de taxas de juro sem risco (RFR), quando comparado com 31 de dezembro de 2020, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

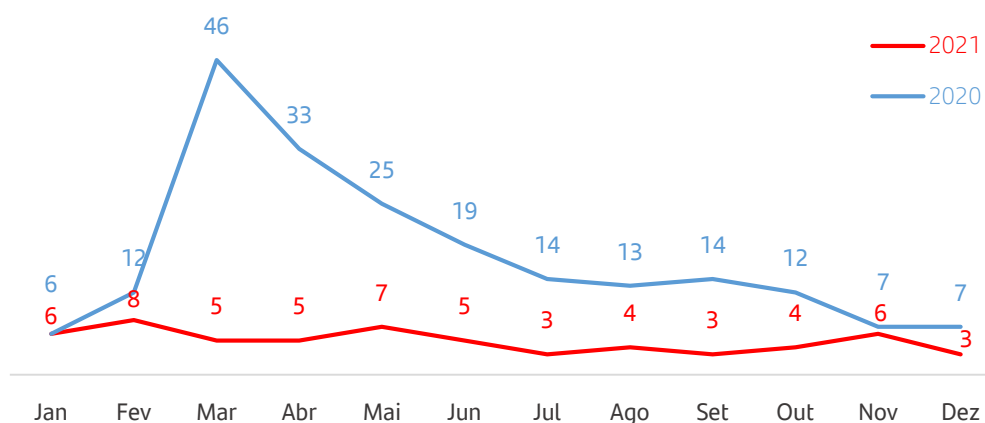
Evolução da Taxa de Juro sem Risco com Ajustamento de Volatilidade



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

O valor do ajuste de volatilidade manteve-se durante 2021 com valores mais baixos e menos voláteis quando comparado com o comportamento verificado entre fevereiro e outubro de 2020.

Evolução do Ajustamento de Volatilidade em 2021



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do sexto ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada. Em 2022 estão previstas alterações à Diretiva Solvência II. O setor continuará a acompanhar os processos de revisão, em particular dos tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo International Accounting Standards Board (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspetiva regulatória, a proteção do consumidor prevaleceu no centro das medidas adotadas em 2021. A Lei n.º 32/2021, de 27 de maio, estabeleceu limitações à redação de cláusulas contratuais e previu a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

A 14 de julho aprovou-se o Decreto-Lei n.º 59/2021, que estabeleceu o regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor.

A Lei 75/2021, publicada a 18 de novembro, reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência,

proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro. O legislador visou garantir que os consumidores que “tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou deficiência” não sejam “sujeitos a um aumento de prémio de seguro e /ou exclusão de garantias” na contratação de determinados créditos; e que não é recolhida, em contexto pré-contratual, “nenhuma informação de saúde relativa à situação médica que originou o risco agravado de saúde ou a deficiência”, desde que tenham decorrido determinados prazos.

Três relevantes projetos de Norma Regulamentar da ASF foram colocados em consulta pública perto do final do ano 2021:

- (i) Projeto de Norma Regulamentar relativa à Conduta de Mercado e ao Tratamento de Reclamações foi colocado em consulta pública pela ASF a 26 de novembro (n.º 10/2021), com prazo de resposta até ao dia 7 de janeiro de 2022;
- (ii) Projeto de Norma Regulamentar relativa ao Sistema de Governação foi colocado em consulta pública pela ASF a 17 de dezembro (n.º 11/2021), com prazo de resposta até ao dia 31 de janeiro de 2022. Este projeto de normativo, vem densificar consideravelmente as exigências sobre o sistema de governação das empresas de resseguros, mas aborda ainda aspetos novos, como a participação interna de irregularidade, além de abarcar uma seção dedicada à política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros.
- (iii) Projeto de Norma Regulamentar relativa à Segurança e Governação das Tecnologias da Informação e Comunicação e à Subcontratação a Prestadores de Serviços de Computação em Nuvem foi também colocado em consulta pública pela ASF a 17 de dezembro (n.º 12/2021), com prazo de resposta também até ao dia 31 de janeiro de 2022. Este projeto de norma vem complementar a dos Sistemas de Governação neste campo muito específico dos sistemas de informação, dando corpo no normativo interno a duas orientações da EIOPA sobre estas mesmas matérias.

A 20 de dezembro, foi publicada a Lei n.º 93/2021 (Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações), que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva Whistleblowing. Este diploma visa o reforço das condições de proteção dos denunciantes, através da proibição de retaliação e o reconhecimento do estatuto do denunciante. Adicionalmente, é instituída a necessidade de implementação de canais de denúncia interna, obrigatórios para entidades, públicas ou privadas, que empreguem 50 ou mais trabalhadores; e canais de denúncia externa, a serem criados pelas autoridades competentes.

O ano de 2022 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

Atividade da Santander Totta Seguros em 2021

Introdução

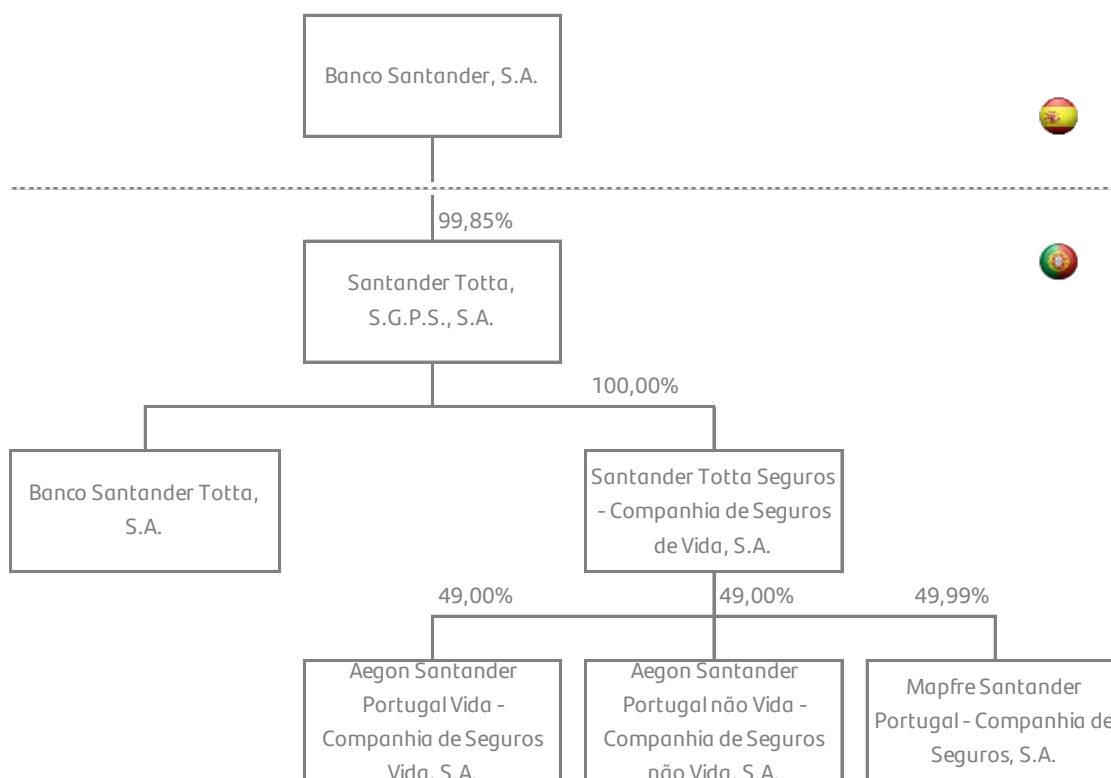
A Santander Totta Seguros foi constituída a 19 de março de 2001, e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do Ramo Vida, para a qual tem a devida autorização da ASF. Em 2007, a Sociedade obteve autorização para operar no Ramo Não Vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015. A Santander Totta Seguros encontra-se sediada na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

O Capital Social da Santander Totta Seguros é detido na totalidade pela sociedade Santander Totta SGPS S.A., a qual é diretamente dominada pelo Banco Santander, S.A., que nela detém uma percentagem de 99,85%.

As ações representativas do Capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros. Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, não existem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

A Santander Totta Seguros detém participações em outras 3 seguradoras: a Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida ambas detidas a 49% e a Mapfre Santander, detida a 49,99%.

Estrutura de Participações Financeiras a 31 de dezembro de 2021



A 19 de julho de 2012, foi celebrado um acordo de resseguro ("Sella") com a Abbey Life Assurance filial do Deutsche Bank. No âmbito do acordo, a Santander Totta Seguros cedeu 100% do risco da carteira Vida em vigor a 30 de junho de 2012. O Sella produziu efeitos económicos a 1 de abril de 2012, não ocorrendo qualquer alteração da relação comercial com os clientes, nem nos produtos contratados. Associado a este Tratado de Resseguro, existe um acordo de retrocessão, por parte da Abbey Life, a 100% com a Canada Life.

No final de 2014, e no âmbito da parceria e aliança estratégica existente entre o Grupo Santander e a Aegon Spain Holding B.V., a Santander Totta Seguros recebeu autorização da ASF para a constituição de duas seguradoras: Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida. Neste contexto, no final de 2014 a Santander Totta Seguros vendeu 51% de cada uma das seguradoras ao Grupo Aegon.

A Aegon Santander Vida e a Aegon Santander Não Vida são Sociedades anónimas constituídas ambas a 16 de dezembro de 2014, tendo a primeira como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Vida e a segunda como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida. Ambas as empresas têm a sua sede social na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida, com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Santander Totta Seguros recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões e passou a deter 100% da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 com o objeto exclusivo do exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano de 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio Vida Risco da Eurovida, à Aegon Santander Vida, e da venda do ramo autónomo de negócio de seguros do Ramo Não Vida da Popular Seguros (totalmente detida pela Santander Totta Seguros), à Aegon Santander Não Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (Alliance and Shareholders Agreement) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes. O *closing* (execução dos contratos) das operações ocorreu ainda durante o ano de 2019 com a migração das apólices vendidas da plataforma tecnológica da ex-Eurovida e Popular Seguros para a plataforma tecnológica da Aegon Santander Portugal Vida e não Vida, respetivamente.

No dia 13 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da ASF deliberou não se opor à aquisição, pela Mapfre Seguros Gerais, da participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A., e autorizou a transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida.

Assim, a 14 de outubro de 2020, decorrente da *joint-venture* criada entre a Seguradora Mapfre Seguros e o Grupo Santander, a Mapfre Seguros Gerais, S.A. passou a deter uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros, a propriedade do capital social remanescente, i.e. de 49,99%. Nesse mesmo dia foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (“Mapfre Santander”). A Mapfre Santander tem a sua sede na Rua Doutor António Loureiro Borges nº 9-9ª 8 Edifício Zenith Arquiparque em Algés.

Enquanto grupo segurador, a Santander Totta Seguros continua a desenvolver toda a gama de produtos de Risco Vida e não Vida, orientada a complementar a oferta de seguros do seu mediador Banco Santander Totta, através das suas 3 participadas e com parcerias com parceiros estratégicos com expertise nestes negócios.

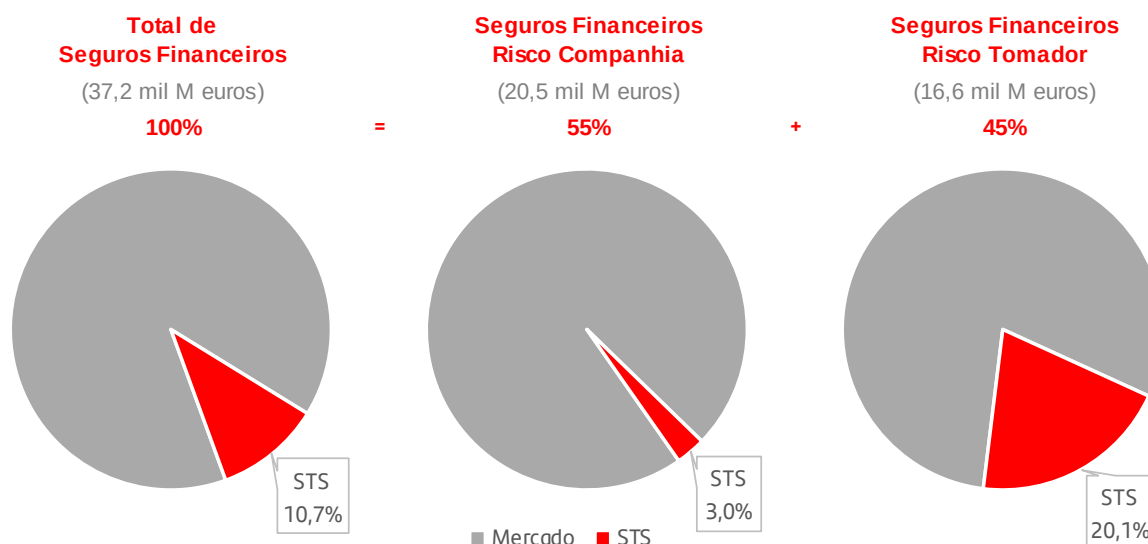
A construção das parcerias anteriormente referidas e a opção pelo desenvolvimento dos negócios de Risco Vida e não Vida através das suas participadas em conjunto com um parceiro estratégico de seguros, levaram à redefinição da estratégia individual da Santander Totta Seguros.

Individualmente, a companhia concentra a sua atividade no desenvolvimento, alargamento e diversificação da sua oferta de produtos orientada à satisfação das necessidades de poupança a médio e longo prazo e da reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais que aumentam o valor acrescentado e percebido da sua oferta, e de planeamento financeiros das famílias e empresas, dotando o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

A Santander Totta Seguros mantém ainda uma carteira de Vida Risco que se encontra sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de julho 2012 e do novo negócio de Vida Risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Atividade Comercial

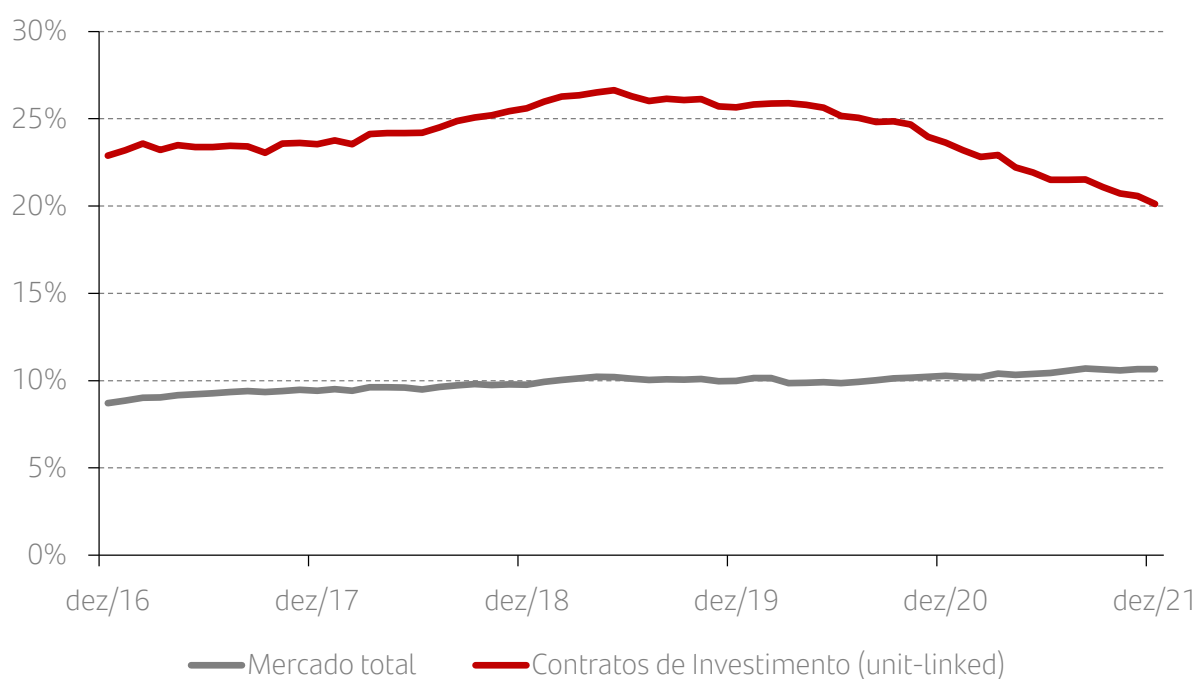
Em 2021, e enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros, manteve-se o foco em Seguros Financeiros, essencialmente nos contratos de investimento (*unit-linked* / risco tomador), dando continuidade à consolidação a níveis elevados da quota de mercado neste segmento específico de seguros mantendo um posicionamento ímpar face à concorrência, especialmente se tomarmos em conta o cenário de taxas de juro muito baixas, que prevaleceu nos últimos anos.



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

O foco na família de produtos *unit-linked* permitiu consolidar a quota de mercado da carteira da Santander Totta Seguros, representando hoje aproximadamente um quinto do mercado total no segmento específico de *unit-linked*. A quota de mercado total de Seguros Financeiros continua a incrementar-se ao longo dos últimos 5 anos, atingindo no fim de 2021 10,7%, com a particularidade de se centrar na família de produtos de maior valor acrescentado para os clientes e menos oneroso para a companhia em termos de custo de capital.

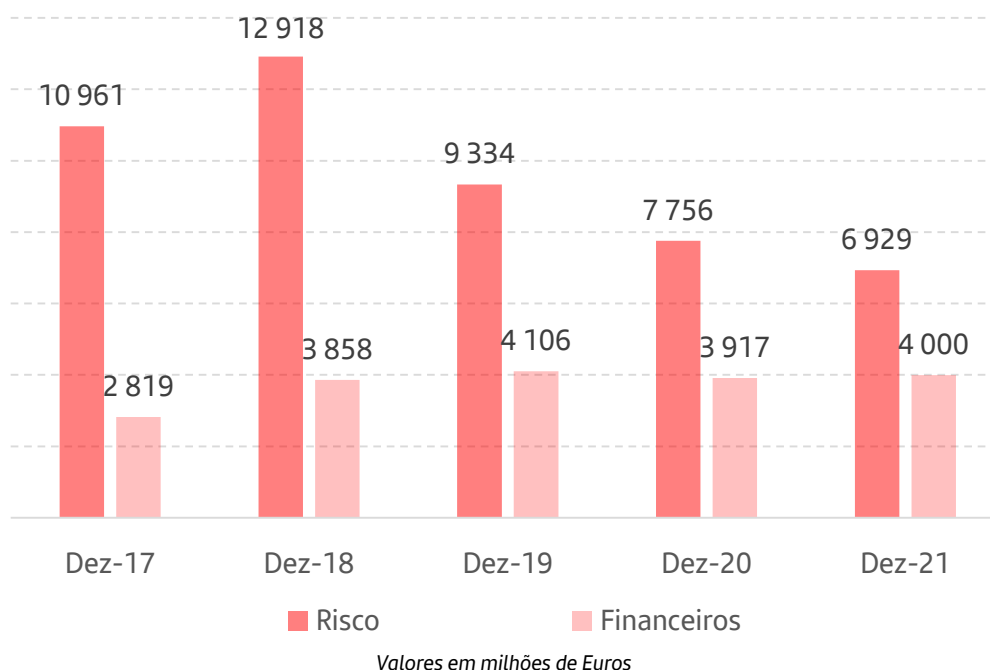
Evolução da Quota de Mercado em Provisões Matemáticas de Seguros Financeiros



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Os Capitais Seguros de seguros financeiros cresceram 2,1% em relação a 2020, enquanto que, os capitais seguros da carteira de Risco Vida se contraíram 10,7% ao longo do ano 2021 por efeito do *run-off* da carteira de Risco Vida.

Evolução dos Capitais Seguros de Vida Risco e Financeiros



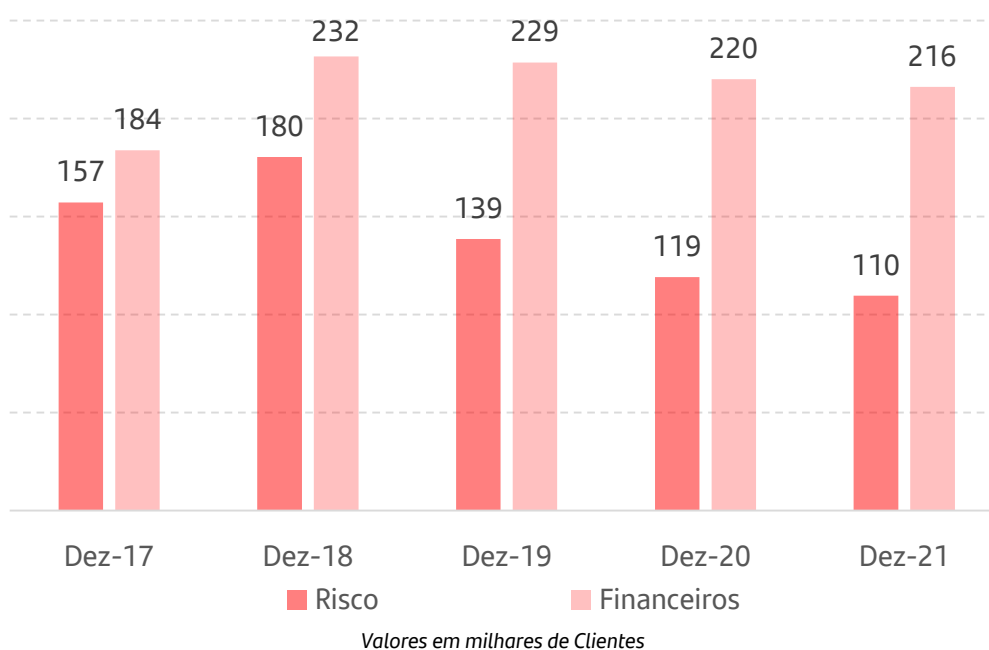
O acréscimo dos Capitais de Seguros Financeiros, embora num valor percentual reduzido, deve-se à estratégia de diversificação da oferta de seguros financeiros da Companhia, nomeadamente à manutenção do assinalável êxito de colocação em 2021 do Seguro Financeiro Master (lançado no último trimestre de 2019), produto multi-fundos para o segmento de Private Banking, o qual permitiu inverter o efeito de queda de volumes provocado pelos vencimentos em produtos *unit linked* fechados.

Dada a manutenção do contexto de taxas de juro baixas, os produtos *unit linked* fechados não tiveram no seu vencimento (cerca de 315 milhões de euros em 2021) produtos equivalentes para a sua renovação e novas colocações. A inexistência de ativos de bom risco a prazos longos e com taxas de rendibilidade interessantes e atrativas impossibilitaram a emissão de novos produtos com estas características, produtos estes que historicamente têm revelado uma elevada apetência e procura por parte dos clientes.

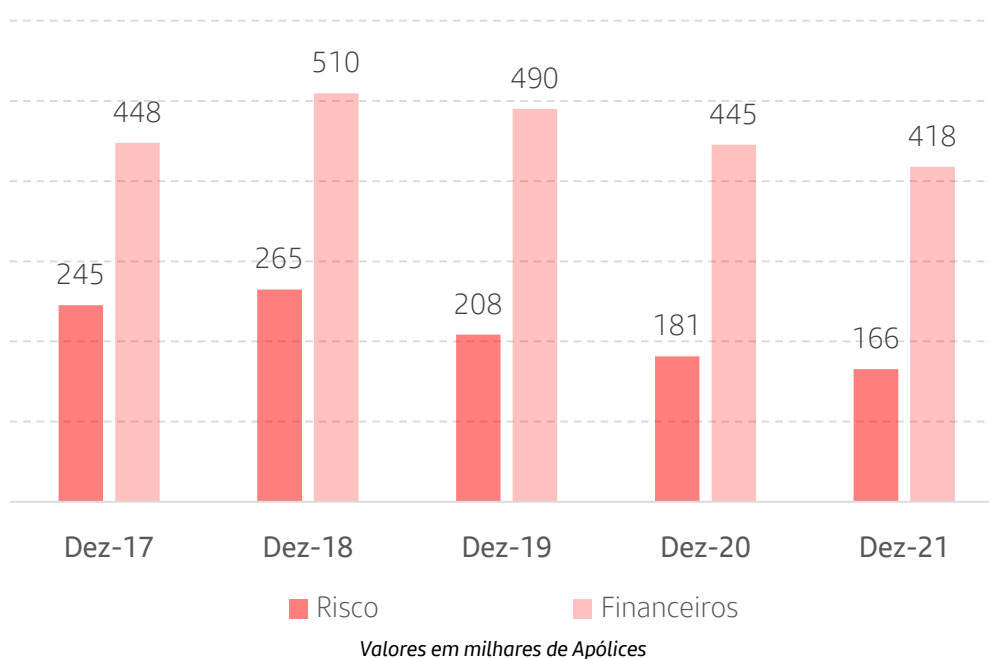
Considerando a atividade de seguro direto, a Santander Totta Seguros termina o ano 2021 com um total de 326 mil clientes (contra 339 mil clientes em 2020) e 584 mil apólices em vigor (contra 626 mil apólices em 2020).

O vencimento dos produtos financeiros a termo certo explica em grande parte a queda de cerca de 1,8% do número de clientes de Seguros Financeiros (cerca de 4 mil clientes), e em maior medida a redução do número de apólices (queda de 27 mil apólices) dado que cada cliente tinha em média duas apólices desta natureza.

Número de Clientes com Seguros de Vida Risco e Financeiros



Número de Apólices de Seguros de Vida Risco e Financeiros



Atividade e Resultados

O valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2021 o montante de 641,8 milhões de euros representando um aumento de 42,1% relativamente ao ano anterior. O valor mais baixo de 2020 é justificado pela crise originada pela pandemia, sendo observável uma quebra significativa na produção entre março

e maio de 2020, sendo restabelecida nos meses seguintes para níveis próximos dos verificados no ano anterior.

Prémios emitidos e contribuições

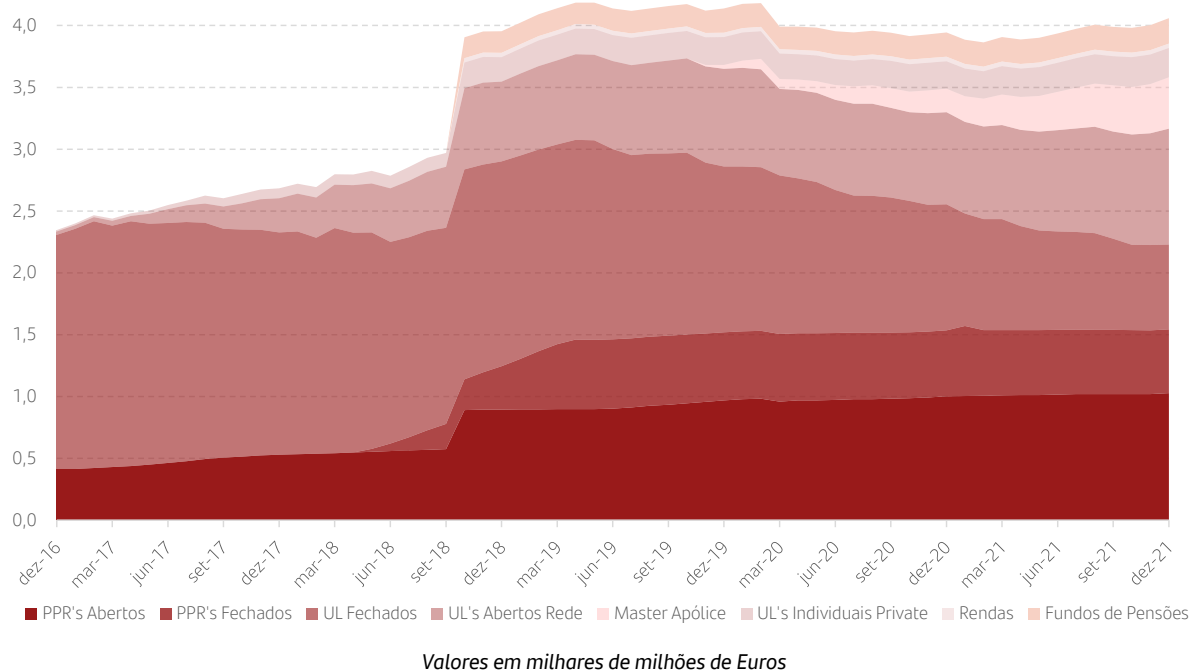
(em milhões de euros)	2019	2020	2021	Var. %
Contratos de Seguros	117,7	98,7	90,5	-8,3%
Seguros de Vida Risco	85,9	70,4	64,4	-8,5%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	7,4	6,5	6,2	-4,2%
PPR/E	24,4	21,8	19,8	-8,9%
Contratos de Investimento	554,8	352,9	551,2	+56,2%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	250,4	288,3	473,9	+64,4%
PPR/E	304,4	64,6	77,3	+19,7%
Total	672,6	451,6	641,8	+42,1%

O volume de prémios da atividade de risco, em 2021, atingiu os 64,4 milhões de euros o que, representa uma diminuição de 8,5% em relação a 2020. A esta redução está associada, para além do *run-off* normal das carteiras de Risco Vida, a venda da restante carteira de Risco Vida da ex-Eurovida no início de julho de 2020.

A emissão de produtos financeiros ao longo do ano alcançou prémios totais emitidos no valor de 577,2 milhões de euros, na sua quase totalidade em seguros *Unit-Linked*. Nos seguros financeiros a Companhia promoveu, em estreita colaboração com o mediador Banco Santander Totta, a continuação da diversificação da sua oferta, respondendo por um lado a um enquadramento de baixas taxas de juro, e por outro, à necessidade de dotar a Seguradora de uma oferta completa e universal para servir os diferentes segmentos de clientes do mediador, criando simultaneamente as bases de sustentabilidade para o crescimento futuro do negócio e focando-se na sua missão de ser o veículo privilegiado da poupança a médio e longo prazo e da reforma dentro do grupo Santander em Portugal.

O referido foco em seguros financeiros levou ao desenvolvimento de uma oferta diversificada de novas linhas de produtos durante os últimos 4 anos. A Santander Totta Seguros passou no final de 2016 de uma oferta dois produtos (PPRs e *Unit-Linked* a termo certo) com uma carteira pouco superior a 2 mil milhões de euros para uma oferta mais diversificada, composta pela paleta de produtos representada no gráfico seguinte, e com uma carteira, incluindo Fundos de Pensões, de praticamente 4 mil milhões de euros.

Evolução da Carteira Seguros Financeiros por Produto



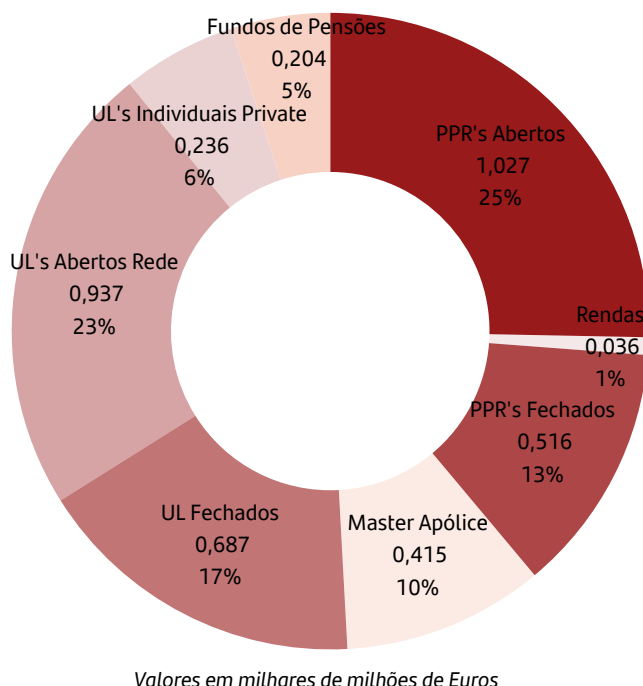
Esta alteração estratégica levada a cabo desde 2016 permite que atualmente menos de 1/4 da carteira, incluindo Fundos de Pensões, seja constituída por produtos com vencimento certo face a uma percentagem de quase 85% há 6 anos. Desta forma a carteira apresenta níveis de sustentabilidade muito superiores, e com bases bastante mais sólidas para o seu crescimento. Assim o esforço comercial pode centrar-se no crescimento dos prémios líquidos, sem o ónus permanente de elevadíssimos montantes de vencimentos que, a cada termo do produto, degradam o valor da carteira.

A carteira da Santander Totta Seguros (incluindo fundos de pensões) ascende a 4 mil milhões de euros, sendo a gama de PPR's Abertos a que tem maior peso, com cerca de 1/4 da carteira. A gama *unit-linked* Aberto, que há 5 anos não tinha qualquer expressão entre os produtos da companhia, representa hoje 23% do total da carteira de seguros financeiros e Fundos de Pensões, colocados em clientes.

A gama de *unit-linked* Abertos composta pelo Seguro Financeiro Equilibrado e pelo Seguro Financeiro Ações Crescimento destinados aos segmentos *Mass Market* e *Affluent*, o segmento que representa o maior volume sob gestão com cerca de 850 milhões de euros no final do ano, recuperou o seu ritmo de colocação, após um ano de 2020 limitado pelo primeiro impacto da pandemia Covid-19 tendo a carteira incrementado em 2021 cerca de 210 milhões de euros. Em 2021, foi lançado na rede comercial um produto dentro da oferta de Unit-Linked aberto que pretende captar o potencial de crescimento dos sectores da 'nova economia', nomeadamente nas vertentes de futuro da sociedade, da tecnologia e do planeta, o Seguro Financeiro *Future Wealth*.

Outro motor de crescimento em termos de novas subscrições líquidas foi o Seguro Financeiro Master Apólice tendo a carteira incrementado em 2021 cerca de 225 milhões de euros. Lançado em

2019 em colaboração estreita com o mediador e em especial a área de Private Banking, o Seguro Financeiro Master é uma apólice multi-fundos, que permite aos clientes gerirem os seus investimentos a cada momento sob uma apólice única, potenciando a gestão de “ciclo de vida”. Foram adicionados três novos fundos/perfis de investimento relativamente à oferta inicial: um fundo de obrigações em euros e outro similar com exposição USD e um Fundo de Ações ‘*Future Wealth*’ nos mesmos moldes da oferta disponibilizada ao mass market. Prevê-se em 2022 adicionar novos fundos “temáticos” ao portfólio incrementando as possibilidades de investimento. O Seguro Financeiro Master continuou durante 2021, a ser destacadamente o maior contribuidor de subscrições líquidas.



Valores em milhares de milhões de Euros

A consolidação da oferta de Seguros PPR em formato *unit-linked* continuou a bom ritmo com o PPR+Conservador a ser o principal destaque com um crescimento de volume de cerca de 70 milhões de euros. Realizou-se um rebranding da oferta PPR da companhia que conta a partir do último trimestre de 2020 com 3 perfis de investimento consubstanciado nos PPR +Conservador, +Equilibrado e +Crescimento, lançados sob a ‘umbrella’ corporativa do conceito ‘Acreditar +’. Os clientes podem gerir o seu investimento numa ótica de ciclo de vida/ciclo de investimento, utilizando a possibilidade legal de transferir o seu saldo entre os diferentes PPRs disponíveis adequando a cada momento o grau de risco que desejem correr.

Em simultâneo continuou a desenvolver-se durante o ano de 2021 a oferta de Planos de Pensões, enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros de se especializar na poupança a médio e longo prazo e na reforma, e com o objetivo de dotar o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

O desenho e implementação processual e tecnológica consubstanciou uma mobilização e esforço conjunto de várias equipas da Companhia e do Banco Santander em Portugal. A oferta desenhada e em comercialização desde o final do ano 2020 concretiza-se em planos de contribuição definida

e de adesão coletiva a (numa primeira fase) 3 fundos de pensões abertos, permitindo, entre outras, uma gestão do investimento na ótica do “ciclo-de-vida” e o acesso de forma eficiente, personalizável e escalável por pequenas, médias e grandes empresas

Em 2021 concretizaram-se as primeiras subscrições na gama Eurovalor – 3 fundos de pensões de comercialização conjunta – bem como a concretização de algumas transferências de planos de pensões fechados.

Resultados

Principais Rúbricas da Demonstração de Resultados

<i>(em milhões de euros)</i>	2019	2020	2021	Var. %
Margem Técnica	70,1	60,2	57,9	-3,7%
Comissões a Mediadores	47,9	41,4	40,2	-2,8%
Resultado Técnico	22,2	18,8	17,7	-5,9%
Custos	13,1	11,8	11,9	+1,1%
Resultado não Técnico	21,9	21,1	24,2	+14,7%
Resultado Antes Impostos	30,9	28,1	30,0	+6,7%
Resultado Líquido	25,5	26,9	24,6	-8,4%

A Margem Técnica reduziu-se 3,7% em relação a 2020 por efeito do *run-off* da carteira de Vida Risco, reforçada pela venda em julho de 2020 da parte remanescente da carteira da ex-Eurovida.

O total de Comissões a pagar a Mediadores em 2021 foi de 40,2 milhões de euros diminuindo 2,8% relativamente ao ano transato, pelos mesmos efeitos que justificaram o decréscimo da Margem Técnica.

Da mesma forma e em linha com a evolução quer da Margem Técnica quer das Comissões a entregar a Mediadores, o Resultado Técnico em 2021 foi de 17,7 milhões de euros o que representou uma diminuição de 5,9% em relação a 2020.

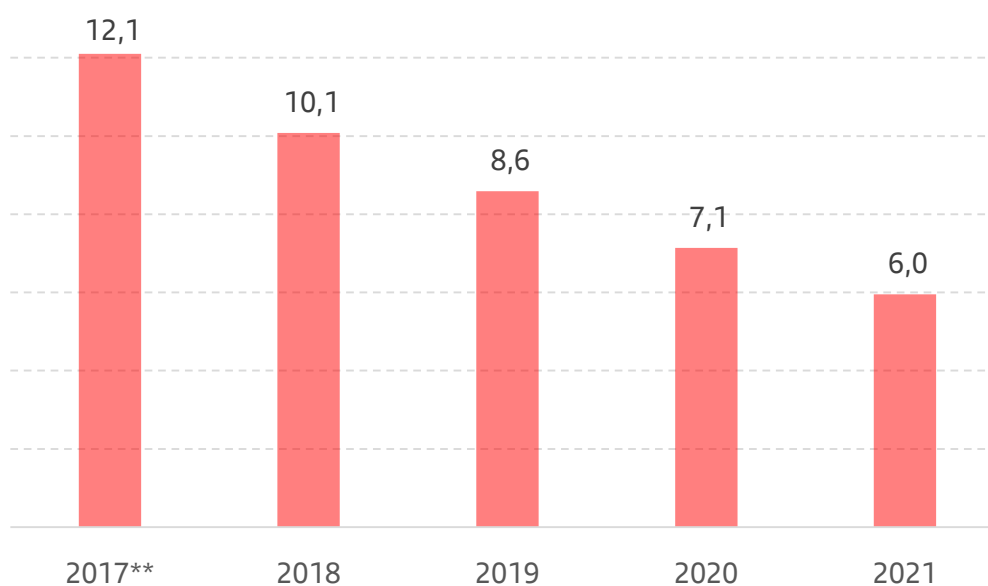
Os Custos Totais da Santander Totta Seguros aumentaram 1,1% em relação ao ano anterior com um crescimento de 28,5% dos Outros Custos Variáveis justificado pelo: aumento das comissões de manutenção a pagar nas contas de depósitos à ordem com saldo superior a 1 milhão de euros, que começaram a ser cobradas em setembro de 2020; aumento do valor das carteiras com impacto na comissão paga à Santander Asset Management pelo serviço de gestão de carteiras e; comissão de custódia. Os Custos Operacionais tiveram um decréscimo de 16,6% essencialmente pelo resultado da consolidação do processo de integração da ex-Eurovida.

Evolução dos Custos Totais

(em milhões de euros)	2019	2020	2021	Var. %
Custos Operacionais	8,6	7,1	6,0	-16,6%
Custos pessoal	3,5	2,5	2,5	+0,4%
FSE's	4,7	4,3	3,0	-29,1%
Amortizações	0,4	0,4	0,4	+11,2%
Outros Custos Variáveis	4,5	4,6	5,9	+28,5%
Impostos	0,3	0,2	0,3	+42,2%
Comissões de Gestão de Carteira e Outros	4,2	4,4	5,6	+27,9%
Total	13,1	11,8	11,9	+1,1%

Com a alienação das carteiras restantes de Vida Risco da ex-Eurovida, em julho de 2020 ficou concluído o processo de integração da ex-Eurovida, em linha com o estabelecido no Plano Estratégico da Santander Totta Seguros. De acordo com este plano a Santander Totta Seguros registou já um nível de custos semelhante ao que tinha em 2017 antes da fusão, apesar de atualmente ter uma carteira substancialmente superior, quer por efeito do crescimento comercial registado, quer por efeito da integração das carteiras de seguros financeiros da ex-Eurovida, para além de novos produtos como são Fundos de Pensões, novos requisitos regulamentares fruto do negócio recebido da ex-Eurovida.

Evolução dos Custos Operacionais*



* Custos com Pessoal + Fornecimentos e Serviços Externos + Amortizações

** Custos operacionais agregados da Santander Totta Seguros e da ex-Eurovida

O Resultado não Técnico regista os dividendos recebidos da Aegon Santander Vida e não Vida e o reconhecimento de 13 milhões de euros relativos ao valor de *Earn Out* a receber previsto no acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V, cujo pagamento não depende da verificação de qualquer variável futura. Em 2020 o Resultado não Técnico, para além do registo dos dividendos recebidos da Aegon Santander Vida e não Vida, tem o impacto da conclusão da operação de venda da carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida e de uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. pela Mapfre.

Como corolário dos movimentos anteriores a Santander Totta Seguros atingiu um Resultado Antes de Impostos de 30,0 milhões de euros e um Resultado Líquido de 24,6 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 8,4% sobre o valor registado em 2020.

Balanço

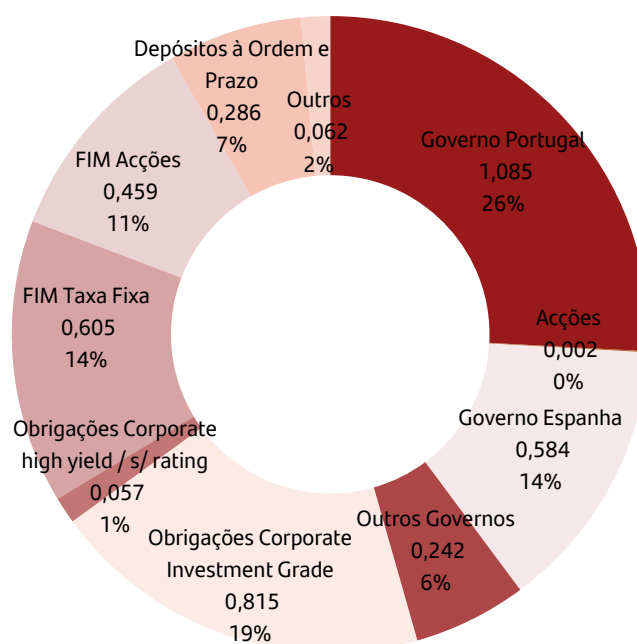
O Ativo Líquido da Santander Totta Seguros em 31 de dezembro de 2021 era de 4.256 milhões de euros representando um aumento de 0,8% face ao ano anterior.

Principais Rúbricas do Balanço

<i>(milhões de euros, excepto %)</i>	2019	2020	2021	Var. %
Ativo Líquido	4 390	4 224	4 256	+0,8%
Depósitos e activos Financeiros	4 331	4 165	4 196	+0,8%
Participações Financeiras	21,8	18,1	18,1	+0,0%
Provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros	4 181	3 996	4 065	+1,7%
Capital Próprio	140,9	170,5	141,5	-17,0%

O volume total de ativos financeiros geridos, excluindo participações financeiras, aumentou 0,8% em relação a 2020 para os 4.196 milhões de euros, mantendo-se a política de investimentos e os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos.

Carteira de Ativos Financeiros por Tipo de ativo*



*excluindo as carteiras dos Fundos de Pensões
Valores em milhares de milhões de Euros

A rubrica de participações financeiras no valor de 18,1 milhões de euros detalha-se em: (i) 14,3 milhões de euros relativos às participações de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida; e em (ii) 3,75 milhões de euros relativos à participação de 49,99% na Mapfre Santander Portugal.

As Provisões Técnicas e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros totalizaram 4.065 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 contra 3.996 milhões de euros no ano anterior.

Em 2021 o Capital Próprio da Companhia totalizava 141,5 milhões de Euros, registando-se uma diminuição de 29 milhões de euros face a 2020, fundamentalmente explicada pelo efeito da distribuição de 50 milhões de euros de dividendos em novembro 2021 e pela variação negativa de 3,7 milhões de euros da Reserva de Reavaliação, líquida de impostos.

Gestão de Risco

A Sociedade dispõe de um Modelo de Gestão de Risco e Controlo Interno que define os princípios a seguir e que tem como principal objetivo a promoção de uma cultura de riscos e controlo que permita a identificação de oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e eficiência das práticas existentes.

O Modelo de Gestão de Risco que tem como objetivo definir os princípios a seguir na atividade de gestão de risco, no seu sentido mais amplo, juntamente com os aspetos funcionais e de governo, os principais processos associados e os instrumentos que permitem o seu adequado

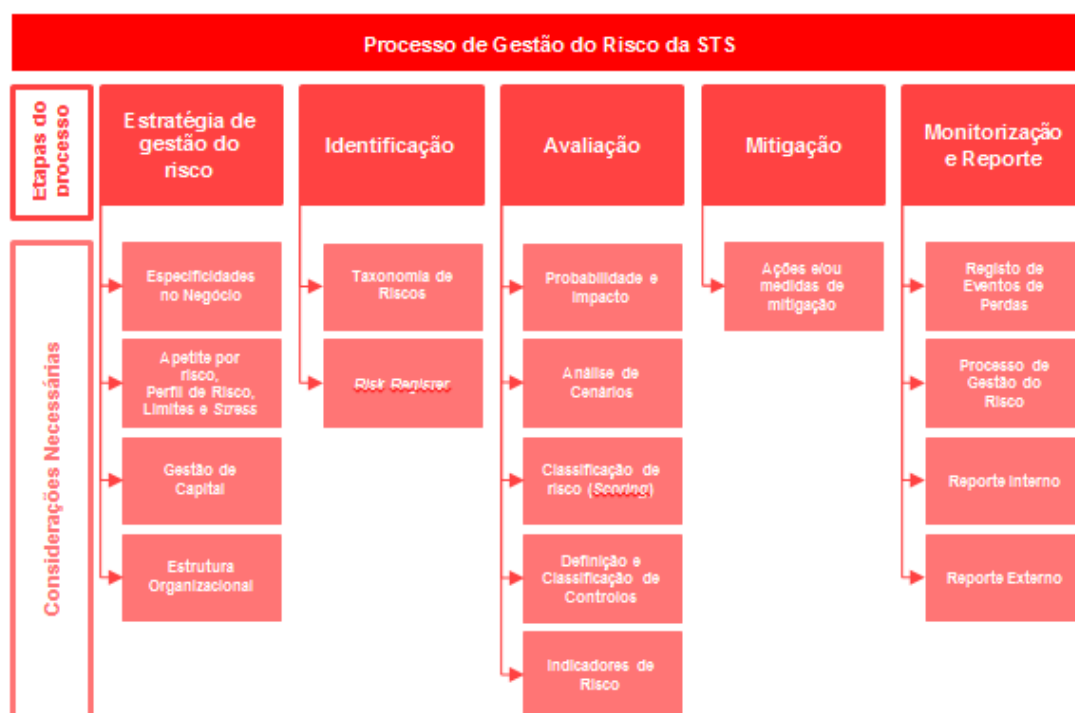
desenvolvimento, seguimento e implementação. Este modelo estabelece linhas de ação comuns que servem como referência e padrão mínimo, enquanto consolida conceitos básicos de gestão.

Desta forma, e para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo dos principais indicadores de risco, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco, uma metodologia de *Apetite por Risco* seguida mensalmente no Comité de Riscos.

O Modelo de Gestão de Riscos contém as regras básicas aplicáveis à gestão e ao controlo dos riscos que afetam a atividade. O Modelo é aplicado na gestão dos diversos riscos identificados pela Sociedade.

A Sociedade segue uma Política de Gestão de Risco na qual estabelece, entre outros, um Processo de Gestão de Risco contínuo que procura alinhar a dimensão estratégica e operacional da gestão de risco e que pode ser esquematizado como se segue:

Processo de gestão do risco



O Processo de Gestão de Risco é composto por cinco etapas:

- **Estratégia de Gestão de Risco:** esta etapa desenvolve-se principalmente ao nível do Conselho de Administração e Diretores de topo, com parecer favorável do Comité de Riscos e está alinhada com a estratégia global da Sociedade.
- **Identificação de Riscos:** adequada e atempada identificação de riscos é um elemento fundamental na execução da estratégia de riscos, sendo esta uma responsabilidade de toda a Sociedade. Em linha com os princípios do Modelo de Gestão de Risco, a identificação dos riscos é efetuada envolvendo todas as unidades orgânicas, podendo decorrer da sua atividade diária, de

exercícios de autoavaliação prospetiva de riscos, *stress tests* e *back testing*, da realização de reuniões de trabalho sobre os processos ou de análises qualitativas e quantitativas acerca de eventos efetivos ou potenciais.

- **Avaliação:** após a identificação e catalogação dos riscos é essencial proceder à sua avaliação. Conforme referido no Modelo de Gestão de Risco, a avaliação do risco tem uma vocação eminentemente de antecipação, a fim de estimar a sua evolução em diferentes cenários e horizontes temporais. Assim, e sempre que possível, deverá procurar-se que a avaliação de riscos inclua uma quantificação ou medição de acordo com a Política de Gestão de Risco.
- **Mitigação:** estando os riscos devidamente identificados e avaliados, são conhecidas as suas causas (agentes) e efeitos (consequências), o que permite definir ações e medidas de prevenção ou correção das possíveis falhas detetadas. A priorização destas ações e medidas é determinada pela caracterização dos riscos, ou seja, quanto mais prejudicial ou maior o risco, mais rapidamente a situação deve ser corrigida. A Sociedade acompanha as ações e medidas de mitigação em curso para analisar a sua eficácia. Para tal, são estabelecidos indicadores que permitem avaliar os resultados alcançados após a implementação das ações/medidas de mitigação em curso. A eficácia deste acompanhamento é uma responsabilidade final do Conselho de Administração.
- **Monitorização e Reporte:** a monitorização e reporte permitem assegurar que as pessoas que dirigem a Sociedade, ou nela desempenham funções essenciais, têm em conta a Estratégia de Gestão do Risco, bem como as informações comunicadas no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos, no seu processo de tomada de decisão. A monitorização e reporte permitem ainda garantir que todos os riscos materiais a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta são controlados e se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira, de solvência e os interesses dos tomadores de seguros.

No âmbito da Gestão de Riscos, no decorrer do ano de 2021 foram mantidas as atividades essenciais entre as quais se destacam:

- Cálculo e reporte à ASF do SCR no âmbito dos Pilares I e III;
- Reporte do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR), de uma versão de síntese do Relatório Periódico de supervisão (RSR) à ASF de acordo com o estabelecido na legislação;
- Estabilização do processo de automação de Solvência com o objetivo de otimizar recursos, reduzir erros e falhas de execução e encurtar prazos de obtenção dos outputs do processo;
- Definição de um conjunto de indicadores de Gestão de Riscos, com limites e níveis de alerta.

Relativamente às participadas cada uma destas tem o seu próprio Modelo de Gestão de Risco, sendo que este é acompanhado pela STS através da participação nos Comitês de Risco de cada uma das empresas participadas.

Tolerância e Appetite por Risco

De forma geral, o Modelo de Appetite por Risco define o Perfil de Risco da Sociedade e faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como a determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Desta forma, o Modelo de Appetite por Risco está alinhado com o plano de negócios, com o desenvolvimento da estratégia e com o planejamento de capital e de remuneração da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de Appetite por Risco que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de Appetite por Risco da Sociedade, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte. A formalização do Modelo de Appetite por Risco teve em vista facilitar a integração transversal do Appetite por Risco em toda a Sociedade, assim como:

- Reforçar e alargar a visibilidade da Administração da Sociedade sobre os seus principais riscos, de forma a que o processo de tomada de decisão tenha em conta a alocação dos riscos e a proteção dos resultados e do balanço;
- Melhorar a ligação da assunção de risco com as decisões de negócio, contribuindo para uma maior clareza do tipo de riscos a aceitar e alertando para inconsistências no Perfil de Risco ou na estratégia da Sociedade, potenciando a relação risco-retorno;
- Contribuir para o alinhamento contínuo entre o processo de tomada de decisão do dia-a-dia e a estratégia e objetivos de negócio de forma a torná-lo mais ágil e célere, clarificando a delegação de competências;
- Satisfazer expectativas dos *stakeholders* relevantes, requisitos regulamentares e proteger o Tomador de Seguro, Segurado ou Beneficiários tentando garantir que a exposição ao risco da Sociedade está limitada ao seu Appetite por Risco (ou seja, à exposição máxima ao risco que esta pode e quer assumir).

De forma a satisfazer estes objetivos, a Sociedade adotou um modelo de Appetite por Risco que compreende três fases apoiadas de forma transversal pela sua monitorização e reporte:

Modelo de Apetite por Risco



1. Objetivos Estratégicos e de Negócio

- Definição dos principais objetivos que se pretende cumprir com o apetite por risco, alinhando a estratégia de risco com estratégia de negócio

2. Métricas e Limites

- Definição das métricas quantitativas e/ou qualitativas a considerar para a avaliação das decisões de risco e formalização da declaração de Apetite por Risco
- Estabelecer a estrutura de limites de Apetite por Risco para cada métrica

3. Gestão de Capital e Negócio

- Analisar o cumprimento de limites e adequação de capital
- Integrar o Apetite por Risco na gestão do capital
- Avaliar as necessidades de ajuste de limites ou redefinição da estratégia de risco/negócio

Métricas e limites

Tendo por base os objetivos estratégicos e de negócio identificados, a Sociedade definiu um conjunto de métricas e respetivos limites, destinadas a monitorizar o seu Perfil de Risco, podendo estas ser de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Estas métricas representam uma componente evolutiva do Apetite por Risco, pelo que são alvo de análise e revisão à medida que os objetivos estratégicos e de negócio se desenvolvem. O objetivo do Conselho de Administração da Sociedade é manter o Perfil de Risco num nível baixo.

O cumprimento do Perfil de Risco deve ser assegurado quer no decorrer normal da atividade quer sob condições extremas que resultem da aplicação de *stress tests*, comprometendo-se a Santander Totta Seguros a cumprir com a seguinte declaração de Apetite por Risco: “O total de risco que a Sociedade pode assumir deve estar limitado pela sua capacidade, atual e futura, para assumir as perdas inesperadas, mantendo o Perfil de Risco no nível desejado”.

A capacidade atual de assumir perdas é definida pela relação entre os Fundos Próprios que dispõe e as perdas inesperadas resultantes do processo de cálculo do requisito de solvência, assim como pela qualidade dos fundos próprios. A capacidade futura da Sociedade assumir as perdas é determinada pela capacidade de gerar fundos próprios e pela velocidade de os gerar ao longo do tempo.

Tendo em conta a declaração de Apetite por Risco e os objetivos com que se compromete, a Santander Totta Seguros definiu métricas e os limites de Apetite por Risco. Adicionalmente, a todo o momento, poderão ser definidas novas métricas ou serem revistas as existentes por forma a manter o seu Perfil de Risco alinhado com os objetivos estratégicos e de negócio.

Em termos qualitativos, poderão vir a ser definidas métricas que incluam limites para os quais os desvios pela aplicação de *stress tests* não são facilmente quantificáveis, mas cuja monitorização é igualmente relevante para garantir que a exposição ao risco não coloca em causa a estratégia de negócio. Estas métricas para riscos de cariz não financeiro são menos suscetíveis de quantificação,

como é o exemplo dos riscos associados à imagem de marca, reputação e envolvente cultural. Nestes casos, podem ser estabelecidos objetivos de *ranking*, barreiras quantificáveis ou limites qualitativos para tópicos como o risco de reputação ou iniciativas estratégicas.

Em linha com o processo definido para métricas e limites quantitativos, a monitorização periódica de elementos qualitativos de *Apetite por Risco* permite extrair conclusões sobre a adequação da exposição ao risco e definir as devidas ações de acompanhamento ou correção de desvios caso se revele necessário.

A métrica de Solvência engloba desvios ao nível do capital disponível para cobrir os riscos a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta e é fundamental para garantir que esta evita exposições que possam colocar em causa o cumprimento de requisitos de capital mínimo regulamentar.

No âmbito desta métrica, o *Apetite por Risco* é definido de acordo com os seguintes níveis:

Limites de apetite por risco para a métrica de Solvência

Métrica de <i>Apetite por risco</i>	Limites de <i>Apetite por risco</i>		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto
Rácio de Solvência	$\geq 125 \%$	$] 125 \%; 110 \% [$	$\leq 110 \%$

Entende-se por Risco Baixo, Médio e Alto os seguintes cenários:

- Risco Baixo: perante situações não esperadas, a Sociedade apresenta uma ampla margem para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (Solvency Capital Ratio ou SCR) com Fundos Próprios.
- Risco Médio: perante situações não esperadas, existe, todavia, alguma margem de atuação de forma a cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios.
- Risco Alto: perante situações não esperadas, a Sociedade dispõe de uma margem reduzida para cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios, podendo entrar em incumprimento do requisito de capital mínimo regulamentar.

Cabe ao Conselho de Administração rever os limites estabelecidos, com periodicidade mínima anual, quando se verificar uma alteração significativa no Perfil de Risco da Sociedade ou por proposta do Comité de Riscos. Em condições consideradas normais, a exposição ao risco deve ser limitada de forma a garantir que o Rácio de Solvência se mantém no nível de risco baixo.

Solvência

Os objetivos da Santander Totta Seguros são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicador de uma situação financeira estável. A Santander Totta Seguros gere o requisito de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021. O Rácio de Solvência individual apurado para o final do quarto trimestre de 2021 foi de 167%, o que representa um aumento de 9 p.p. face ao Rácio de Solvência individual anual de 2020.

Para a evolução registada contribuíram vários fatores: a evolução positiva da atividade comercial, o recebimento de dividendos e *earn-out* por parte das participadas, a evolução favorável da estrutura temporal das taxas de juro, para além do *run-off* natural das carteiras de produtos garantidos e a distribuição de dividendos em 2021 no montante de 50 milhões de euros.

O rácio de solvência individual anual a 31 de dezembro de 2021 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões durante o mês de maio de 2022 e após certificação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Evolução do Rácio de Solvência Individual e Consolidado



A redução de 219 p.p. nos últimos cinco anos do Rácio de Solvência Individual (de 386% para 167%) e equivalente evolução no rácio consolidado, resulta, para além da atividade normal da companhia e efeito de mercado de dois fatores extraordinários: (i) a distribuição de 129 milhões de euros de dividendos durante este período; e (ii) a compra da Eurovida em 2018 com recurso a capitais próprios.

De acordo com o previsto na Política de Gestão de Capital apenas quando a Santander Totta Seguros apresenta um Rácio de Solvência com nível de risco baixo deve ser considerada a existência de excedente de capital, enquadrado no âmbito dos princípios internos de gestão de capital da Sociedade. Existindo um excedente de capital pode ser ponderado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos, ainda que o montante dos mesmos possa comprometer o cumprimento dos limites estabelecidos em termos dos objetivos de capital.

Para além do cumprimento dos limites estabelecidos no âmbito do objetivo de capital existem outros fatores que são tidos em conta pela Sociedade no momento de optar pela proposta de distribuição (ou não) de dividendos pelos seus acionistas, nomeadamente:

- Riscos e tendências associados ao negócio e à estratégia;
- Alterações regulamentares previstas;
- Posicionamento no mercado;
- Tributação que possa influenciar a forma de distribuição de dividendos;
- Existência de reservas contabilísticas distribuíveis;
- Níveis de liquidez adequados;
- Custos operacionais da distribuição de dividendos.

No âmbito da monitorização dos riscos decorrentes do surto pandémico Coronavírus – COVID 19 na perspetiva do sistema financeiro, e do setor segurador, e não obstante a recuperação gradual a que se tem assistido nos mercados financeiros desde as quedas abruptas registadas em março 2020 e dos desenvolvimentos favoráveis recentes em matéria de vacinação, continua a verificar-se uma significativa incerteza no panorama macroeconómico. Tendo em conta estes desenvolvimentos, a ASF entendeu emitir a Circular n.º 4/2020, de 21 de dezembro, com orientações e recomendações específicas dirigidas às empresas de seguros nacionais em matéria de distribuições de dividendos ou outras medidas que afetem os fundos próprios.

A ASF emitiu a Circular n.º 7/2021, de 2 de novembro, referente às recomendações relativamente à distribuição de dividendos ou outras medidas que afetem os capitais próprios no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus, onde consta decisão de não prorrogação das restrições relativas à distribuição de dividendos, mantendo-as apenas para as empresas que aplicam a medida transitória das provisões técnicas.

Compliance

Durante 2021, e em linha com o ano anterior, a Santander Totta Seguros desenvolveu e implementou os procedimentos por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais necessários à atividade, incluindo os referentes ao Regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, ao Regulamento Geral de Proteção de Dados, Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e à Diretiva da Distribuição de Seguros e respetiva Lei.

Foram ainda implementados e observados todos os procedimentos requeridos no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19 que se iniciaram por via do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de Março cujos efeitos foram sendo sucessivamente prorrogados sob diversos outros instrumentos legais, atendendo-se a todos os novos requisitos de reporte, informação e ação solicitados pela ASF através das respetivas recomendações e comunicações, cartas-circulares e normas regulamentares que foram sendo publicadas a propósito.

Qualidade e Atenção ao Cliente

Em 2021 a Santander Totta Seguros manteve uma análise e monitorização sistemática dos processos internos, avaliando de forma contínua todos os aspetos com impacto em tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados, atuando sempre que se identificaram oportunidades para tal, através da implementação de alterações com efeito corretivo ou preventivo, visando uma melhoria contínua de processos internos e da consequente qualidade de serviço ao cliente. Como resultado, registamos uma diminuição de 12% de reclamações recebidas e, não obstante termos encerrado mais 95% de processos de contencioso face a 2020 (por retoma da normal atividade dos Tribunais após as suspensões verificadas no ano anterior, por efeito da pandemia), as condenações representaram 29% do total de processos concluídos, ligeiramente abaixo do registado nos anos anteriores (30%).

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de Impostos da Santander Totta Seguros foi de 24.646.813,38 euros (vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e treze euros e trinta e oito centavos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 2.464.681,34 euros (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um euros e trinta e quatro centavos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei nº 147/2015 de 9 de setembro;
- 22.182.132,04 euros (vinte e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, cento e trinta e dois euros e quatro centavos) para Resultados Transitados.

Perspetivas e Desafios para 2022

Para o ano de 2022, a Companhia perspetiva:

- Continuar o processo de posicionamento da Santander Totta Seguros, conforme estabelecido no Plano Estratégico 2022 a 2024 como especialista de produtos de poupança a médio e longo prazo e de reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais de forma a aumentar o valor acrescentado e percebido da sua oferta, estruturando para isso uma oferta de valor diversificada;
- Promoção de uma cultura de riscos dentro da Companhia através da aplicação da Política de Gestão de Risco e Política de Apetite por Risco que permita uma gestão sã, prudente adequada dos mesmos e a permanente otimização do consumo de capital;
- Manutenção de um processo contínuo de monitorização, controlo e gestão dos riscos, através do cumprimento dos limites de exposição ao risco, de uma gestão prudente de carteiras de ativos e de um nível adequado de liquidez e solvência que garantam a capacidade de cumprir e honrar com todas as suas responsabilidades, mesmo em cenários extremos, mas possíveis;
- Continuar a alargar e a diversificar a sua oferta de produtos que vão de encontro às necessidades da poupança a médio e longo prazo e da reforma e o planeamento financeiros das famílias disponível aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Gestão e desenvolvimentos de parcerias com outros operadores de seguros que permitam complementar a oferta de seguros Vida e não Vida disponibilizados aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Implementação da nova Norma de Relato Financeiro Internacional aplicável a contratos de seguros (IFRS 17);
- Desenvolvimento de uma cultura “digital” através da automatização e otimização de processos e maior eficiência de estruturas, mantendo o cliente como ponto focal das operações.

Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Mediador Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 21 de março de 2022

O Conselho de Administração,

Manuela Vieira Marinho
Presidente

Francisco del Cura Ayuso
Vogal

Armindo Alberto Bordalo Escalda
Vogal

Informações Complementares

Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização – Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Membro	Entidade	N.º de títulos 31.12.20	Movimentos em 2021				N.º de títulos 31.12.21
			Data	Operação	N.º de ações	Preço/ ação	
Nuno Frias Costa ¹	Banco Santander SA	59.012	23.02.2021	Depósito de títulos	8.417	2,91	67.429
Francisco del Cura Ayuso	Banco Santander SA	76.375	15.02.2021	Depósito de títulos	43.625	3,10	120.000
Armindo Alberto Bordalo Escalda	Banco Santander SA	71.741	23.02.2021	Depósito de títulos	11.944	2,91	83.685
Manuela Vieira Marinho	Banco Santander SA	9 470	23.02.2021	Depósito de títulos	377	2,91	9.847
Cristina Melo Antunes ²	Banco Santander SA	42.902	23.02.2021	Depósito de títulos	2.736	2,91	45.278

¹ Renunciou a 24 de janeiro de 2022

² Renunciou a 27 de janeiro de 2021

Demonstrações financeiras

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2021

Notas do Anexo	ACTIVO	Exercício			Unidade monetária: Euros
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	31 de Dezembro de N-1
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	259,581,435	0	259,581,435	279,178,694
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18,057,250	0	18,057,250	18,057,250
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,139,994,033	0	3,139,994,033	3,094,448,107
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	761,831,582	0	761,831,582	747,054,578
6	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	34,950,885	0	34,950,885	44,077,037
7	Outros activos tangíveis	2,862,667	2,799,184	63,484	60,558
8	Outros activos intangíveis	10,421,443	9,801,185	620,258	1,166,613
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	19,770,020	0	19,770,020	17,509,591
	Ramo Vida	19,770,020	0	19,770,020	17,509,591
	Provisão matemática	61,117		61,117	509
	Provisão para sinistros	17,036,752		17,036,752	14,626,292
	Provisão para participação nos resultados	0		0	71,533
	Provisão para prémios não adquiridos	2,672,151		2,672,151	2,811,257
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24,138		24,138	24,138
9	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	12,031,794	664,662	11,367,132	20,844,802
	Contas a receber por operações de seguro directo	3,885,577	30,509	3,855,068	4,079,473
	Contas a receber por operações de resseguro	887,356		887,356	1,749,669
	Contas a receber por outras operações	7,258,860	634,153	6,624,707	15,015,661
15	Activos por impostos e taxas	470,710	0	470,710	1,612,577
	Activos por impostos (e taxas) correntes	0		0	0
	Activos por impostos diferidos	470,710		470,710	1,612,577
10	Acréscimos e diferimentos	9,005,153		9,005,153	6,287
36	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0		0	0
	TOTAL ACTIVO	4,269,001,112	13,265,031	4,255,736,081	4,224,040,231

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	31/12/ N-1
	PASSIVO		
11	Provisões técnicas	677,235,384	711,343,662
	Ramo Vida	677,235,384	711,343,662
	Provisão matemática	611,838,988	632,591,420
	Provisão para sinistros	23,848,006	21,947,782
	Provisão para participação nos resultados	32,018,369	47,386,541
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	31,738,020	46,399,125
	Provisão para participação nos resultados atribuída	280,349	987,416
	Provisão para compromissos de taxa	6,786,579	6,579,980
	Provisão para prémios não adquiridos	2,743,442	2,837,940
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,387,832,259	3,284,217,000
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3,343,853,430	3,234,799,460
	Valorizados ao custo amortizado	43,978,829	49,417,540
13	Outros passivos financeiros	20,009,842	26,687,422
	Depósitos recebidos de resseguradores	18,603	22,253
	Outros	19,991,239	26,665,169
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	0
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	19,362,718	19,377,099
	Contas a pagar por operações de seguro directo	10,232,751	10,014,144
	Contas a pagar por operações de resseguro	3,983,596	4,884,003
	Contas a pagar por outras operações	5,146,371	4,478,952
15	Passivos por impostos e taxas	4,110,967	2,490,853
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	4,110,374	1,671,216
	Passivos por impostos diferidos	593	819,637
10	Acréscimos e diferimentos	4,851,045	7,284,012
16	Outras provisões	823,069	2,106,547
	TOTAL PASSIVO	4,114,225,284	4,053,506,595
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	47,250,000	47,250,000
18	Reservas de reavaliação	9,197,851	13,990,142
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	9,197,851	13,990,142
18	Reserva por impostos diferidos	-2,165,044	-3,287,683
18	Outras reservas	43,995,421	41,304,725
	Reserva legal	41,518,712	38,828,016
	Reserva estatutária	0	0
	Prémios de emissão	0	0
	Outras reservas	2,476,709	2,476,709
18	Resultados transitados	18,585,758	44,369,496
	Resultado do exercício	24,646,812	26,906,958
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	141,510,797	170,533,637
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	4,255,736,081	4,224,040,231

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	28,910,897	0		28,910,897	34,048,971
	Prémios brutos emitidos	90,527,586	0		90,527,586	98,703,622
	Prémios de resseguro cedido	61,572,081	0		61,572,081	64,657,062
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-94,497	0		-94,497	-178,860
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-139,106	0		-139,106	-176,449
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	25,624,513	0		25,624,513	25,267,523
21	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	53,867,991	0		53,867,991	50,667,414
	Montantes pagos	54,378,226	0		54,378,226	50,833,766
	Montantes brutos	72,056,514	0		72,056,514	64,651,302
	Parte dos resseguradores	17,678,288	0		17,678,288	13,817,536
	Provisão para sinistros (variação)	-510,236	0		-510,236	-166,351
	Montante bruto	1,900,224	0		1,900,224	-3,520,597
	Parte dos resseguradores	2,410,459	0		2,410,459	-3,354,246
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	-21,057,887			-21,057,887	-13,300,095
	Montante bruto	-20,997,424			-20,997,424	-13,312,962
	Parte dos resseguradores	60,463			60,463	-12,867
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	263,658	0		263,658	1,340,134
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	124,588	0		124,588	-86,244
21	Custos e gastos de exploração líquidos	23,308,862	0		23,308,862	22,814,801
	Custos de aquisição	42,011,127	0		42,011,127	43,251,202
	Custos de aquisição diferidos (variação)	953	0		953	-594
	Gastos administrativos	4,350,577	0		4,350,577	4,532,130
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	23,053,795	0		23,053,795	24,967,937
25	Rendimentos	55,715,002	0	10,266,258	65,981,260	80,652,728
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	10,477,015	0	228,255	10,705,269	19,940,070
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	45,237,987	0	10,038,004	55,275,991	60,712,658
26	Gastos financeiros	8,842,102	0	116,934	8,959,036	8,989,331
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	8,842,102	0	116,934	8,959,036	8,989,331
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	147,821	0	13,379,439	13,527,260	1,526,560
	De activos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	207,821	0	381,683	589,504	1,637,326
	De activos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	0	-2,244	-2,244	-3,249
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-60,000	0	0	-60,000	-107,517
	De outros	0	0	13,000,000	13,000,000	0
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-41,989,931	0	460,238	-41,529,693	-55,201,017
28	Diferenças de câmbio	2,132,592	0	0	2,132,592	-583,578
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-15,103	0	0	-15,103	20,482
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	761,896	0	0	761,896	678,867
16	Outras provisões (variação)	0	0	0	0	663,045
30	Outros rendimentos/gastos	0	0	3,792	3,792	264,792
36	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	23,011	23,011	12,563,365
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	5,968,577	0	24,015,804	29,984,382	28,109,341
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			3,892,106	3,892,106	1,512,531
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			1,445,463	1,445,463	-310,147
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5,968,577	0	18,678,235	24,646,812	26,906,958

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício	Exercício Anterior
	Resultado líquido do exercício	24,646,812	26,906,958
	Outro rendimento integral do exercício	(3,669,652)	2,754,285
	Itens que reclassificam por resultados		
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(4,792,291)	3,621,944
	Ganhos e perdas líquidos	(4,187,684)	5,238,788
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(604,607)	(1,616,844)
	Imparidade	(15,103)	20,482
27	Alienação	(589,504)	(1,637,326)
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com itens que reclassificam por resultados	1,122,639	(867,660)
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	20,977,160	29,661,242

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2020 (posição de abertura)	47,250,000	13,990,142	(3,287,683)	38,828,016	2,476,709	44,369,496	26,906,958	170,533,637
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47,250,000	13,990,142	(3,287,683)	38,828,016	2,476,709	44,369,496	26,906,958	170,533,637
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2,690,696	-	-	(2,690,696)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	(25,783,738)	(24,216,262)	(50,000,000)
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	24,646,812	24,646,812
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	(4,792,291)	1,122,639	-	-	-	-	(3,669,652)
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	(4,792,291)	1,122,639	-	-	-	-	(3,669,652)
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	(4,792,291)	1,122,639	-	-	-	24,646,812	20,977,160
	Total das variações do capital próprio	-	(4,792,291)	1,122,639	2,690,696	-	(25,783,738)	(2,260,146)	(29,022,840)
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2021	47,250,000	9,197,851	(2,165,044)	41,518,712	2,476,709	18,585,758	24,646,812	141,510,797

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2020

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2019 (posição de abertura)	47,250,000	10,368,197	(2,420,023)	36,273,563	2,476,709	21,379,432	25,544,516	140,872,394
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47,250,000	10,368,197	(2,420,023)	36,273,563	2,476,709	21,379,432	25,544,516	140,872,394
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2,554,453	-	22,990,064	(25,544,516)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	26,906,958	26,906,958
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	3,621,944	(867,660)	-	-	-	-	2,754,285
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	3,621,944	(867,660)	-	-	-	-	2,754,285
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	3,621,944	(867,660)	-	-	-	26,906,958	29,661,242
	Total das variações do capital próprio	-	3,621,944	(867,660)	2,554,453	-	22,990,064	1,362,442	29,661,242
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2020	47,250,000	13,990,141	(3,287,683)	38,828,016	2,476,709	44,369,496	26,906,958	170,533,637

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros		
	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	24,646,812	26,906,958
Mais valias na alienação de carteiras de seguros	0	-3,600,000
Mais valias na alienação de participação financeira - Popular Seguros	0	-8,963,365
<i>Custos e proventos operacionais que não representam fluxos de caixa:</i>		
Amortizações do exercício	432,188	364,705
Variação em outras provisões	-1,283,478	-2,650,361
Variação nas provisões técnicas	-36,368,707	-11,170,757
Variação de Passivos por Contratos de Investimento	103,615,259	-170,449,437
Juro e encargos similares	-75,810,852	-82,184,575
<i>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</i>		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	1,086,717	-888,889
Devedores por outras operações	8,390,954	-6,401,593
Activos por impostos	1,644,098	-261,531
Outros activos	-8,998,866	19,744
<i>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:</i>		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	-685,449	51,513
Credores por outras operações	667,419	-1,419,573
Passivos por impostos	2,240,524	-5,767,635
Outros passivos	-2,432,968	3,492,873
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	17,143,651	-262,921,924
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-52,219,857	-82,486,576
Variação nos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-19,569,296	-18,425,500
Variação nos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9,126,151	228,755,946
Alienação de investimentos em filiais	0	12,714,115
Alienação de carteira de seguros vida	0	3,600,000
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	111,241	-529,138
Juro e encargos similares	75,810,852	82,184,575
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	13,259,092	225,813,422
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-50,000,000	0
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-50,000,000	0
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	-19,597,259	-37,108,502
Caixa e seus equivalentes no início do período	279,178,694	316,287,196
Caixa e seus equivalentes no fim do período	259,581,435	279,178,694

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros ou Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Companhia recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões, e passou a deter 100% da Popular Seguros. A Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A é uma Sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se em 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Neste contexto, em 2019, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (*Unit-linked*), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo

valor, nomeadamente, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.22.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controle conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

As participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são registrados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registrados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registradas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contábilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

2.3. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Ativos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registradas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e dos termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor

através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos de ativos ao custo amortizado", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros devedores” e aos Ativos de contratos com clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber não seja imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses,

então a Companhia apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. São detalhados na Nota 6 os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu, ou não, um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

2.6. Provisões técnicas

2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito do atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rentabilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos

apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte

atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos, líquidos de resseguro”, da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros

e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em *"equity settled share-based payment transactions"*, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

2.15. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.16. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.17. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.18. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.19. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.21. Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual veio substituir a IAS 17, são exigidas alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação. A Companhia passa a reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de direito de uso.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. Deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

No respeitante ao ativo sob direito de uso, é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2021, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos nos exercícios de 2021 e 2020 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

2.22. Estimativas contabilísticas e aspetos críticos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

A Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos. A valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta a avaliação de forma prospetiva das perdas de crédito estimadas associadas a esses ativos, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IFRS 9.

Determinação das responsabilidades por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2021, das responsabilidades a que se encontra obrigada (Nota 11).

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro (Nota 11).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.23. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2021:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:

a) IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à

retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia já endossou:

a) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que

resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela

primeira vez. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

f) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

g) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. A adoção futura destas melhorias não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes

em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial

de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera no ramo Vida, tendo desenvolvido a sua atividade em 2021 e 2020 em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2021 e 2020, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

2021					
	Ramo Vida		Gestão de Fundos	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Pensões		
Prémios brutos emitidos	90 506 209	21 377			90 527 586
Prémios de resseguro cedido	(61 572 081)				(61 572 081)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	94 497				94 497
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(139 106)				(139 106)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			25 624 513		25 624 513
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(53 762 936)	(105 054)			(53 867 991)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(263 658)				(263 658)
Outras provisões técnicas (variação)	20 851 287	82 012			20 933 299
Remunerações de mediação (comissões)	(24 329 043)	(1 504)	(15 594 958)		(39 925 505)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	23 053 795	-			23 053 795
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(2 673 241)	(2 883)	(3 418 077)	(342 951)	(6 437 152)
Resultados dos investimentos	9 731 265	(1 383)	(2 551 398)	23 989 002	31 167 486
Outros rendimentos / gastos técnicos	(318 838)		1 080 734		761 896
Outros custos e proveitos				3 792	3 792
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda			-	23 011	23 011
Resultado antes de impostos	1 178 150	(7 436)	4 060 080	24 015 804	29 984 382
Impostos correntes e diferidos					(5 337 570)
Resultado líquido do exercício					24 646 812
Ativo Total	716 309 974	-	3 399 369 013	140 057 094	4 255 736 081
Passivo Total	681 873 668	457 132	3 407 453 590	24 440 894	4 114 225 284

2020					
	Ramo Vida		Gestão de Fundos	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Pensões		
Prémios brutos emitidos	98,678,351	25,270			98,703,622
Prémios de resseguro cedido	(64,657,062)				(64,657,062)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	178,860				178,860
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(176,449)				(176,449)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			25,267,523		25,267,523
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(50,551,872)	(115,542)			(50,667,414)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(1,340,134)				(1,340,134)
Outras provisões técnicas (variação)	13,300,095	86,243			13,386,338
Remunerações de mediação (comissões)	(26,086,311)	(1,742)	(14,961,060)		(41,049,113)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	24,967,937	-			24,967,937
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(2,657,939)	(2,258)	(3,835,896)	(237,532)	(6,733,625)
Resultados dos investimentos	11,307,485	(292)	(2,858,238)	8,935,925	17,384,879
Outros rendimentos / gastos técnicos	(342,783)		1,021,650		678,867
Outros custos e proveitos				(398,254)	(398,254)
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda			12,563,365		12,563,365
Resultado antes de impostos	2,620,178	(8,320)	16,175,694	8,537,671	28,109,341
Impostos correntes e diferidos					(1,202,383)
Resultado líquido do exercício					26,906,958
Ativo Total	751,707,524	-	3,284,575,668	187,757,039	4,224,040,231
Passivo Total	717,978,860	539,143	3,310,620,870	24,367,721	4,053,506,595

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo Vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa e seus equivalentes	250	250
Depósitos à ordem	259,581,185	279,178,444
	259,581,435	279,178,694
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	-
	259,581,435	279,178,694

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados, essencialmente, no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BBB de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: Fitch Ratings', Standard & Poors e Moody's.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço 2021
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	6,076,000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49.99%	3,749,250
		18,057,250

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço 2020
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	6,076,000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49.99%	3,749,250
		18,057,250

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida –

Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 34).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (*"Earn Out"*) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2020 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2021 e 2027. Ver adicionalmente notas 27 e 34.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do *"Alliance and Shareholders's agreement"*, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2021				2020			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	49.00%	128,745,010	88,459,025	40,285,985	17,716,475	132,547,970	95,996,236	36,551,734	14,775,934
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.00%	55,591,082	32,280,103	23,310,980	9,404,312	53,055,263	32,037,466	21,017,797	4,000,519

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2021 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2021, que apresentava valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, tendo em conta o cumprimento durante 2021 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

No âmbito do processo de fusão da Eurovida no exercício de 2018, conforme referido na Nota 1, a Santander Totta Seguros incorporou a participação de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo montante de 7.500.000 euros.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

Os dados financeiros da Mapfre Santander em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2021				2020			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.99%	13,297,286	7,951,499	5,345,786	(2,870,372)	13,666,715	5,450,557	8,216,159	(1,147,842)

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2021 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	14,496,676	17,195,296
Instrumentos de capital e unidades de participação	1,082,295,546	682,909,607
Títulos de dívida	2,005,509,158	2,365,843,443
Instrumentos financeiros derivados	36,232,086	23,007,586
	<u>3,138,533,467</u>	<u>3,088,955,932</u>
Afetos a contratos de seguro:		
Instrumentos de capital e unidades de participação	302,203	318,430
Títulos de dívida	355,072	429,649
	<u>657,274</u>	<u>748,079</u>
Não afetos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	-	3,798,595
Instrumentos de capital e unidades de participação	803,292	945,501
	<u>803,292</u>	<u>4,744,096</u>
	<u>3,139,994,034</u>	<u>3,094,448,107</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	26,325,788	11,212,692
Títulos de dívida	735,505,794	735,841,885
	<u>761,831,582</u>	<u>747,054,577</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</u>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	34,950,885	44,077,036
	<u>34,950,885</u>	<u>44,077,036</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo registrados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2021	2020
Outros depósitos		
Até um mês	-	-
De um a três meses	-	1,619,651
De três a seis meses	-	7,431,948
De seis meses a um ano	2,175,369	-
De um a dois anos	2,001,676	2,137,612
Mais de dois anos	22,061,637	20,672,855
	26,238,683	31,862,066

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo dizem respeito, essencialmente, a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2021				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5,436,689	2,965,394	191,102,179	60,077,173	259,581,435
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				18,057,250	18,057,250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	630,565	26,709	3,138,533,467	803,292	3,139,994,033
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	651,523,891	30,059,355	40,679,636	39,568,700	761,831,582
Empréstimos concedidos e contas a receber	4,131,058	1,766,293	29,053,730	(196)	34,950,885
Outros ativos tangíveis				63,484	63,484
Outros ativos intangíveis				620,258	620,258
	661,722,203	34,817,751	3,399,369,013	119,189,960	4,215,098,928

	2020				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25,744,463	8,414,098	120,317,774	124,702,359	279,178,694
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					18,057,250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	713,007	35,072	3,088,955,932	4,744,096	3,094,448,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	671,726,109	17,540,335	41,285,365	16,502,769	747,054,578
Empréstimos concedidos e contas a receber	8,258,557	1,766,293	34,016,598	35,589	44,077,037
Outros ativos tangíveis				60,558	60,558
Outros ativos intangíveis				1,166,613	1,166,613
	<u>706,442,136</u>	<u>27,755,797</u>	<u>3,284,575,668</u>	<u>147,211,984</u>	<u>4,184,042,836</u>

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a Fitch IBCA, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2021		
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:			
AAA		8,340,345	8,340,345
AA- até AA+		22,163,155	3,285,672
A- até A+		174,701,154	77,935,961
BBB- até BBB+	865,442,382	724,652,766	81,814,921
BB- até BB+	4,850,928	37,410,129	2,799,132
Inferior a BB-		18,011	18,011
Sem rating	6,691,536	10,254,813	16,946,349
	<u>876,984,846</u>	<u>977,540,373</u>	<u>165,835,687</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:			
AAA		3,821,832	3,821,832
AA- até AA+		16,827,366	504,266
A- até A+		32,698,329	4,279,635
BBB- até BBB+	250,918,458	441,767,408	1,559,678
BB- até BB+		619,114	619,114
Sem rating	8,835,496		8,835,496
	<u>259,753,953</u>	<u>495,734,049</u>	<u>6,343,579</u>
Total do valor de balanço	<u>1,136,738,800</u>	<u>1,473,274,423</u>	<u>172,179,266</u>

	2020			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA	-	550,077	-	550,077
AA- até AA+	-	11,384,919	2,866,840	14,251,759
A- até A+	-	110,740,138	89,894,017	200,634,155
BBB- até BBB+	1,086,197,224	870,893,736	40,917,104	1,998,008,064
BB- até BB+	4,992,905	111,044,273	1,536,038	117,573,216
B- até B+	440,119	-	-	440,119
Inferior a B-	-	18,953	104,392	123,345
Sem rating	51,572,595	315,058	-	51,887,653
	<u>1,143,202,843</u>	<u>1,104,947,154</u>	<u>135,318,391</u>	<u>2,383,468,388</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA	-	3,998,493	-	3,998,493
AA- até AA+	-	17,635,565	-	17,635,565
A- até A+	-	33,009,461	6,347,522	39,356,983
BBB- até BBB+	250,383,500	421,307,747	1,792,790	673,484,037
BB- até BB+	-	636,688	-	636,688
Sem rating	11,942,810	-	-	11,942,810
	<u>262,326,310</u>	<u>476,587,956</u>	<u>8,140,312</u>	<u>747,054,578</u>
Total do valor de balanço	<u>1,405,529,153</u>	<u>1,581,535,110</u>	<u>143,458,703</u>	<u>3,130,522,966</u>

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a "Standard & Poor's" e "Moody's" ou equivalente:

	2021			2020		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
BBB- até BBB+	34,950,885		34,950,885	44,077,036		44,077,036
	<u>34,950,885</u>	<u>-</u>	<u>34,950,885</u>	<u>44,077,036</u>	<u>-</u>	<u>44,077,036</u>

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as maturidades contratuais remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	259,581,435				259,581,435
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				18,057,250	18,057,250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,250,860,936	368,872,914	667,586,645	852,673,538	3,139,994,033
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	81,610,959	174,848,489	219,320,176	286,051,959	761,831,582
Empréstimos concedidos e contas a receber	9,174,524	7,533,431	6,577,721	11,665,210	34,950,885
Contas a receber por operações de seguro direto	3,885,577				3,885,577
Contas a receber por operações de resseguro	887,356				887,356
Contas a receber por outras operações	7,258,860				7,258,860
	1,613,259,648	551,254,834	893,484,541	1,168,447,956	4,226,446,979
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,828,380,320)	(230,199,263)	(444,825,567)	(840,448,279)	(3,343,853,430)
Valorizados ao custo amortizado	(2,756,925)	(6,705,300)	(6,084,990)	(28,431,614)	(43,978,829)
	(1,831,137,245)	(236,904,563)	(450,910,558)	(868,879,893)	(3,387,832,259)
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(18,603)				(18,603)
Outros	(99,760)	(8,109,975)	(9,862,885)	(1,918,620)	(19,991,239)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,232,751)				(10,232,751)
Contas a pagar por operações de resseguro	(3,983,596)				(3,983,596)
Contas a pagar por outras operações	(5,146,371)				(5,146,371)
	(1,850,618,326)	(245,014,538)	(460,773,442)	(870,798,513)	(3,427,204,819)
	(237,358,678)	306,240,296	432,711,099	297,649,443	799,242,160

	2020				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	279,178,694				279,178,694
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				18,057,250	18,057,250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,075,634,796	399,611,255	683,944,618	935,257,438	3,094,448,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	57,981,668	198,331,374	216,263,964	274,477,571	747,054,578
Empréstimos concedidos e contas a receber	19,499,081	4,106,110	5,585,000	14,886,846	44,077,037
Contas a receber por operações de seguro direto	4,079,472				4,079,472
Contas a receber por operações de resseguro	1,749,669				1,749,669
Contas a receber por outras operações	15,015,661				15,015,661
	1,453,139,042	602,048,739	905,793,582	1,242,679,105	4,203,660,468
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,660,981,323)	(198,000,005)	(509,910,460)	(865,907,672)	(3,234,799,460)
Valorizados ao custo amortizado	(4,531,403)	(5,347,769)	(6,697,566)	(32,840,802)	(49,417,540)
	(1,665,512,726)	(203,347,774)	(516,608,026)	(898,748,474)	(3,284,217,000)
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(22,253)				(22,253)
Outros	(7,787,818)	(745,194)	(15,026,929)	(3,105,227)	(26,665,169)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,014,144)				(10,014,144)
Contas a pagar por operações de resseguro	(4,884,003)				(4,884,003)
Contas a pagar por outras operações	(4,478,952)				(4,478,952)
	(1,692,699,897)	(204,092,968)	(531,634,955)	(901,853,701)	(3,330,281,521)
	(239,560,854)	397,955,771	374,158,626	340,825,404	873,378,948

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.

- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, nomeadamente o risco de taxa de juro.

A gestão deste risco assenta numa análise da gestão de ativos e passivos, utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset and Liability Management*).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A monitorização do risco de taxa de juro é efetuada trimestralmente, através do apuramento do impacto no gap de ALM para uma variação negativa e positiva de 100 pontos base sobre a curva de taxa de juro sem risco da EIOPA publicada a 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o impacto estimado numa deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 pontos bases, é o seguinte:

Unid: milhares de euros

	2021		2020	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	24,961	(28,990)	(4,738)	15,294

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro considerou toda a carteira de seguros de capitalização com garantia de taxa de juro contínua, em que o risco de investimento é suportado pela Companhia

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados.

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

Para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo do Risco de Crédito, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco uma metodologia de *Apetite por Risco* que faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como da determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de *Apetite por Risco* que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de *Apetite por Risco*, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2021 e 2020, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2021									
	Saldo em 31-12-2020			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2021		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534,443	(534,448)	(5)					534,443	(534,448)	(5)
Equipamento informático	1,952,367	(1,950,155)	2,211				(2,212)	1,952,367	(1,952,367)	(1)
Material de transporte	230,746	(182,788)	47,957	24,999	(82,124)	82,124	(17,647)	173,620	(118,311)	55,309
Outros ativos tangíveis	202,238	(191,843)	10,395				(2,214)	202,238	(194,057)	8,181
	2,919,793	(2,859,235)	60,558	24,999	(82,124)	82,124	(22,073)	2,862,667	(2,799,184)	63,484
				</						

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2021 e 2020, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2021									
	Saldo em 31-12-2020			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2021		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	9,821,263	(9,283,395)	537,868	492,504			(410,114)	10,313,766	(9,693,509)	620,258
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-					107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	628,744	-	628,744	6,888	(635,632)			0	-	0
	10,557,684	(9,391,071)	1,166,612	499,392	(635,632)	-	(410,114)	10,421,443	(9,801,185)	620,258
	2020									
	Saldo em 31-12-2019			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2020		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	9,549,559	(8,936,495)	613,064	271,704			(346,900)	9,821,263	(9,283,395)	537,868
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-					107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	389,747	-	389,747	410,829	(171,832)			628,744	-	628,744
	10,046,983	(9,044,172)	1,002,811	682,533	(171,832)	-	(346,900)	10,557,684	(9,391,071)	1,166,612

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Prémios em cobrança	3,846,223	4,054,443
Mediadores	39,354	55,538
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	(30,509)	(30,509)
	<u>3,855,068</u>	<u>4,079,473</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>	<u>887,356</u>	<u>1,749,669</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	6,402,777	5,676,143
Outros	856,083	2,273,801
Resultados a receber	-	7,699,869
Ajustamentos	(634,153)	(634,153)
	<u>6,624,707</u>	<u>15,015,661</u>
	<u>11,367,132</u>	<u>20,844,802</u>

O montante de "Comissão de gestão a receber de produtos *unit-linked*" é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos *unit-link* para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

O montante registado na rubrica de "Resultados a receber" resulta essencialmente dos dividendos distribuídos pelas participadas Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, relativamente aos resultados do exercício de 2019, que se encontravam pendentes de recebimento a 31 de dezembro de 2020 em virtude das recomendações da ASF, em virtude do atual contexto económico resultante da pandemia do Covid-19, os quais foram, entretanto, recebidos em 2021.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rubricas, à data de relato.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2021	2020
<u>Ativo</u>		
<u>Acréscimos de rendimentos</u>		
Preço variável a receber ("Earn Out") pela venda da participação na Aegon Vida e Aegon Não Vida (cf. nota 34)	9,000,000	-
Outros acréscimos de rendimentos	5,153	5,153
	<u>9,005,153</u>	<u>5,153</u>
<u>Gastos diferidos</u>		
Seguros	-	1,134
	<u>-</u>	<u>1,134</u>
	<u>9,005,153</u>	<u>6,287</u>
<u>Passivo</u>		
<u>Acréscimos de gastos</u>		
Prémios de desempenho a pagar	310,490	448,405
Férias e subsídio de férias	283,973	287,135
Comissões	361,144	330,384
Prémio de Permanência	159,831	322,399
Comissões pela prestação de colaterais	-	1,738
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	118,545	375,825
- Fornecimentos e serviços externos	297,750	314,548
- Contratos de manutenção informática	728,815	520,709
- Diversos	2,450,951	4,467,259
	<u>4,711,500</u>	<u>7,068,401</u>
<u>Rendimentos diferidos</u>		
Comissões recebidas	139,545	215,612
Outros	-	-
	<u>139,545</u>	<u>215,612</u>
	<u>4,851,045</u>	<u>7,284,012</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica "Outros – Diversos" respeita essencialmente a gastos já incorridos decorrentes futura adoção da IFRS 17.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
	Valor	Valor
<u>Seguro Direto</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	571,060,720	591,211,641
Mistos	456,932	538,950
Vida risco	79,319	144,832
Universal life	-	0
Rendas	40,242,016	40,695,996
	<u>611,838,987</u>	<u>632,591,420</u>
Provisão para prêmios não adquiridos	<u>2,743,442</u>	<u>2,837,940</u>
Provisão para participação nos resultados atribuída	<u>280,349</u>	<u>987,416</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>31,738,020</u>	<u>46,399,125</u>
Provisão para compromissos de taxa	<u>6,786,579</u>	<u>6,579,980</u>
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	19,768,769	18,193,270
Sinistros não declarados (IBNR)	3,705,692	3,323,770
Custos de gestão de sinistros	373,545	430,742
	<u>23,848,006</u>	<u>21,947,782</u>
	<u>677,235,384</u>	<u>711,343,662</u>
	2021	2020
	Valor	Valor
<u>Resseguro cedido</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática	61,117	509
Provisão para prêmios não adquiridos	2,672,151	2,811,257
Provisão para participação nos resultados	-	71,533
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	17,036,752	14,626,292
	<u>19,770,020</u>	<u>17,509,591</u>

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited ("Ressegurador") um tratado de resseguro proporcional ("Contrato"), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco ("Carteira"). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prêmios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeu como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os

montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 têm a seguinte composição:

	2021	2020
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(61,062,986)	(63,549,215)
Encargos de gestão	1,599,850	1,687,343
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	(59,463,136)	(61,861,872)
Variação da provisão matemática de resseguro cedido	(7,827)	(674)
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(135,425)	(177,428)
Custos com sinistros de resseguro cedido	19,911,848	10,705,351
Comissões de resseguro cedido	22,013,724	22,656,081
	<u>(17,680,816)</u>	<u>(28,678,542)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon, mobilizado progressivamente ao longo dos anos. Este depósito foi mobilizado totalmente em 2020.

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro direto e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021			
	Saldo em 31-12-2020	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2021
Seguro direto				
Provisão matemática	632,591,420	(21,078,482)	326,050	611,838,988
Provisão para prémios não adquiridos	2,837,940	(94,497)		2,743,442
Provisão para participação nos resultados a atribuir	46,399,125	(14,601,649)	(59,455)	31,738,020
Provisão para participação nos resultados atribuída	-			-
De contratos de seguro	704,506	240,812	(704,130)	241,188
De contratos de investimento com participação	-			-
discricionária nos resultados	282,910	82,302	(326,050)	39,161
Provisão para compromissos de taxa	6,579,980	206,599		6,786,579
	<u>689,395,880</u>	<u>(35,244,916)</u>	<u>(763,585)</u>	<u>653,387,379</u>
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(509)	(60,608)		(61,117)
Provisão para prémios não adquiridos	(2,811,257)	139,106		(2,672,151)
Provisão para participação nos resultados atribuída	(71,533)	71,533		-
	<u>(2,883,299)</u>	<u>150,030</u>	<u>-</u>	<u>(2,733,268)</u>
	<u>686,512,582</u>	<u>(35,094,886)</u>	<u>(763,585)</u>	<u>650,654,111</u>

	2020				
	Saldo em 31-12-2019	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Venda de Carteira para Mapfre Vida	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2020
Seguro direto					
Provisão matemática	644,623,427	(13,399,799)	(295,834)	1,663,625	632,591,420
Provisão para prémios não adquiridos	3,016,800	(178,860)			2,837,940
Provisão para participação nos resultados a atribuir	44,821,103	1,578,022			46,399,125
Provisão para participação nos resultados atribuída	-				-
De contratos de seguro	645,595	762,737	(58,746)	(645,078)	704,506
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-				-
	1,369,138	577,374		(1,663,603)	282,910
Provisão para compromissos de taxa	6,579,980				6,579,980
	<u>701,056,043</u>	<u>(10,660,527)</u>	<u>(354,580)</u>	<u>(645,056)</u>	<u>689,395,880</u>
Resseguro cedido					
Provisão matemática	(84,665)	84,156			(509)
Provisão para prémios não adquiridos	(2,987,706)	176,449	-		(2,811,257)
Provisão para participação nos resultados atribuída	-	(71,533)			(71,533)
	<u>(3,072,371)</u>	<u>189,072</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2,883,298)</u>
	<u>697,983,672</u>	<u>(10,471,455)</u>	<u>(354,580)</u>	<u>(645,056)</u>	<u>686,512,582</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prémios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
Seguro direto						
Provisão matemática						
De seguros de vida	611,839,690	(703)	611,838,988	632,593,075	(1,655)	632,591,420
Provisão para prémios não adquiridos						
De seguros de vida	2,743,442		2,743,442	2,837,940	-	2,837,940
	<u>614,583,133</u>	<u>(703)</u>	<u>614,582,430</u>	<u>635,431,015</u>	<u>(1,655)</u>	<u>635,429,359</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2021				31-12-2020			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	18,295,265	3,705,692	352,810	22,353,767	17,121,261	3,323,770	412,765	20,857,796
Capitais diferidos	1,312,240	-	20,639	1,332,879	882,600	-	17,850	900,451
Mistos	83,734	-	68	83,802	100,335	-	83	100,418
Unit Linked	-	-	(11)	(11)	-	-	(11)	(11)
Rendas	2,077	-	38	2,115	2,314	-	54	2,368
Universal life	75,454	-		75,454	86,759	-	-	86,759
	<u>19,768,769</u>	<u>3,705,692</u>	<u>373,545</u>	<u>23,848,006</u>	<u>18,193,270</u>	<u>3,323,770</u>	<u>430,742</u>	<u>21,947,782</u>
	<u>19,768,769</u>	<u>3,705,692</u>	<u>373,545</u>	<u>23,848,006</u>	<u>18,193,270</u>	<u>3,323,770</u>	<u>430,742</u>	<u>21,947,782</u>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(17,036,752)			(17,036,752)	(14,626,292)	-	-	(14,626,292)
	<u>(17,036,752)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17,036,752)</u>	<u>(14,626,292)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14,626,292)</u>
	<u>2,732,018</u>	<u>3,705,692</u>	<u>373,545</u>	<u>6,811,254</u>	<u>3,566,978</u>	<u>3,323,770</u>	<u>430,742</u>	<u>7,321,490</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2021 e 2020 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2021		
	Provisão para sinistros em 31-12-2020	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2021(*)
Ramo vida	21,947,782	13,617,702	9,172,607
			Reajustamentos
			842,528

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

	2020		
	Provisão para sinistros em 31-12-2019	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2020(*)
Ramo vida	25,468,379	12,052,853	8,803,003
			Reajustamentos
			(4,612,523)

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Em 2021 e 2020, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2021			
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido
Ramo Vida				
Produtos de risco	20,019,879	(17,678,288)	1,495,971	(2,410,459)
Produtos financeiros	52,036,635	-	404,253	-
	72,056,514	(17,678,288)	1,900,224	(2,410,459)
				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
				53,867,991

	2020			
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido
Ramo Vida				
Produtos de risco	15,769,477	(13,817,536)	(3,658,409)	3,354,246
Produtos financeiros	48,881,825	-	137,811	-
	64,651,302	(13,817,536)	(3,520,597)	3,354,246
				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
				50,667,414

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada

é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

Políticas de gestão de risco de seguro

A Companhia implementou o seu Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *Compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;

- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
Capital seguro				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	4,225,976,059	4,118,728,519	4,822,239,376	4,705,462,491
Coletivos	848,285,060	467,674,776	927,249,875	482,215,935
Plano Proteção	1,684,080,917	1,677,245,917	1,817,162,639	1,809,450,639
Crédito ao Consumo	0	-	0	-
Plano Proteção Ordenado	149,415,000	-	164,715,000	-
Outros	1,564,571,251	18,840,594	1,236,906,589	20,150,282
Outros (Carteira Eurovida)	468,971	-	555,956	-
	<u>8,472,797,258</u>	<u>6,282,489,806</u>	<u>8,968,829,434</u>	<u>7,017,279,347</u>

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com as seguintes resseguradoras: Abbey Life, AXA Partners (ex-Genworth), General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, AXA Re, Swiss Re, Partner Re, Mapfre, SCOR e Hannover Re. Os ratings dos

maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2021 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
AXA Partners (ex-Genworth)	A
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mapfre	A+
SCOR	AA-
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarificação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2021	2020	2019	2018	2017
Rácio de sinistralidade	31.28%	15.18%	24.93%	17.93%	24.59%
Rácio de despesas de aquisição	34.57%	34.12%	31.92%	31.00%	33.53%
Rácio combinado	65.85%	49.30%	56.85%	48.92%	58.13%

12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021			
	Montante gerido em 31-12-2020	Montantes		Montante gerido em 31-12-2021
		Entradas	Saídas	
Passivos por contratos de investimento				
Valorizados ao justo valor				
Excluindo PPR	2,241,202,348	472,461,805	(439,663,329)	2,336,237,754
PPR	993,597,112	77,311,495	(46,770,302)	1,007,615,676
	3,234,799,460	549,773,299	(486,433,631)	3,343,853,430
Valorizados ao custo amortizado				
Excluindo PPR	49,417,540	1,455,609	(6,883,561)	43,978,829
PPR	-	-	-	-
	49,417,540	1,455,609	(6,883,561)	43,978,829
	3,284,217,000	551,228,909	(493,317,192)	3,387,832,259
2020				
	Montante gerido em 31-12-2019	Montantes		Montante gerido em 31-12-2020
		Entradas	Saídas	
Passivos por contratos de investimento				
Valorizados ao justo valor				
Excluindo PPR	2,453,955,963	257,476,194	(496,910,102)	2,241,202,348
PPR	949,130,797	54,005,302	(46,322,402)	993,597,112
	3,403,086,760	311,481,496	(543,232,503)	3,234,799,460
Valorizados ao custo amortizado				
Excluindo PPR	51,579,676	1,547,322	(4,869,517)	49,417,540
PPR	-	-	-	-
	51,579,676	1,547,322	(4,869,517)	49,417,540
	3,454,666,437	313,028,818	(548,102,020)	3,284,217,000

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2021 e 2020 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked*. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Passivos subordinados		
Depósitos recebidos de resseguradores	18,603	22,253
	<u>18,603</u>	<u>22,253</u>
Outros passivos financeiros		
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i>)	6,363,926	5,635,073
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i>)	12,402,541	18,877,320
Outros	1,224,772	2,152,775
	<u>19,991,239</u>	<u>26,665,169</u>
	<u>20,009,842</u>	<u>26,687,422</u>

Os "Outros" incluídos em outros passivos financeiros resultantes igualmente do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato.

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	10,119,112	9,961,457
Tomadores de seguro	113,639	52,687
	<u>10,232,751</u>	<u>10,014,144</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>3,983,596</u>	<u>4,884,003</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	3,496,583	3,038,757
Outros credores	1,462,875	1,233,842
Outros fornecedores	186,913	206,353
	<u>5,146,371</u>	<u>4,478,952</u>
	<u>19,362,718</u>	<u>19,377,099</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2021 e ao 4º trimestre de 2020, respetivamente, as quais foram regularizadas no 1º trimestre de 2022 e 2021, respetivamente.

Os restantes montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por

isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	2021	2020
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(3,230,301)	(725,059)
Outros impostos a pagar	(880,073)	(946,157)
	<u>(4,110,374)</u>	<u>(1,671,216)</u>
Total de impostos correntes	<u>(4,110,374)</u>	<u>(1,671,216)</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>470,710</u>	<u>1,612,577</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>(593)</u>	<u>(819,637)</u>
Total de impostos diferidos	<u>470,117</u>	<u>792,940</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	2021	2020
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Consolidação fiscal	550,000	445,000
Coleta	(3,268,168)	(2,078,093)
Derrama municipal e estadual	(816,576)	(448,219)
Outros	-	198,634
Retenções na fonte efetuadas por terceiros		
Pagamentos por conta	304,443	1,157,619
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	<u>(3,230,301)</u>	<u>(725,059)</u>
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(370,186)	(522,193)
Outros impostos e taxas	(450,680)	(358,575)
Contribuições para a segurança social	(59,207)	(65,389)
	<u>(880,073)</u>	<u>(946,157)</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021			
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2020	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31-12-2021
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,612,577		(1,141,867)	470,710
Outros	-			-
	<u>1,612,577</u>	<u>-</u>	<u>(1,141,867)</u>	<u>470,710</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(819,636)	819,043		(593)
	<u>792,941</u>	<u>819,043</u>	<u>(1,141,867)</u>	<u>470,117</u>
	2020			
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2019	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31-12-2020
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,571,981		40,596	1,612,577
Outros	689		(689)	-
	<u>1,572,670</u>	<u>-</u>	<u>39,907</u>	<u>1,612,577</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(222,217)	(597,419)		(819,636)
	<u>1,350,453</u>	<u>(597,419)</u>	<u>39,907</u>	<u>792,941</u>

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2021	2020
Impostos correntes	3,892,106	1,512,531
Impostos diferidos	1,445,463	(310,147)
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>5,337,570</u>	<u>1,202,383</u>
Resultado antes de impostos	<u>29,984,382</u>	<u>28,109,341</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>17.80%</u>	<u>4.28%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>29,984,382</u>		<u>28,109,341</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	21.00%	6,296,720	21.00%	5,902,962
Derramas	2.72%	816,576	1.59%	448,219
Outras diferenças permanentes	-8.05%	(2,412,466)	-14.64%	(4,115,208)
Variações patrimoniais negativas	-2.05%	(616,084)		-
Outros	-0.64%	(192,640)	-2.57%	(723,443)
Impostos diferidos	4.82%	<u>1,445,463</u>	-1.10%	<u>(310,147)</u>
Carga de imposto sobre o rendimento do período	17.80%	<u>5,337,570</u>	4.28%	<u>1,202,383</u>

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2020 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados:
 - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;
 - Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
 - Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros - 9%.

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 23,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. Deste modo, as declarações fiscais da STS dos exercícios de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Grupo Santander Totta aplica desde o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, BST, Santander Totta Seguros e TottaUrbe - sociedades dominadas.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2021 e 2020, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2021				Saldos em 31-12-2021
	Saldos em 31-12-2020	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30,509	-	-	-	30,509
	<u>30,509</u>				<u>30,509</u>
Ajustamento em outras contas a receber	634,153	-	-	-	634,153
	<u>634,153</u>				<u>634,153</u>
Outras provisões	2,106,547	-	-	(1,283,478)	823,069
	<u>2,771,209</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1,283,478)</u>	<u>1,487,731</u>

	2020				Saldos em 31-12-2020
	Saldos em 31-12-2019	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	225,494	-	194,985	-	30,509
	<u>225,494</u>	<u>-</u>	<u>194,985</u>	<u>-</u>	<u>30,509</u>
Ajustamento em outras contas a receber	685,126	-	-	(50,973)	634,153
	<u>685,126</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50,973)</u>	<u>634,153</u>
Outras provisões	4,756,908	858,030	-	(3,508,391)	2,106,547
	<u>5,667,528</u>	<u>858,030</u>	<u>194,985</u>	<u>(3,559,365)</u>	<u>2,771,209</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outras provisões” destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui as provisões necessárias para fazer face às responsabilidades relacionadas com o tratado de resseguro celebrado em julho de 2012 com a Abbey Life Assurance Company Limited, e ainda quaisquer outros encargos relacionados com a carteira ressegurada e que possam não ser recuperáveis junto do ressegurador, nomeadamente participações nos resultados de seguro direto.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2021	2020
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	40,935,871	60,389,267
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(31,738,020)	(46,399,125)
	<u>9,197,851</u>	<u>13,990,142</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(2,165,044)	(3,287,683)
	<u>41,518,712</u>	<u>38,828,016</u>
Reserva legal	<u>2,476,709</u>	<u>2,476,709</u>
Outras reservas	<u>18,585,758</u>	<u>44,369,496</u>
Resultados transitados	<u>44,369,496</u>	<u>18,585,758</u>

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outras reservas” inclui a reserva de fusão no âmbito da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., no montante de 2.455.094 euros.

A variação registada em 2021 na rubrica “Resultados transitado” é justificada pela distribuição de dividendos ao acionista, resultantes de lucros gerados em exercícios anteriores. Adicionalmente, em 2021, foi distribuído ao acionista 24.216.262 euros, relativos ao lucro do exercício de 2020. O montante total dos referidos dividendos distribuídos em 2021 totalizou 50.000.000 euros, conforme se pode verificar na demonstração de variações do capital próprio.

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de Setembro), um montante não inferior a 10%

do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2021	2020
Resultado líquido do período	24,646,812	26,906,958
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47,250,000	47,250,000
Resultados básicos por ação	<u>0.52</u>	<u>0.57</u>

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2021 e 2020, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	67,061,501	(61,572,081)	5,489,420	77,956,654	(64,657,062)	13,299,592
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	23,466,085	-	23,466,085	20,746,967	-	20,746,967
	<u>90,527,586</u>	<u>(61,572,081)</u>	<u>28,955,505</u>	<u>98,703,621</u>	<u>(64,657,062)</u>	<u>34,046,559</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	94,497	(139,106)	(44,609)	178,860	(176,449)	2,411
	<u>94,497</u>	<u>(139,106)</u>	<u>(44,609)</u>	<u>178,860</u>	<u>(176,449)</u>	<u>2,411</u>
	<u>90,622,083</u>	<u>(61,711,187)</u>	<u>28,910,897</u>	<u>98,882,481</u>	<u>(64,833,511)</u>	<u>34,048,970</u>

Nos exercícios de 2021 e 2020, a rubrica "Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido", inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 61,062,986 euros e de 63,549,215 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2021 e 2020, os prêmios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2021	2020
Prêmios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	46,608,126	50,288,354
Relativos a contratos de grupo	43,919,461	48,415,268
	<u>90,527,586</u>	<u>98,703,622</u>
Periódicos	86,949,728	95,134,496
Não periódicos	3,577,858	3,569,126
	<u>90,527,586</u>	<u>98,703,622</u>
De contratos sem participação nos resultados	65,987,181	68,319,974
De contratos com participação nos resultados	24,540,405	30,383,648
	<u>90,527,586</u>	<u>98,703,622</u>

20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2021 e 2020, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contábilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	7,403	5,324
EUROVIDA Rendimento	64,624	72,092
	<u>72,027</u>	<u>77,416</u>
<i>Unit-linked</i>		
Poupança Rendimento Vida	1,745,104	4,232,057
Seguro Investimento	7,849,007	6,022,845
Super Rendimento Seguro	171,516	132,875
Seguro Poupança Segura PPR	2,924,224	2,402,013
Fundos Santander	10,188,024	9,256,349
EUROVIDA PPR	912,443	1,019,314
EUROVIDA INVESTE 2023	1,762,168	2,124,654
	<u>25,552,486</u>	<u>25,190,108</u>
	<u>25,624,513</u>	<u>25,267,524</u>

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob

gestão e (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição:

	2021	2020
Comissões <i>Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	24,731,370	24,215,086
Comissões de resgate	821,116	975,022
	<u>25,552,486</u>	<u>25,190,108</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2021	2020
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	24,416,214	26,115,627
Custos imputados (Nota 22)	319,714	202,386
Outros custos de aquisição	77,170	139,256
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	15,981,012	15,242,700
Custos imputados (Nota 22)	1,111,913	1,440,393
De Fundos de Pensões		
Custos imputados (Nota 22)	105,104	110,840
	<u>42,011,127</u>	<u>43,251,202</u>
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>953</u>	<u>(594)</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>4,350,577</u>	<u>4,532,130</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(23,053,650)	(24,967,693)
Varição dos custos de aquisição diferidos	(145)	(244)
	<u>(23,053,795)</u>	<u>(24,967,937)</u>
	<u>23,308,862</u>	<u>22,814,801</u>

Em 2021 e 2020, foram registadas na rubrica "Comissões do ramo vida" as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 22,013,724 euros e 22,656,081 euros, respetivamente (Nota 11).

22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2021 e 2020, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	2021	2020
Gastos com o pessoal (Nota 23)	2,496,384	2,486,918
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	2,391,314	3,512,836
Comunicações	280,628	201,230
Gastos com trabalho independente	96,296	100,078
Quotizações	77,775	164,300
Rendas e alugueres (Nota 31)	56,731	170,466
Arquivo	55,199	54,776
Deslocações e estadas	21,507	23,781
Conservação e reparação	14,422	10,670
Impressos	9,582	7,319
Contencioso e notariado	9,257	4,185
Seguros	3,149	1,985
Publicidade e propaganda	1,360	5,451
Material de escritório	976	1,594
Livros e documentação técnica	669	532
Gastos com cobrança de prémios	563	2,553
Outros	3,916	3,204
	3,023,343	4,264,960
Encargos com comissões por serviços bancários	5,624,002	4,398,350
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	22,073	41,698
Ativos intangíveis	410,114	346,900
	432,188	388,598
Impostos e taxas	310,885	218,692
Juros suportados de depósitos de resseguradores	4	-
	11,886,805	11,757,518
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	2021	2020
Custos administrativos (Nota 21)	4,112,734	4,281,355
Custos de aquisição (Nota 21)	1,903,344	1,951,995
Custos com investimentos (Nota 26)	4,191,868	3,754,141
Custos com sinistros	1,335,903	1,408,412
A gestão de fundos de pensões	342,957	361,616
	11,886,805	11,757,518

No exercício de 2021 a redução na rubrica de "Trabalhos especializados" é justificada pela venda e migração tecnológica da carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida em outubro de 2020, que permitiu a extinção dos custos lhe estavam associados.

A rubrica "Impostos e taxas" diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2021 e 2020, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações		
Dos órgãos sociais	291,045	500,812
Do pessoal	1,688,941	1,448,077
	<u>1,979,986</u>	<u>1,948,889</u>
Encargos sobre remunerações	<u>425,502</u>	<u>424,947</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	28,838	29,132
Outros benefícios a longo prazo	(12,685)	-
Outros gastos com pessoal	74,743	83,950
	<u>2,496,384</u>	<u>2,486,918</u>

A rubrica "Remunerações – Dos órgãos sociais" inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica "Remunerações – Do pessoal" inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2021 e 2020 e a pagar em 2022 e 2021, nos montantes de 209,705 euros e 81,326 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica "Outros benefícios a longo prazo".

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2021 e 2020, por categoria profissional, foi o seguinte:

	2021	2020
Dirigentes executivos	1	2
Quadros superiores	5	5
Quadros médios	6	6
Profissionais altamente qualificados	16	17
Profissionais qualificados	13	13
	<u>41</u>	<u>43</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 41 (43 em 31 de dezembro de 2020).

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2021 e 2020, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas nos anos de 2021 e 2020, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 297,038 euros e 404,555 euros. Apenas houve registo de remunerações variáveis para os membros do Conselho de Administração no ano 2020 no montante de 96,257 euros

As remunerações fixas de 2021 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Nome	Remuneração fixa
Nuno Miguel Frias Costa	203,470
Maria Cristina M.B. De Melo Antunes	27,110
	<u>230,579</u>

Conselho Fiscal

Nome	Remuneração fixa
José Luís Areal Alves Cunha	29,792
António Baia Engana	18,333
Maria Manuela Lourenço	18,333
	<u>66,458</u>

Para o exercício de 2021 não houve atribuição de remuneração variável.

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2020, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2020 entregue em Fevereiro 2022		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Nuno Miguel Frias Costa	91	3,333	4,110
	<u>91</u>	<u>3,333</u>	<u>4,110</u>

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 5.587 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 2,91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida à presente data referente ao exercício de 2020, são as que constam do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2020			
	2023		2024	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Nuno Miguel Frias Costa	3,333	1,241	3,333	1,242
	<u>3,333</u>	<u>1,241</u>	<u>3,333</u>	<u>1,242</u>

Na presente data encontram-se diferido um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2019 entregue em Fevereiro 2022		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Nuno Miguel Frias Costa	183	6,667	6,018
Maria Cristina M.B.de Melo Antune:	161	5,867	5,296
	<u>343</u>	<u>12,533</u>	<u>11,314</u>

O valor das ações corresponde a 1.241 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 3.312 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida à presente data referente ao exercício de 2019, é a que consta do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2019	
	2023	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Nuno Miguel Frias Costa	6,667	1,816
Maria Cristina M.B.de Melo Antune:	5,867	1,598
	<u>12,533</u>	<u>3,414</u>

Na presente data não existe qualquer montante diferido relativamente à remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2018 entregue em Fevereiro 2022		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Pedro Brandão Melo Castro	127	4,000	3,080
Nuno Miguel Frias Costa	480	15,133	11,662
	607	19,133	14,742

O valor das ações corresponde a 3.416 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 3,312 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 200.746 Euros (2020: 220.188 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 130.361 Euros (2020: 142.988 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 70.348 Euros (2020: 77.201 Euros)). Do referido montante de honorários, 71.334 Euro foram faturados em 2021.

24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.^a-A, n.º1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 28,839 euros e 29,132 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

No exercício de 2021, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2021			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
Ramo vida:				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	43,811,167		1,213,789	45,024,956
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10,206,559			10,206,559
Empréstimos concedidos e contas a receber	504,136			504,136
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(20,619)			(20,619)
Outros ativos				-
	<u>54,501,244</u>	<u>-</u>	<u>1,213,789</u>	<u>55,715,033</u>
Não técnica:				
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	9,814,107		9,814,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	129,786			129,786
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	215,952			215,952
Empréstimos concedidos e contas a receber	6,687			6,687
Depósitos à ordem em instituições de crédito	5,616			5,616
Outros ativos	94,080			94,080
	<u>452,120</u>	<u>9,814,107</u>	<u>-</u>	<u>10,266,228</u>
	<u>54,953,364</u>	<u>9,814,107</u>	<u>1,213,789</u>	<u>65,981,260</u>

No exercício de 2020, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2020			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
Ramo vida:				
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	56,724,404		2,770,166	59,494,570
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10,477,427	-	-	10,477,427
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,362,165	-	-	1,362,165
Depósitos à ordem em instituições de crédito	17,873	-	-	17,873
Outros ativos	92,167	-	-	92,167
	<u>68,674,036</u>	<u>-</u>	<u>2,770,166</u>	<u>71,444,202</u>
Não técnica:				
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	8,946,976	-	8,946,976
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	56,421			56,421
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	202,761	-	-	202,761
Empréstimos concedidos e contas a receber	913	-	-	913
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1,454	-	-	1,454
Outros ativos	-	-	-	-
	<u>261,550</u>	<u>8,946,976</u>	<u>-</u>	<u>9,208,526</u>
	<u>68,935,586</u>	<u>8,946,976</u>	<u>2,770,166</u>	<u>80,652,728</u>

Nos exercícios de 2021 e 2020, a rubrica de “Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, corresponde essencialmente aos dividendos pagos pela Aegon Santander Portugal Vida, Aegon Santander Portugal Não Vida e Popular Seguros em 2020, referentes aos exercícios de 2020 e 2019, respetivamente.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2021 e 2020, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	4,078,265	113,604	4,191,869	3,754,141		3,754,141
Juros de <i>interest rate swaps</i> :						
Produtos <i>unit-linked</i>	4,763,832		4,763,832	5,118,802		5,118,802
De outros passivos financeiros:						
Comissões	5		5		116,326	116,326
Juros de mora		3,330	3,330		62	62
	<u>8,842,102</u>	<u>116,934</u>	<u>8,959,036</u>	<u>8,872,943</u>	<u>116,388</u>	<u>8,989,331</u>

No exercício de 2020 a rubrica “De outros passivos financeiros - Comissões” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11).

27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2021 e 2020, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	589,504	1,634,077
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	(59,998)	(107,517)
Outros	12,997,756	0
	<u>13,527,262</u>	<u>1,526,560</u>
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	45,531,559	(17,952,361)
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	(14,846,530)	13,606,223
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	(72,214,722)	(50,853,444)
Outros	-	(1,435)
	<u>(41,529,693)</u>	<u>(55,201,017)</u>

O montante registado em 2021 na rubrica “Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas – outros” é justificada pelo reconhecimento do preço variável (“Earn Out”) de 13 milhões de euros resultante da venda das participações na Aegon Vida e Aegon Não Vida, conforme detalhe nas notas 34 e 5.

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2021 e 2020, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	166,518,661	(119,777,255)	46,741,405	78,497,393	(96,451,136)	(17,953,743)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	256,431	(48,610)	207,821	1,643,955	(7,308)	1,636,647
De outros	-	-	-	29,007	(32,256)	(3,249)
	<u>166,775,091</u>	<u>(119,825,865)</u>	<u>46,949,226</u>	<u>80,170,355</u>	<u>(96,490,700)</u>	<u>(16,320,345)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	494,572	(1,704,419)	(1,209,846)	1,410	(28)	1,382
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	381,683	-	381,683	679	-	679
De outros	13,000,000	(2,244)	12,997,756	-	-	-
	<u>13,876,256</u>	<u>(1,706,663)</u>	<u>12,169,593</u>	<u>2,089</u>	<u>(28)</u>	<u>2,061</u>
	<u>180,651,347</u>	<u>(121,532,528)</u>	<u>59,118,819</u>	<u>80,172,445</u>	<u>(96,490,728)</u>	<u>(16,318,284)</u>

27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2021 e 2020, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	266,139,706	(282,656,321)	(16,516,615)	507,827,980	(493,971,308)	13,856,672
	<u>266,139,706</u>	<u>(282,656,321)</u>	<u>(16,516,615)</u>	<u>507,827,980</u>	<u>(493,971,308)</u>	<u>13,856,672</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,945,139	(275,054)	1,670,085	284,837	(535,286)	(250,449)
	<u>1,945,139</u>	<u>(275,054)</u>	<u>1,670,085</u>	<u>284,837</u>	<u>(535,286)</u>	<u>(250,449)</u>
	<u>268,084,845</u>	<u>(282,931,375)</u>	<u>(14,846,530)</u>	<u>508,112,817</u>	<u>(494,506,594)</u>	<u>13,606,223</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2021 e 2020, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(89,155,157)	(55,693,293)
Variações negativas dos passivos financeiros	16,940,435	4,839,849
	<u>(72,214,722)</u>	<u>(50,853,444)</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	25,552,486	25,190,108
Outros	947,935	955,394
	<u>(45,714,301)</u>	<u>(24,707,942)</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(59,998)	(107,517)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	70,758	75,980
Outros	-	-
	<u>10,760</u>	<u>(31,537)</u>
	<u>(45,703,541)</u>	<u>(24,739,479)</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2021 e 2020, a rubrica apresenta resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados essencialmente em dólares norte-americanos, libras esterlinas e reais brasileiros. Todos os instrumentos encontram-se afetos a produtos *unit-linked* ou à carteira de investimentos livres.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, a composição destas rubricas é a seguinte:

	2021	2020
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(316,378)	(345,556)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(496)	(1,001)
Gestão de fundos de pensões	1,005,647	1,000,170
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	73,122	25,255
	<u>761,896</u>	<u>678,867</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	-	(15,172)
Custos por riscos operacionais	-	(4,938)
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	27,485	24,643
Outros	<u>(23,694)</u>	<u>260,259</u>
	<u>3,792</u>	<u>264,792</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2021 e 2020, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

2021

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Nuno Miguel Frias Costa ⁽³⁾	
Francisco Del Cura Ayuso	
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes ⁽¹⁾	
Armindo Alberto Bordalo Escalda ⁽²⁾	
Manuela vieira Marinho ⁽⁴⁾	
Membros do Conselho Fiscal	
Afonso Pereira Barbosa ⁽⁵⁾	
José António Nogueira Veloso ⁽⁵⁾	
Jorge Filipe Alves Gaspar ⁽⁵⁾	
José Luis Areal Alves da Cunha ⁽⁶⁾	
António Baia Engana ⁽⁶⁾	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço ⁽⁶⁾	

⁽¹⁾ cessou funções a partir de 28 de fevereiro de 2021

⁽²⁾ nomeado em 13 de outubro de 2021

⁽³⁾ renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração com efeitos a 31.01.2022

⁽⁴⁾ cooptada em 31.01.2022 para as funções de Presidente do Conselho de Administração em substituição de Nuno Miguel Frias Costa

⁽⁵⁾ nomeado em 26 de novembro de 2021 para o triénio 2021 - 2023

⁽⁶⁾ manteve-se em funções até nomeação do novo Conselho Fiscal (triénio 2021-2023) em 26 de novembro de 2021

2020

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Nuno Miguel Frias Costa	
Francisco Del Cura Ayuso	
Maria Cristina M. B. de Melo Antunes	
Membros do Conselho Fiscal	
José Luis Areal Alves da Cunha	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

2021										
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	ISBAN	PRODUBAN	Santander Global Operations	Santander Global Tech	GEOBAN	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Mapfre Santander Portugal
Ativo										
Depósitos à ordem	252,443,086	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	25,536,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	3,749,250
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	1,901,521	-	-	-	-	-	-	6,396	-	-
Total do Ativo	279,880,607	-	-	-	-	-	-	8,238,396	6,076,000	3,749,250
Passivo										
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(10,247,454)	(312,212)	-	-	-	-	-	(99,760)	-	-
Total do Passivo	(10,247,454)	(312,212)	-	-	-	-	-	(99,760)	-	(10,659,426)
Ganhos e perdas										
Juros de depósitos à ordem	14,783	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	332,593	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	(40,387,246)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de gestão	-	(3,319,635)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	(50,000,000)	-	-	-	-	-	-	6,516,187	3,297,921	-
Comissões de liquidação	(158,818)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões manutenção conta	(3,319,635)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(909,967)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	(323,846)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	(103,525)	-	-	-	(119,338)	(294,999)	-	(32,663)	-	-
Renda escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	(8,025)	-	(112)	(227)	-	-	(117)	-	-	-
Comissões por colaterais prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(3,780,301)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ganhos e Perdas	(98,643,987)	(3,319,635)	(112)	(227)	(119,338)	(294,999)	(117)	6,483,524	3,297,921	-

2020										
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	Santander Global Operations	Santander Global Tech	Santander Tecnologia	GEOBAN	Banco Santander SA - Espanha
Ativo										
Depósitos à ordem	271,341,703	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	31,245,589	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	257,748	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	1,963,772	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	304,798,812	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo										
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(9,890,331)	(288,027)	-	-	-	-	-	-	-	(147,916)
Total do Passivo	(9,890,331)	(288,027)	-	-	-	-	-	-	-	(147,916)
Ganhos e perdas										
Juros de depósitos à ordem	11,064	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	2,125,609	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	(40,025,392)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de gestão	-	(3,115,474)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de liquidação	(187,381)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(847,386)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	(345,556)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	(284,041)	-	-	-	-	(209,676)	(174,739)	(103)	(22,001)	(195,977)
Renda escritório	(97,225)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	(6,621)	-	-	-	(112)	(227)	-	-	-	-
Comissões por colaterais prestados	(116,326)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(2,081,312)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ganhos e Perdas	(41,854,668)	(3,115,474)	-	(112)	(227)	(209,676)	(174,739)	(103)	(22,001)	5,053,892

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos registados em Balanço respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2021		2020	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	4,014,019	18,041	13,957,981	102,574
Santander UK Group Hldgs	574,221	1,067	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	8,134,522	-	3,775,413	23,182
Banco Santander, S.A.	25,131,850	524,189	11,260,472	34,761
Santander Consumer Bank	2,420,808	3,748	3,047,070	4,685
	40,275,420	547,045	32,040,936	165,201

Nos exercícios de 2021 e 2020, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2021			2020		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	68,051	20,233	185,244	121,385	4,131	(60,577)
Santander UK Group Hldgs	1,067	-	(12,779)	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	30,808	-	147,750	58,008	-	(233,826)
Banco Santander, S.A.	452,723	(33)	(55,800)	21,163	15,531	(336,158)
Santander Consumer Bank	21,709	(3,196)	(16,848)	22,512	-	3,030
	574,357	17,004	247,567	223,068	19,662	(627,531)

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

2021					
Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	259,581,435	259,581,435
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,139,994,033	2,353,373,449	747,630,241	-	3,139,994,033
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	761,831,582	761,831,582	-	-	761,831,582
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	34,950,885	34,950,885
Ativos financeiros	3,901,825,616	3,115,205,031	747,630,241	294,532,320	4,196,357,936
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,343,853,430	3,343,853,430	-	43,978,829	3,387,832,259
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros - Restantes	20,009,842	-	20,009,842	-	20,009,842
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19,362,718	-	19,362,718	-	19,362,718
Passivos financeiros	3,383,225,990	-	3,343,853,430	43,978,829	3,427,204,819

2020					
Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	279,178,694	279,178,694
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,094,448,107	2,604,518,196	461,538,848	-	3,094,448,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	747,054,578	746,317,774	736,804	-	747,054,578
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	44,077,037	44,077,037
Ativos financeiros	3,841,502,684	3,350,835,970	462,275,652	323,255,731	4,164,758,415
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,234,799,460	3,234,799,460	-	49,417,540	3,284,217,000
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros - Restantes	26,687,422	-	26,687,422	-	26,687,422
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19,377,099	-	19,377,099	-	19,377,099
Passivos financeiros	3,280,863,981	-	3,234,799,460	49,417,540	3,330,281,521

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.

- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Durante o exercício de 2021 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2021				
	Saldo em 31-12-2020	Liquidações	Aquisições	Variação justo valor	Saldo em 31-12-2021
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	28,391,063	(2,033,216)	-	12,632,498	38,990,344

Durante o exercício de 2020 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2020				
	Saldo em 31-12-2019	Liquidações	Aquisições	Variação Justo Valor	Saldo em 31-12-2020
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nível 3)	24,751,944	(903,460)	2,329,112	2,213,466	28,391,063

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado como segue:

	2021		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	32,868,257	32,868,257	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	2,082,628	1,803,850	2
Ativos financeiros	34,950,885	34,672,107	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	43,978,829	43,978,829	2
Passivos financeiros	43,978,829	43,978,829	
	2020		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	41,898,150	41,898,150	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	2,178,886	2,022,914	2
Ativos financeiros	44,077,037	43,921,064	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	49,417,540	49,417,540	2
Passivos financeiros	49,417,540	49,417,540	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

34. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável ("Earn Out") a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a essa data, sendo que de acordo com as avaliações realizadas foi atingido o valor máximo a receber. Deste valor, existe uma parcela de 13 milhões de euros, cujo pagamento não depende da verificação de qualquer variável futura, e cujos pagamentos à STS serão: 4 milhões de euros pagos em Janeiro de 2021, 5 milhões de euros pagos no início de 2022 e os restantes 4 milhões de euros pagos no início de 2023. Uma vez que o recebimento destes valores a receber no início de 2022 e 2023 não dependem da verificação de qualquer variável futura, a STS reconheceu os 13 milhões de euros em resultados aquando do recebimento do primeiro pagamento, ou seja em janeiro de 2021. Relativamente aos restantes 18 milhões de euros, e uma vez concluído o referido estudo independente da WTW em dezembro 2021, foram constituídos em fevereiro 2022, 3 depósitos a favor da STS: um de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de dezembro de 2023, outro de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de dezembro de 2025 e um final de 4 milhões de euros com vencimento a 31 de dezembro de 2027. A entrega destes depósitos ocorrerá 10 dias úteis após o seu vencimento sendo que o pagamento de cada um deles dependerá do grau

de cumprimento dos VNB (Value of New Business) previstos no business plan, respetivamente, para os períodos 2021 a 2023, 2024 e 2025 e 2026 e 2027. Em paralelo com a realização dos depósitos, a Aegon constituiu um penhor financeiro a favor da STS sobre os referidos depósitos. Contratualmente, o referido montante de 18 milhões traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

35. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2021 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia em maio de 2022, o qual será objeto de certificação pelo Revisor Oficial de Contas.

36. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

O valor dos ativos dos fundos de pensões geridos pela Santander Totta Segros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Fundo de Pensões Conduril	11,258,728	10,607,396
Fundo de Pensões do Edmond de Rothschild (Europa), Sucursal em Portugal	4,285,033	4,482,159
Fundo de Pensões Aberto Open	1,066,932	1,148,520
Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento	3,992,805	3,893,862
Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor	757,453	708,467
Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico	35,133	-
Fundo de Pensões Banco Popular Portugal	194,585,910	187,209,968
	<u>215,981,995</u>	<u>208,050,372</u>

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/21
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A
 Nº de identificação: 1156
 Ident. do resp. pela informação: Vítor Pescada

Valores em euros

								Anexo 1	
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
							unitário	Total	
PTPSEDAM0007	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
	1.1 - Títulos nacionais								
	1.1.1 - Partes de capital em filiais								
	Popular Seguros	749 850	7 500 000		5,00	3 749 250	5,00	3 749 250	
	...								
	sub-total	749 850	7 500 000			3 749 250		3 749 250	
	1.1.2 - Partes de capital em associadas								
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
	Aegon Santander Portugal Vida	3 675 000	3 675 000		2,24	8 232 000	2,24	8 232 000	
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3 675 000	3 675 000		1,65	6 076 000	1,65	6 076 000	
PTBSRLOM0029	...								
	sub-total	7 350 000	7 350 000			14 308 000		14 308 000	
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	...								
	sub-total	0	0			0		0	
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais								
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas								
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
	BST Notes 2024	8 111	8 111 000	100,00	1 000,00	8 111 000	1 002,90	8 134 522	
	...								
	sub-total	8 111	8 111 000			8 111 000		8 134 522	
	1.1.9 - Outros títulos em filiais								
	1.1.10 - Outros títulos em associadas								
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	...								
	sub-total	0	0			0		0	
	sub-total	8 107 961	22 961 000			26 168 250		26 191 772	
	1.2 - Títulos estrangeiros								
	1.2.1 - Partes de capital em filiais								
	1.2.2 - Partes de capital em associadas								
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	...								
	sub-total	0	0			0		0	
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais								
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
XS1201001572	SANTAN 2.5% 18/3/25	9	900 000	108,83	108 825,00	979 425	108 166,45	973 498	
XS1384064587	SANTAN 3.25 4/4/26	200	20 000 000	112,11	112 113,15	22 422 630	112 502,92	22 500 584	
XS1550951641	SANSFC 0.875 24/1/22	15	1 500 000	100,69	100 692,81	1 510 392	100 898,86	1 513 483	
XS1692396069	SCBGER 0.75 17/10/22	24	2 400 000	99,93	99 930,03	2 398 321	101 023,16	2 424 556	
XS1751004232	SANTAN 1.125 17/1/25	5	500 000	104,36	104 363,00	521 815	103 874,68	519 373	
XS2063247915	SANTAN 0.3 04/10/26	4	400 000	99,78	99 779,00	399 116	100 115,15	400 461	
XS2078692105	SANSFC 0.50 14/1/26	11	1 100 000	101,39	101 394,18	1 115 336	100 673,75	1 107 411	
XS2100690036	SANSFC 0.375 17/1/25	14	1 400 000	99,37	99 367,71	1 391 148	100 797,56	1 411 166	
XS2168647357	SANTAN 1.375 05/1/26	12	1 200 000	102,01	102 013,50	1 224 162	105 176,93	1 262 123	
XS2385791046	SANUK 0.603 13/09/29	587	587 000	100,00	1 000,00	587 000	980,05	575 288	
	...								
	sub-total	881	29 987 000			32 549 345		32 687 943	
	1.2.9 - Outros títulos em filiais								
	1.2.10 - Outros títulos em associadas								
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	...								
	sub-total	0	0			0		0	
	sub-total	881	29 987 000			32 549 345		32 687 943	
	total	8 108 842	52 948 000			58 717 595		58 879 714	
	2 - OUTROS								
	2.1 - Títulos nacionais								
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
	2.1.1.1 - Ações								
	321201805230	MERIDIANO	13			12 772,50	166 043	12 148,45	157 930
	PTBAF0AM0002	BANIF - NO	3 316 167			0,01	41 007	0,00	332
	PTBCPOAM0015	BCP AM/BCP NOM	179 995			0,16	28 858	0,14	25 361
	PTBES0AM0007	B. Esp. Santo, S.A.	307 621			0,33	100 686	0,00	31
	PTBIG0AM0003	BANCO INVEST GLOBAL	885 250			0,77	681 524	0,77	681 524
	PTCTT0AM0001	CTT Portugal SA	4 953			6,65	32 926	4,56	22 561
PTINA0AP0008	Inapa	47 715			0,41	19 475	0,02	1 050	
PTPTCOAM0009	Pharol, SPGPS, SA.	55 000			1,83	100 915	0,08	4 131	
PTPTQ0AM0006	The Navigator SA	26 767			2,83	75 627	3,35	89 669	
PTZONDAM0006	NOS SGPS	2 371			7,56	17 934	3,41	8 085	
	...								
	sub-total	4 825 852	0			1 264 994		990 673	
	2.1.1.2 - Títulos de participação								
	...								
	sub-total	0	0			0		0	
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
	Explorer - II	49			20 465,57	1 011 122	3 440,43	169 978	
	POPULAR GLOBAL 75	12 402			4,43	55 000	6,53	80 948	
	POPULAR GLOBAL 50	49 400			5,26	260 000	6,93	342 312	
	SantAc Europa CL C	5 563 257			4,73	26 297 439	6,25	34 789 422	
SAM Carteiros Conser	2 718 918			5,07	13 787 487	5,05	13 724 655		
Multiesouraria CL C	3 798 075			5,00	18 980 746	5,02	19 048 719		
Fundo Lusinvest							27 789		
	...								
	sub-total	12 142 102	0			60 391 794		68 183 823	
	2.1.1.4 - Outros								
	...								
	sub-total	0	0			0		0	
	sub-total	16 967 954	0			61 656 789		69 174 496	

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	PGB 4.1% 04/15/37	250 800 000			0,01	2 692 181	0,02	3 768 666
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	4 012 720 247			0,01	46 537 236	0,01	44 536 858
PTOTEBOE0020	PGB 4.1% 15/2/2045	1 350 000			0,01	16 567	0,02	22 236
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25	23 642 564 809			0,01	229 762 301	0,01	267 079 140
PTOTELOE0028	PGB 0.475% 18/10/30	1 868 670 000			0,01	18 867 456	0,01	18 981 502
PTOTENOE0034	PGB 0.9 12/10/35	66 000 000			0,01	701 653	0,01	670 063
PTOTEOOE0033	PGB 0.3 10/17/31	1 268 400 000			0,01	12 573 626	0,01	12 463 611
PTOTEQOE0015	PGB5 5.65% 15/2/24	13 367 370 000			0,01	157 584 277	0,01	157 948 075
PTOTEROE0014	PGB 3.875% 15/2/30	925 200 000			0,01	10 719 438	0,01	12 293 989
PTOTESOE0013	PGB 2.2 17/10/22	5 427 600 000			0,01	54 054 834	0,01	55 737 697
PTOTETOE0012	PGB 2.875 21/7/26	12 562 600 000			0,01	136 637 015	0,01	144 962 079
PTOTEUOE0019	PGB 4.125 14/4/27	2 440 700 000			0,01	26 567 560	0,01	30 628 090
PTOTEVOE0018	PGB 2.125 10/17/28	23 312 000 000			0,01	241 992 462	0,01	266 312 711
PTOTEWOE0017	PGB 2.25 18/4/34	265 200 000			0,01	3 107 091	0,01	3 181 748
PTOTEXOE0024	PGB 1.95 15/6/29	4 938 500 000			0,01	52 788 454	0,01	56 492 239
PTOTVJOE0005	PGB Float 12/4/22	163			1 000,00	163 000	1 009,83	164 601
PTOTVJOE0002	PGB 1.6 2/8/22	10			1 042,90	10 429	1 016,84	10 168
PTOTVLOE0001	PGB Float 5/12/22	1 525			1 033,76	1 576 483	1 013,18	1 545 092
PTOTVMOE0000	PGB Float 07/23/25	20			1 000,00	20 000	1 051,50	21 030
	...							
	sub-total	94 349 676 774	0			996 372 061		1 076 819 596
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PTRAMXOM0006	GOVMAD Float 9/6/22	65			10 000,00	650 000	10 082,68	655 374
PTRAMYOM0005	GOVMAD 1.971 04/7/28	29			100 000,00	2 900 000	109 961,40	3 188 881
PTSDREOM0000	SAUDA FLOAT 20/06/22	275			10 010,31	2 752 836	10 170,67	2 796 933
PTSDRFOM0009	SAUDCR Float 28/6/23	120			10 000,00	1 200 000	10 201,29	1 224 155
	...							
	sub-total	489	0			7 502 836		7 865 343
	2.1.2.3 - De outros emissores							
BE0002664457	KBCBB 0,5% 03/12/29	10	1 000 000	99,55	99 549,40	995 494	99 523,73	995 237
PTALTEOE0008	ALTCEL 0 06/03/24	11	1 100 000	100,00	100 000,00	1 100 000	100 780,00	1 108 580
PTBCPOM0057	BCPPL 0 3/4 05/31/22	22	2 200 000	99,39	99 386,00	2 186 492	100 924,78	2 220 345
PTBENJOM0015	Novbnc 4.75 15/01/18	3	300 000	91,11	91 110,00	273 330	9 000,00	27 000
PTBEQOM0016	BESPL 10 12/06/21	226	22 600	84,71	84,71	19 144	0,00	0
PTBINJOM0004	CELBI 0 02/22/24	50	500 000	100,00	10 000,00	500 000	10 084,44	504 222
PTBINJOM0003	CELBERA FLOAT 27	13	1 300 000	100,00	100 000,00	1 300 000	97 944,78	1 273 282
PTBSSJOM0015	BRC 1.875% 30/4/25	85	8 500 000	93,33	93 330,81	7 933 119	106 221,57	9 028 833
PTBSSJOM0014	BRCORO 2% 22/3/23	125	12 500 000	104,53	104 533,88	13 066 735	104 034,64	13 004 330
PTCGDOM00037	CXGD 0.375 21/09/27	15	1 500 000	99,85	99 852,00	1 497 780	98 359,79	1 475 397
PTCGDKOM00037	CXGD 5.75 28/6/28	2	200 000	99,55	99 550,00	199 100	110 195,89	220 392
PTCGDMOM0027	CXGD 1.25 25/11/24	36	3 600 000	100,89	100 887,76	3 631 959	102 376,71	3 685 562
PTCGHIOE0014	CXGD 1% 27/1/22	19	1 900 000	101,57	101 573,32	1 929 893	101 003,77	1 919 072
PTEDPKOM0034	EDFPL 4.496 30/4/79	5	500 000	106,50	106 500,00	532 500	109 780,18	548 901
PTEDPKOM0017	EDFPL 1.7% 20/07/80	4	400 000	99,74	99 744,00	398 976	99 018,49	396 074
PTEDPKOM0015	EDFPL 1.625 04/15/27	2	200 000	99,39	99 385,00	198 770	107 223,99	214 448
PTGALCOM0013	GALPL 2 15/01/26	3	300 000	101,12	101 124,80	303 374	106 574,29	319 723
PTGALLOM0004	GALPL 1% 15/2/23	50	5 000 000	99,69	99 691,00	4 984 550	101 866,71	5 093 336
PTGGDAOE0001	GALP 1.375 19/9/23	114	11 400 000	101,80	101 799,76	11 605 173	102 445,78	11 678 819
PTHOVBOE0007	HOVION 0 10/02/23	10	1 000 000	100,09	100 090,00	1 000 900	101 329,13	1 013 291
PTJLLCOM0009	JOSEML 4 09/28/23	140	1 400 000	100,00	10 000,00	1 400 000	10 326,66	1 445 732
PTMENXOM0006	EGLPL 4.375 30/10/24	200	100 000	100,00	500,00	100 000	503,76	100 751
PTOREBOE0006	OREPL 0 07/08/31	244	244 000	100,00	1 000,00	244 000	0,00	0
	...							
	sub-total	1 389	55 166 600			55 401 289		56 273 327
	sub-total	94 349 678 652	55 166 600			1 059 276 186		1 140 958 265
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
BROASPN010R0	OAS Warrants	29 882			0,00	0	0,00	0
DE000A1681X5	Singulus Technologie	47			501,68	23 579	4,03	189
DE000KBX1006	KNORR-BREMSE AG	597			110,62	66 041	86,90	51 879
DE000KSA8888	K+S AG-REG	416			33,39	13 890	15,19	6 317
ES0130670112	Endesa	5 215			22,15	115 493	20,20	105 343
ES0132105018	ACX SME EQUITY	12 404			10,07	124 871	11,39	141 220
ES0173516115	Repsol AG - New	21			0,18	4	10,44	219
FR0000051732	Altos Origin	866			64,48	55 838	37,39	32 380
FR00000120578	SANOFI - AVENTIS	914			83,07	75 928	88,58	80 962
FR00000121972	Schneider	581			124,18	72 148	172,46	100 199
FR00000125007	Saint Gobain	6			37,53	225	61,87	371
FR00000125486	Vinci SA	1 039			89,49	92 976	92,91	96 533
FR00000131104	B. Nattonale Paris	2 460			46,84	115 235	60,77	149 494
FR00000132476	BNP	7 677			9,99	76 720	12,22	93 813
NL0011794037	KONINKLIJKE AHOLD NV	5 890			23,14	136 269	30,14	177 495
US53680L1098	LITHIUM & BORON TECH	50			62,48	3 124	0,92	46
US71654V4086	Petroleo Brasileiro	4 250			14,26	60 621	9,72	41 314
US98986T1088	Zynga Inc	875			11,95	10 457	5,72	5 002
	...							
	sub-total	73 190	0			1 043 419		1 082 778
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DE0006791809	KanAm Grundinvest Fo	139 844			56,66	7 923 609	5,27	736 977
DE0008007998	DEGI International	24 221			51,91	1 257 234	2,10	50 865
DE0008902306	SEB ImmoInvest	7 194			54,50	392 039	1,38	9 928
DE0008902314	SEB ImmoPortfolio Ta	21 426			120,36	2 578 714	6,37	136 483
DE0008907057	Grundbesitz Global	7 941			51,84	411 682	52,44	416 417
DE000A0CAR50	KanAm SPEZIAL grundl	3 245			108,05	350 615	10,88	35 306
DE000A0Q4R36	iShares STOXX Europe	752			92,07	69 234	108,18	81 351
ES0133576035	Eurovalor Iberoameri	16			377,58	6 149	252,43	4 111
FR0007054358	Lyxor ETF-€ Stoxx 50	2 177 021			37,11	80 785 744	42,65	92 849 946
FR0010135103	CARMIGNAC PATRIMOIA	309			648,23	200 079	712,23	219 831
FR0010245514	LYXOR ETF Japan Topx	25 879			143,13	3 704 025	146,54	3 792 309
FR0010251660	Amundi CashCorporate	8			231 440,00	1 890 633	231 050,30	1 887 450
FR0010261198	Lyxor ETF MSCI Europ	198 117			144,65	28 657 516	162,56	32 205 900
FR0010674978	LFP - La Francaise S	507			2 310,76	1 171 556	2 400,74	1 217 175
FR0011088657	AMUNDI 3-6 M-IC	1			101 080,02	126 148	101 068,00	126 133
FR0011550680	BNP Paribas Easy S&P	1 908			7,21	13 756	15,20	29 005
FR0012599645	GRPAMA ULTRA SH TERM	2			9 956,80	17 524	10 006,85	17 612
GB0006778798	Newton Cont. Fund	297			1,52	452	2,18	648
GB00B15KXV33	ETFS WTI Crude Oil	100			15,58	1 558	6,36	636
IE0004445015	JAN HND BAL-A US ACC	3 677			40,69	149 632	37,61	138 315
IE0032523478	iShares Euro Corpora	172 707			139,45	24 083 503	138,99	24 004 956
IE0032722260	BNY Mellon Global Fu	57 500			1,74	99 832	1,99	114 379
IE00B06YB805	PREFX Real Estate C	596			109,30	65 123	63,38	37 764
IE00B06YB912	PREFX Pan European D	20			107,70	2 191	52,14	1 061
IE00B0M63284	iShares European Pro	1 330			46,39	61 699	43,41	57 733
IE00B11XZ103	PIMCO Funds Global I	20			23,81	477	25,18	504
IE00B19FSZ34	MGI Eurozone Equity	151			213,24	32 200	306,09	46 220
IE00B1D7YH97	PIMCO COMMODITIES RE	22 523			6,55	147 522	6,22	140 194
IE00B1FZS350	iShares Developed Ma	4 039			24,49	98 927	26,64	107 599
IE00B1FZS681	iSHARES EUR GOV 3-5Y	17			171,88	2 922	172,78	2 937
IE00B1FZSF77	iSHARES US PROPERTY	1 893			28,25	53 478	32,16	60 869
IE00B1KQX490	MGI Global Equity Fu	1 873			196,34	367 693	355,04	664 883
IE00B1TQ1T17	GREFF GLOB FUND	3 656			75,93	277 628	71,60	261 765
IE00B2Q4XT97	BNY MELLON GL-EM DBT	356 060			0,95	339 993	0,86	307 173
IE00B2R34Y72	PIMCO GLB HY EURHIG	356 640			25,13	8 961 899	25,33	9 033 679
IE00B3F81R35	iSh EURCorpBond ETF	77 774			133,48	10 381 319	133,99	10 420 938
IE00B3T9LM79	SPDR BBG EURO	59 053			59,48	3 512 760	59,31	3 502 433
IE00B3XXRP09	Vanguard S&P500 ETF	8 180			60,49	494 789	79,99	654 294
IE00B3YCGJ38	INVECO SP 500 AC EUR	1 749			541,37	946 848	799,55	1 398 413
IE00B3ZW0K18	ETF IUSE LN	367 988			70,72	26 024 463	103,95	38 250 513
IE00B520F527	SALAR FUND PLC ELÉ	6 804			146,70	998 121	163,34	1 111 365
IE00B53L3W79	iShares Core € ST GR	251			105,90	26 580	145,92	36 626
IE00B5BMR087	iSHARES SP500 ETF	129			121,75	15 706	432,91	55 845
IE00B5MWMH52	iSH EM LOCAL GOV BND	172			48,24	8 298	45,66	7 854
IE00B605WX25	Source EURO STOXX 50	676			90,51	61 186	98,31	66 458
IE00B66F4759	iShares € HY Corp Bd	50			107,59	5 380	102,62	5 131
IE00B6X2VY59	iShares EUR Corp Bon	207			98,13	20 313	95,81	19 833
IE00B7KFL990	PIMCO Funds Global I	10 081			14,02	141 310	13,90	140 096
IE00B7VSHL18	LM-RY US SML CO OPP	2 931			203,00	595 002	207,87	609 267
IE00B80G9288	PIMCO FI Global	78 554			15,08	1 184 399	15,05	1 182 235
IE00B81TMM64	ALGEBRIS FINAN CR-I	34 251			193,44	6 625 276	192,58	6 596 990
IE00B8GFLM95	SPDR GLOBAL REAL EST	3 980			34,25	136 316	38,05	151 419
IE00B8D81B51	Mercer Short Duratio	10 085			102,76	1 036 336	106,74	1 076 473
IE00B8D81C68	Mercer Short Duratio	21 255			102,02	2 168 354	102,25	2 173 324
IE00B8C7GZW19	SPDR BBG 0-3 EURO CO	949 654			30,25	28 730 262	30,14	28 618 773
IE00B8D08T51	AXA Rosenb US Ind Eq	437 934			18,59	8 140 988	24,96	10 930 839
IE00B84TYG73	UBS ETF MSCI USA H	891 781			33,34	29 728 737	38,95	34 730 411
IE00B8DZRX185	Neuberg FI SD EM	2 051			10,40	21 329	10,97	22 498
IE00B8F3N7102	BAISHARES USD HY EUR	2 004 724			4,76	9 538 623	4,67	9 366 071
IE00B8F4RW382	MAN GLG EUROPEAN INC	7 786			93,06	724 534	122,80	956 121
IE00BFRSV973	PIMCO Funds Global I	10 426			11,51	120 000	13,74	143 249
IE00B30KDQ92	X MSCI WORLD 1C EUR	264 649			67,30	17 811 348	86,66	22 935 012
IE00BJSFR200	iSHARES USD HY EUR	33 245			4,51	149 837	4,93	163 855
IE00BKFPD774	ML CRB GEM U-INS	13 012			100,72	1 310 564	103,25	1 343 448
IE00BM67HW99	X S&P500 EUR	21 284			62,00	1 319 560	71,44	1 520 595
IE00BRJT7498	MAN-MAN AHL RIS USD	602			166,18	100 000	148,25	89 212
IE00BWBXMM948	SPDR S&P US TECH SEL	1 596			43,65	69 668	79,90	127 525
IE00BWBZNL290	LM WA MACRO EUR	9 731			93,56	910 400	101,29	985 615
IE00BY NTP542	HEPT DRIEHAUS - IEH	2 486			78,93	196 224	77,56	192 809
IE00BY QP5894	Legg Mason Western A	3 801			119,08	452 640	123,72	470 260
IE00BY VJRF70	JUPITER GOLD SILVER	20 430			17,77	362 987	17,06	348 458
IE00BY ZK4776	iSHR HEALTHCARE INNO	9 050			6,54	59 153	8,44	76 382
IE00BY ZTVV78	ETF iShares EUR Corp	2 295			5,01	11 506	5,00	11 477
IE00B20FKT63	iSH EDG MSCI WLD MLT	40 842			7,16	292 588	8,75	357 327
IE00B2BZ4842	Helicon II Global Eq	8 766			88,97	779 896	127,49	1 117 610
LU0011815304	JPM USD LIQUIDITY A	2			12 050,57	25 547	12 324,65	26 128
LU0041580167	Deutsche USD Floatin	1 664			151,64	252 365	168,72	280 789
LU0064964074	Fidelity Funds - Eur	994			9,26	9 200	8,86	8 808
LU0093503737	BGF ESG MULTI-ASSET	7 190			13,86	99 653	18,36	132 008
LU0094557526	MFS Meridian Eur. A1	2 938			36,44	107 057	49,23	144 619
LU0104885248	Pictet Water-R €	716			209,05	149 742	465,19	333 210
LU0106234643	Schroder Internation	117 215			7,16	839 193	7,14	836 858
LU0106235376	SCHRODER ISF E EQ B	27			30,82	826	40,79	1 093
LU0106819104	Schroder Internation	5 147			24,19	124 513	37,31	192 049
LU0111491469	Parvest Equity High	1 521			84,67	128 803	111,85	170 149
LU0113257934	Schroder Internation	1 122			19,18	21 514	21,99	24 675

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU0113993801	Janus Henderson Emer	4 217			13,90	58 598	15,82	66 701
LU0114721177	Fidelity Funds - Glo	2 870			41,98	120 460	59,75	171 453
LU0115141201	Invesco Pan European	5 291			18,90	100 000	21,04	111 323
LU0115765678	Fidelity Funds - Ibe	1 833			40,29	73 868	47,02	86 200
LU0115773425	FIDELITY FUNDS-GL TEC	2 485			27,70	68 835	49,37	122 684
LU0117861202	JPMorgan Funds - Ame	1 371			15,21	20 845	34,56	47 365
LU0117866854	JPMorgan Funds - Pac	1 417			14,71	20 845	28,74	40 730
LU0144510053	Pictet Eur Sustain	110			208,84	23 065	333,14	36 792
LU0145635123	Deutsche Invest I To	413			148,71	61 473	208,33	86 119
LU0156671504	CANDR BONDS €	7 991			2 190,77	17 506 197	2 187,05	17 476 441
LU0177497814	Standard Life Invest	1 964 457			20,09	39 465 834	19,89	39 082 094
LU0190162189	Pictet BIO-HRC Eqt	115			374,02	43 096	524,28	60 410
LU0201323614	Schroder Internation	204			120,74	24 689	115,28	23 573
LU0205193047	SCHRODERUS SM & EQ A	88			236,61	20 845	406,99	35 856
LU0210302286	Dw s InvL Bric P'INC'	1 438			204,95	294 751	237,34	341 337
LU0217138725	Pictet Prem-R€ Eqt	179			127,78	22 821	251,76	44 964
LU0219424131	MFS MeridianEuropean	2 673			318,00	849 952	329,74	881 330
LU0224509215	Schroder Internation	30			136,33	4 149	170,29	5 182
LU0225310266	BLUEBAY-INV GRADE BD	139 614			197,20	27 532 051	194,20	27 113 012
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 193			1 165,94	2 557 344	0,00	0
LU0225434744	LUX INVEST FD-US	172			581,42	100 000	0,00	0
LU0227127643	AXA WORLD-EUR CR SHR	389 428			137,77	53 652 583	137,66	53 608 716
LU0227384020	Nordea 1 SICAV - Sta	13 290			16,44	218 484	18,88	250 916
LU0227757233	ROBECO HIGH YLD BD-I	886			222,64	197 290	254,77	225 764
LU0238209786	Fidelity Funds - Eur	203			34,67	7 051	44,26	9 001
LU0243957742	Invesco Pan European	18 319			19,16	350 947	22,76	416 950
LU0243958047	Invesco Euro Corpora	1 925 081			20,54	39 532 979	20,38	39 229 113
LU0248317017	Pictet AS EQ-HRC	186			151,04	28 059	196,15	36 440
LU0260869903	Franklin Templeton I	8 905			33,86	301 570	56,11	499 678
LU0260870661	Franklin Templeton I	3 723			26,40	98 287	23,52	87 565
LU0267387503	Fidelity Funds - Glo	15 910			12,57	199 949	13,61	216 540
LU0270905242	Pictet Securi-R€ Eqt	364			108,00	39 269	327,96	119 250
LU0271484411	Schroder Internation	327			136,56	44 679	280,71	91 837
LU0279459704	Schroder Internation	27			15,45	417	22,79	616
LU0280435461	Pictet-CL EN-R€ Eqt	257			71,13	18 247	136,88	35 113
LU0302446991	Schroder Internation	2 190			13,20	28 920	29,89	65 460
LU0319791611	Schroder Internation	731			99,33	72 626	96,47	70 537
LU0323591916	Schroder Internation	5 274			163,40	861 767	269,55	1 421 562
LU0333249109	Vontobel Fund - Emer	7			172,24	1 197	189,98	1 321
LU0340557775	Pictet - Timber	101			123,70	12 507	235,53	23 815
LU0345362361	FIDELITY FUNDS-ASIA	13 875			25,03	347 230	37,94	526 418
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	486 673			48,01	23 364 134	47,59	23 160 751
LU0380865021	dt xtrackersES50 ETF	20 538			53,82	1 105 371	66,73	1 370 501
LU0396620352	ABERDEEN EUROZ FOF	385 613			4,92	1 895 772	0,13	50 130
LU0399027886	FLOSSBACH STORCH BON	1 114			146,34	163 051	145,17	161 742
LU0406512847	JPMorgan Liquidity F	21			8 369,34	179 271	9 184,28	196 727
LU0406802339	Parvest Climate Impa	802			139,74	112 064	311,33	249 665
LU0432616810	INVESCO-BL RISK AL-C	21 962			15,95	350 219	21,51	472 406
LU0438017591	CLEOME INDEX-EUR Eqt	114			2 460,41	280 787	2 582,71	294 744
LU0468289250	BlackRock Global Fun	77 802			16,39	1 275 296	16,43	1 278 287
LU0478205379	DB X-Trackers II BO	51 805			163,15	8 451 836	162,33	8 409 506
LU0489337690	X FTSE EUROPE REAL E	4 829			31,60	152 615	32,02	154 600
LU0489687326	MANDARINE-UNIQUE EUR	5			19 917,61	99 588	21 019,71	105 099
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	32 652			29,92	977 105	43,10	1 407 399
LU0507265923	Deutsche Invest I To	441			203,87	90 000	250,22	110 462
LU0507266228	Deutsche Invest I To	394			214,58	84 545	272,86	107 507
LU0534240071	Invesco Global Total	25 599			13,60	348 159	15,58	398 819
LU0539144625	NORDEA 1-EURO CON BD	65 773			14,69	965 993	14,99	985 933
LU0549539178	BLUEBAY INVEST GR €	54			174,21	9 445	184,21	9 987
LU0552385295	MSIF GLOBAL OPPORTUN	723			139,11	100 578	117,31	84 813
LU0583240519	MFS MER EM DEBT FUND	782			12,48	9 765	13,83	10 818
LU0592589740	PICETET TR-MANDARIN-I	1 464			171,71	251 382	176,36	258 191
LU0593849028	MIRAE ASSET ASIA GR	21 646			16,56	358 432	14,17	306 724
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	1 664			143,28	238 418	162,57	270 516
LU0607519435	INVESCO EU ST BOND-C	25 689			11,60	298 076	11,60	297 938
LU0607980959	NORD 1 SIC-GL ST EQ	4 175			35,94	150 042	32,58	136 014
LU0616856935	Deutsche Invest I Br	705			101,96	71 845	121,83	85 849
LU0629158030	WELL GBL QTY GROWTH	3 360			44,51	149 575	40,59	136 385
LU0638558717	RUF-TOT R I OEC	6 569			132,36	869 485	155,75	1 023 122
LU0740858492	JPMorganGlobal Incom	643			126,51	81 382	153,63	98 827
LU0757360457	Schroder Internation	440			114,07	50 191	123,33	54 266
LU0772943501	NORDEA 1-EUR FN DEB	2 410			187,63	452 190	198,28	477 855
LU0803997666	NN-L-US CREDIT-H	148			7 103,18	1 048 430	7 089,28	1 046 378
LU0828244219	JAN HND HRZN GLB PR	9 570			15,30	146 377	18,42	176 272
LU0835355893	JUPITER DYN BD FUND	11 313			14,30	161 786	14,52	164 267
LU0895805017	JUPITER JCF DY B FD	99 108			13,61	1 349 845	13,87	1 375 876
LU0951203008	Fidelity Funds - Glo	19 218			11,61	223 079	20,63	396 476
LU0957027591	FIDELITY FND-EU HY-I	89 546			147,07	13 169 362	146,41	13 110 384
LU0957801565	THREANEEDLE-PN EU S	32 257			13,77	444 258	16,11	519 580
LU0958694670	JPM AGGREGATE BOND-I	1 809			90,36	163 479	90,36	163 471
LU0959211243	LYXOR S&P 500-D Hed	590			246,69	145 546	255,50	150 745
LU0963987432	MIRABAUD-GLOB STR B	0			102,83	49	111,50	54
LU0976557073	JAN HND HRZN GLB PR	558			18,72	10 446	18,78	10 479
LU0980584436	NATIX-LX ST EMRKT B-	13 034			99,51	1 297 076	106,49	1 387 991
LU0992293067	Jupiter JCF - Dynam	19 110			10,02	191 403	9,10	173 955
LU0996179858	AMUNDI FDS-ID MSCI J	47			117 982,93	5 549 209	118 475,00	5 572 353
LU0997588057	GSE-EN EUR SH D B PL	67 124			10,64	713 940	10,55	708 158
LU1004011935	JAN HND HRZN EURO CO	102 161			123,71	12 638 384	123,57	12 624 081
LU1004133291	Invesco Global Targe	41 104			10,95	450 000	9,75	400 589
LU1055198771	PICETET-SHTRM EM CRP	14 297			81,86	1 170 297	80,71	1 153 902
LU1071462532	PICETET TR - A GORA-IE	6 444			123,91	798 452	128,16	825 866
LU1078767826	SCHRODER INTL EURO C	3 772 341			27,10	102 232 762	27,05	102 034 646
LU1111643042	ELEVA EUROPEAN SEL-I	17 435			1 578,17	27 514 584	1 911,68	33 329 242
LU1115920552	Pictet - Multi - Ass	740			137,24	101 560	140,91	104 273
LU1136108757	ALLIANZ EURO CREDIT	21 106			1 142,12	24 105 428	1 139,14	24 042 459
LU1145633233	ALLIANZ EURO CREDIT	6			1 147,98	6 888	1 141,11	6 847
LU1157401305	AXA WF-GLB FLEX PROP	688			120,32	82 782	126,35	86 929
LU1171709931	Vontobel Eqt AIEU	929			169,56	157 522	226,99	210 872
LU1186220148	Deutsche Invest I Mu	2 989			99,18	296 506	125,41	374 913
LU1232088382	ALGER DYNAMIC OPPORT	38 252			15,45	590 982	18,43	704 984
LU1245470080	Flossbach von Storch	2 660			115,20	306 467	124,87	332 180
LU1284738405	FIDELITY ASIAN BD FD	80 531			9,39	756 034	9,46	762 224
LU1325139290	VONTOBEL-TWNTYFR STR	1 590			102,10	162 320	98,70	156 915
LU1331972494	ELEV-ABS LRET EUR FD	571			1 155,49	659 785	1 253,14	715 543
LU1339879915	ALGER SMALL CAP FOCU	7 703			24,93	192 016	27,10	208 728
LU143232698	PICETET TR - ATLAS €	7 585			114,90	871 521	125,33	950 628
LU1437017350	AMUNDI INDEX MSCI EM	136			52,25	7 106	66,87	9 094
LU1437018168	AMUNDI IEACS ETF DR	126			54,72	6 894	54,24	6 834

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU1442548993	MFS MER-PRUDENT CAP-	10 699			14,00	149 786	12,25	131 022
LU1443248544	Exane Funds 2 - Exan	1 657			11 590,89	19 205 348	16 777,74	27 799 631
LU1481584016	FLOSBACH STORCH BD	6 535			124,88	816 119	122,82	802 629
LU1490674006	DWS INVEST-EU CORB	231 801			112,91	26 171 835	112,51	26 079 986
LU1491344765	THREANEEDLE-GLB FOC	39 265			19,24	755 329	23,17	909 684
LU1525532344	VONTORB- EUR CRP MID	153 432			117,32	18 001 124	115,71	17 753 559
LU1534073041	DEU FLOATING RATE	9 187			83,66	768 624	84,06	772 286
LU1549405022	INVECO GL INV G CB-	11 398			11,51	131 226	11,46	130 585
LU1555973566	FIDENTIS TORDEU FN	15 044			9,58	144 061	10,11	152 065
LU1585265819	TIKEHAU SHORT DUR IA	7 540			129,86	979 147	128,97	972 434
LU1663931324	DWS INVEST-GLB INF-T	3 986			115,41	460 016	144,63	576 495
LU1681042609	AMUNDI MSCI EUROPE U	1 780			273,59	486 993	298,05	530 522
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO STOXX	128 387			94,02	12 070 381	100,38	12 887 487
LU1681048804	AMUNDI S&P 500 UCITS	20 111			55,90	1 124 219	79,53	1 599 468
LU1681049109	AMUNDIS&P500UCITS IT	99 251			105,76	10 497 242	120,42	11 951 805
LU1694789378	DNCA Invest Alpha Bo	11 818			103,16	1 219 108	109,87	1 298 444
LU1727354448	JPM Global Corp I26	3 364			106,70	358 985	110,55	371 939
LU1731833056	Fidelity Funds - Glo	50 214			11,58	581 374	15,26	766 266
LU1753724316	FIDENTIS TORD-IBER	4 355			10,25	44 634	11,98	52 160
LU1777195956	MAN AHL TRD H EUR	10 689			121,65	1 300 336	111,20	1 188 635
LU1791806000	BGF-GL HYLD-I2 HDG	1 626			11,67	18 971	11,55	18 776
LU1819949246	BNP PAR SUS ENH BD 1	30			103 459,78	3 101 207	103 349,50	3 097 901
LU1829218319	LYXOR BARCL FLT EUR	60 058			100,27	6 021 922	100,41	6 030 124
LU1829219127	LYXOR EUR CORP BOND	3 218			153,28	493 253	156,02	502 072
LU1883332816	AMUNDI GL MA T INC-	383			965,16	369 430	1 210,42	463 306
LU1883851500	AMUNDI PION US BOND-	253			2 357,96	596 565	2 519,22	637 363
LU1883855329	AMUNDI PI US EQ F GR	5 774			2 062,98	11 910 982	2 326,93	13 434 968
LU1947902281	NORDEA 1 SIC-GL LIST	10 953			10,51	115 159	12,37	135 489
LU1951225124	NATIX-THEMATIC SAFET	5 189			109,83	569 905	162,66	844 043
LU1988018799	Santdr Go Nth Amer E	159 994			141,50	22 638 531	157,62	25 218 873
LU2066004388	ALLIANZ-STRATEGIC BO	10 106			125,74	1 270 735	117,63	1 188 769
LU2090056115	FRANKLIN K2 ELECTRON	30 383			14,27	433 557	13,56	411 993
LU2122596591	M&G LX GF RA HY EUR	527 445			12,23	6 451 285	12,38	6 529 083
LU2139470012	INVECO JAPANESE EQAD	15 395			13,14	202 259	13,38	205 981
LU2188668326	M G EU CRD QIA CCEUR	395 633			101,42	40 125 939	100,60	39 800 649
LU2250435075	SANTANDER FUTURE WEA	969			102,72	99 569	89,73	86 981
LU2275660350	SCHRODER INTSEL CHN	5 058			95,19	481 485	98,41	497 782
LU2275736432	UBS LX BOND- CHINA	75 490			106,22	8 018 588	114,10	8 613 452
LU2297237823	ASSI-EURO CP BD-TA	495 624			9,91	4 911 609	9,88	4 896 121
LU2337346832	SANT FUTURE WEALTH	96 116			109,11	10 486 842	112,24	10 788 455
US46137V 3087	INVECO BUYBACK ACH	2 554			67,18	171 581	85,32	217 911
US4642871762	iShares TIPS Bond ET	131			95,23	12 475	114,06	14 941
US4642876480	iShares Russell 2000	97			129,18	12 530	260,17	25 237
US4642877215	ISHARES USTECHNOLOGY	848			53,86	45 676	101,75	86 282
US4642883726	ISHARES GLOBAL INFRA	6 491			39,16	254 209	41,88	271 824
US78463X 7497	SPDR DJ GLOBAL REAL	556			48,72	27 089	50,00	27 800
US78464A 4904	SPDR Citi Internatio	283			44,26	12 526	47,53	13 450
US78464A 6560	SPDR PORTFOLIO TIPS	9 548			26,72	255 079	27,79	265 381
US81369Y 8030	TECHNOLOGY SELECT SE	536			85,14	45 636	153,83	82 452
US81369Y 8600	REAL ESTATE SELECT S	203			44,24	8 980	45,87	9 311
US9220426764	VANGUARD GL US REAL	510			49,44	25 212	47,67	24 311
US92204A 5048	VANGUARD HEALTH CARE	266			172,38	45 852	236,56	62 925
US9229085538	VANGUARD REAL ETF	625			98,21	61 384	102,64	64 147
	sub-total	22 160 823				961 529 874		1 013 143 753
	2.2.1.4 - Outros							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	22 234 013	0			962 573 294		1 014 226 531
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
AT0000A1VGK0	RAGB 0.5% 20/04/27	2 762	2 762 000	105,23	1 052,32	2 906 508	1 045,26	2 886 999
DE0001102325	DBR 2% 15/8/23	35 000 000	350 000	108,62	0,01	380 153	0,01	367 971
DE0001102523	DBR 0 15/11/27	50 900 000	509 000	103,22	0,01	525 386	0,01	521 374
DE0001102564	DBR 0 15/08/31	108 873 323	1 088 733	101,20	0,01	1 101 787	0,01	1 106 915
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	41 600 000	416 000	101,16	0,01	420 826	0,02	699 552
DE0001141810	OBL 0 11/04/25	604 500 000	6 045 000	102,51	0,01	6 196 850	0,01	6 162 092
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	105 300 000	1 053 000	43,28	0,00	455 737	0,01	1 081 884
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	183 100 000	1 831 000	29,95	0,00	548 311	0,01	1 839 532
ES0000011868	SPGB 6% 31/01/2029	250 000 000	2 500 000	149,79	0,01	3 744 810	0,01	3 663 321
ES0000012162	SPGB 4.8% 31/1/25	515	515 000	115,57	1 155,73	595 200	1 155,38	595 023
ES0000012265	SPGB 4.65% 30/7/25	3 745	3 745 000	124,95	1 249,53	4 679 503	1 197,94	4 486 272
ES00000123C7	SPGB 5.9% 30/07/2026	7 310	7 310 000	141,36	1 413,59	10 333 334	1 302,94	9 524 526
ES00000123K0	SPGB 5.85% 31/01/22	12 914	12 914 000	127,66	1 276,61	16 486 620	1 058,47	13 669 105
ES00000123J9	SPGB 5.4% 31/1/2023	6 665	6 665 000	125,32	1 253,21	8 352 623	1 114,04	7 425 088
ES00000123X3	SPGB 4.4% 31/01/23	21 933	21 933 000	123,05	1 230,45	26 987 460	1 097,85	24 079 231
ES0000012411	SPGB 5.75% 30/07/32	4 571	4 571 000	158,78	1 587,78	7 257 739	1 559,30	7 127 550
ES00000124C5	SPGB 5.15% 31/10/28	2 540	2 540 000	137,05	1 370,47	3 480 987	1 344,56	3 415 177
ES00000124W3	SPGB 3.8% 30/4/24	2 826	2 826 000	115,55	1 155,52	3 265 494	1 125,96	3 181 966
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/24	28 765	28 765 000	111,48	1 114,83	32 067 985	1 096,43	31 538 844
ES0000012621	SPGB 1.6% 30/4/25	12 469	12 469 000	101,36	1 013,59	12 638 429	1 076,47	13 422 535
ES00000127A2	SPGB 1.95% 30/7/30	6 372	6 372 000	106,59	1 065,95	6 792 232	1 141,52	7 273 771
ES00000127G9	SPGB 2.15% 31/10/25	39 015	39 015 000	107,84	1 078,40	42 073 910	1 094,75	42 711 751
ES00000127Z9	SPGB 1.95 30/4/26	4 470	4 470 000	105,49	1 054,86	4 715 224	1 104,50	4 937 126
ES00000128H5	SPGB 1.3 31/10/26	11 628	11 628 000	99,85	998,46	11 610 088	1 069,68	12 438 218
ES00000128O1	SPGB 0.4 30/4/22	8 164	8 164 000	100,53	1 005,30	8 207 246	1 006,54	8 217 359
ES00000128P8	SPGB 1.5 30/4/27	6 700	6 700 000	98,56	985,64	6 603 788	1 090,22	7 304 471
ES00000128Q6	SPGB 2.35 30/7/2033	290	290 000	125,32	1 253,23	363 437	1 197,02	347 136
ES0000012A89	SPGB 1.45 31/10/27	12 225	12 225 000	99,82	998,18	12 202 772	1 084,36	13 256 338
ES0000012A97	SPGB 0.45 31/10/22	6 120	6 120 000	100,59	1 005,88	6 155 975	1 010,16	6 182 206
ES0000012B39	SPGB 1.4 30/4/28	14 015	14 015 000	100,52	1 005,17	14 087 520	1 086,62	15 228 918
ES0000012B62	SPGB 0.35 30/07/23	350	350 000	101,46	1 014,60	355 110	1 015,69	355 490
ES0000012B88	SPGB 1.4 30/07/28	194 032	194 032 000	99,59	995,85	193 227 672	1 089,78	211 451 560
ES0000012E51	SPAIN 1.45 30/04/29	37 647	37 647 000	102,56	1 025,57	38 609 532	1 093,45	41 165 210
ES0000012E69	SPGB 1.85 30/07/35	1 000	1 000 000	115,74	1 157,36	1 157 360	1 132,27	1 132 266
ES0000012F43	SPGB 0.6 31/10/29	10 790	10 790 000	103,61	1 036,10	11 179 555	1 026,22	11 072 905
ES0000012F76	SPGB 0.5% 30/04/30	9 380	9 380 000	100,33	1 003,31	9 411 072	1 011,84	9 491 058
ES0000012F92	SPGB 0 31/01/25	13 764	13 764 000	101,33	1 013,32	13 947 336	1 010,64	13 910 449
ES0000012G26	SPGB 0.8 30/07/27	700	700 000	100,89	1 008,86	706 202	1 045,53	731 869
ES0000012G34	SPGB 1.25 31/10/30	10 005	10 005 000	109,31	1 093,15	10 936 921	1 068,99	10 695 278
ES0000012G91	SPGB 0 31/01/26	8 362	8 362 000	101,14	1 011,36	8 456 957	1 004,64	8 400 800
ES0000012H33	SPGB 0% 31/05/24	6 888	6 888 000	101,24	1 012,44	6 973 687	1 009,37	6 952 541
ES0000012H41	SPGB 0.1 30/04/31	7 159	7 159 000	95,97	959,69	6 870 419	965,33	6 910 826
ES0000012I92	SPGB 0.5 31/10/31	5 892	5 892 000	101,89	1 018,86	6 003 106	994,41	5 859 060
ES00000101636	MADRID 3 7/8 09/01/2	2 800	2 800 000	116,18	1 161,80	3 253 040	1 041,84	2 917 158
ES00000101842	MADRID 0.747 30/4/22	1 500	1 500 000	100,00	1 000,00	1 500 000	1 009,38	1 514 077
ES0224261042	CORES 1 1/2 27/11/22	16	1 600 000	100,12	100 115,93	1 601 855	101 834,84	1 629 357
ES0378641288	FADE 0.625 17/3/22	20	2 000 000	101,88	101 880,00	2 037 600	100 736,58	2 014 732

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 650 000	4 650 000	39,32	0,39	1 828 566	0,95	4 421 174
FR0000578544	FRTR 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,25	9 099 900
FR0010172494	France OAT Strip 44	6 000 000	1 500 000	24,41	0,06	366 150	0,21	1 243 440
FR0011337880	FRTR 2.25 25/10/22	41 000	41 000	105,99	1,06	43 455	1,03	42 130
FR0011486067	FRTR 1.75% 25/5/23	40 000	40 000	109,31	1,09	43 724	1,04	41 747
FR0012517027	FRTR 0.5 25/5/25	40 000	40 000	100,89	1,01	40 354	1,04	41 430
FR0013250560	FRTR 1% 25/05/27	4 120 427	4 120 427	108,15	1,08	4 456 082	1,08	4 432 322
FR0013283686	FRTR 0 25/03/23	40 000	40 000	100,55	1,01	40 220	1,01	40 312
FR0013344751	FRTR 0 25/03/24	26 900	26 900	99,52	1,00	26 771	1,01	27 243
FR0013415627	FRTR 0 25/03/25	8 355 000	8 355 000	102,00	1,02	8 522 184	1,01	8 476 148
FR0014001N46	FRTR 0 25/02/24	488 000	488 000	101,70	1,02	496 291	1,01	493 954
ED008453J047	IRISH 3.9 03/20/23	20 000 000	200 000	121,64	0,01	243 288	0,01	217 089
ED0086X9ST99	IRISH 3.4 03/18/24	75 000 000	750 000	120,19	0,01	901 425	0,01	836 093
ED00BV8C9418	IRISH 1 05/15/26	50 000 000	500 000	98,49	0,01	492 450	0,01	532 364
IT0000366655	BTPS 9% 1/11/23	712 800 000	7 128 000	150,42	0,02	10 722 126	0,01	8 430 676
IT0001174611	BTPS 6.5% 1/11/27	449 600 000	4 496 000	141,72	0,01	6 371 955	0,01	6 071 784
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	12 800 000	128 000	106,19	0,01	135 928	0,01	172 185
IT0004356843	BTPS 4.75% 1/8/23	1 726	1 726 000	122,13	1 221,25	2 107 882	1 099,84	1 898 321
IT0004513641	BTPS 5.5% 01/03/2025	5 500	5 500 000	123,15	1 231,45	6 772 975	1 166,05	6 413 290
IT0004759673	BTPS 5% 1/3/22	31 478	31 478 000	118,80	1 187,96	37 394 680	1 025,86	32 292 047
IT0004801541	BTPS 5.5% 1/9/22	1 626	1 626 000	123,50	1 234,96	2 008 040	1 057,15	1 718 919
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	1 212 800 000	12 128 000	33,20	0,00	4 026 132	0,01	12 165 718
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1 341 000 000	13 410 000	23,02	0,00	3 086 415	0,01	12 059 881
IT0004848831	BTPS 5.5 1/11/22	9 260	9 260 000	123,48	1 234,83	11 434 488	1 058,52	9 801 876
IT0004923998	BTPS 4.75% 1/9/2044	7	7 000	121,65	1 216,50	8 516	1 562,87	10 940
IT0004953417	BTPS 4.5% 1/3/24	760	760 000	109,41	1 094,06	831 482	1 113,81	846 492
IT0005024234	BTPS 3.50% 01/03/30	5 360	5 360 000	125,29	1 252,93	6 715 705	1 218,13	6 529 153
IT0005045270	BTPS 2.5% 1/12/24	9 520	9 520 000	107,19	1 071,90	10 204 513	1 071,83	10 203 813
IT0005090318	BTPS 1.5% 1/6/25	670	670 000	99,85	998,55	669 027	1 045,79	700 678
IT0005104473	CCTS Float 15/6/22	1 000	1 000 000	100,65	1 006,50	1 006 500	1 003,12	1 003 121
IT0005127086	BTPS 2% 1/12/25	8 205	8 205 000	101,58	1 015,80	8 334 605	1 069,54	8 775 564
IT0005135840	BTPS 1.45% 15/9/22	1 500	1 500 000	104,11	1 041,15	1 561 718	1 017,75	1 526 619
IT0005170839	BTPS 1.6% 1/6/26	450	450 000	103,39	1 033,30	465 255	1 055,33	474 898
IT0005172322	BTPS 0.95 15/3/23	853	853 000	100,99	1 009,85	861 403	1 019,04	869 245
IT0005210650	BTPS 1.25 1/12/26	1 764	1 764 000	97,15	971,53	1 713 783	1 042,39	1 838 779
IT0005244782	BTPS 1.2 1/4/22	2 231	2 231 000	102,60	1 026,01	2 289 027	1 007,80	2 248 408
IT0005246340	BTPS 1.85% 05/15/24	2 000	2 000 000	99,14	991,40	1 982 800	1 047,06	2 094 124
IT0005277444	BTPS 0.9 01/08/22	2 000	2 000 000	101,06	1 010,55	2 021 100	1 011,53	2 023 064
IT0005282527	BTPS 1.45 15/11/24	4 425	4 425 000	100,74	1 007,40	4 457 725	1 041,05	4 606 658
IT0005323032	BTPS 2% 1/2/28	17 173	17 173 000	98,89	988,93	16 982 927	1 091,50	18 744 247
IT0005325946	BTPS 0.95 1/3/23	2 616	2 616 000	101,45	1 014,54	2 654 034	1 018,66	2 664 802
IT0005345183	BTPS 2.5 15/11/25	5	5 000	100,00	999,99	5 000	1 089,56	5 448
IT0005365165	BTPS 3 01/08/29	3 005	3 005 000	109,34	1 093,40	3 285 681	1 173,01	3 524 904
IT0005403396	BTPS 0.95 01/08/30	9 700	9 700 000	100,02	1 000,25	9 702 409	1 000,20	9 701 961
IT0005408502	BTPS 1.85 01/07/25	931	931 000	107,51	1 075,10	1 000 923	1 065,94	992 390
IT0005413171	BTPS 1.65 01/12/30	517	517 000	106,76	1 067,62	551 961	1 052,55	544 169
IT0005415291	BTPS 1.15 14/07/30	2 000	2 000 000	102,81	1 028,05	2 056 100	1 016,01	2 032 028
IT0005416570	BTPS 0.95% 15/09/27	1 204	1 204 000	103,90	1 038,99	1 250 944	1 024,04	1 232 949
IT0005422891	BTPS 0.9% 01/04/31	10 729	10 729 000	100,95	1 009,51	10 831 077	982,99	10 546 550
IT0005433690	BTPS 0.25 15/03/28	520	520 000	100,39	1 003,89	522 020	974,72	506 852
IT0005436693	BTPS 0.6% 01/08/31	1 000	1 000 000	99,10	991,02	991 020	954,53	954 535
IT0005445306	BTPS 0.5 15/07/28	900	900 000	100,24	1 002,35	902 119	987,52	888 768
IT0005449969	BTPS 0.95 01/12/31	3 492	3 492 000	99,39	993,91	3 470 726	977,06	3 411 890
IT0005454241	BTPS 0 01/08/26	520	520 000	98,64	986,44	512 947	980,28	509 746
IT0005466013	BTPS 0.95 01/06/32	3 260	3 260 000	98,23	982,32	3 202 363	972,63	3 170 764
XS1310941247	DEXGRP 1 1/4 10/27/2	4	400 000	104,00	104 000,00	416 000	105 103,03	420 412
XS1559352437	DEXGRP 0 5/8 02/03/2	18	900 000	99,62	49 809,00	896 562	51 239,25	922 306
...								
sub-total		5 313 748 898	759 924 060			778 746 527		816 393 198
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
ES0200002014	ADIFAL 1 7/8 22/9/22	59	5 900 000	105,49	105 490,44	6 223 936	102 210,84	6 030 439
ES0200002022	ADIFAL 0.8 07/05/23	11	1 100 000	98,97	98 970,00	1 088 670	102 282,52	1 125 108
IT0005105488	CDEP 1 1/2 04/09/25	2	200 000	99,89	99 889,00	199 778	105 115,26	210 231
IT0005314544	CDEP 0 3/4 11/21/22	10	1 000 000	99,84	99 839,00	998 390	101 004,25	1 010 042
XS1072141861	ADEF 3.5% 27/5/24	10	1 000 000	115,00	115 000,00	1 150 000	111 224,00	1 112 240
XS1326536155	AGFRNC 0 1/2 10/25/2	1	100 000	99,68	99 676,00	99 676	100 848,15	100 848
XS2270142966	DBHNGR 625 08/12/50	300	300 000	99,54	995,37	298 611	861,76	258 528
...								
sub-total		393	9 600 000			10 059 061		9 847 436
2.2.2.3 - De outros emissores								
BE0002258276	VGFBB 3.9 21/09/23	6	6 000	103,70	1 037,00	6 222	1 065,90	6 395
BE0002728096	KBCBB 0.125 10/09/26	10	1 000 000	99,67	99 667,00	996 670	99 270,70	992 707
BE0002799808	KBCBB 0.75 31/05/31	60	600 000	99,60	99 599,80	5 976 588	9 961,58	597 695
BE0002803840	FLUVIU 0.25 14/06/28	5	500 000	99,34	99 344,00	496 720	98 524,67	492 623
BE0265142099	ABIBB 2.7 31/03/26	800	800 000	115,13	1 151,31	921 048	1 127,77	902 213
BE0301511034	ABIBB 2.23/1/35	500	500 000	110,37	1 103,70	551 850	1 116,31	558 157
BE0328784566	CBIBB 0.125 08/2/28	55	5 500 000	98,71	98 708,95	5 483 992	97 891,99	534 059
BE0328785207	CBIBB 0.375 08/6/27	9	900 000	99,75	99 746,00	897 714	99 495,67	895 497
CH0409606354	UBS 1.25 17/04/25	6 839	6 839 000	103,43	1 034,30	7 073 578	1 035,13	7 079 253
CH0576402181	UBS 0.25 05/11/28	750	750 000	99,19	991,93	743 948	983,32	737 490
CH1204180779	BAER 0% 25/06/24	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	998,93	998 930
DE000A0EUBN9	NDB 5 5/8 PERP	20	20 000	61,88	618,79	12 376	495,00	9 900
DE000A11QRT73	BAYNGR 3.75% 01/7/74	7	7 000	101,40	1 014,00	7 098	1 043,90	7 307
DE000A14J611	BAYNGR 2.375 02/4/75	800	800 000	102,36	1 023,60	818 880	1 012,17	809 737
DE000A14J706	ZFFNGR 2.75 27/4/23	2	200 000	104,35	104 350,00	208 700	104 726,03	209 452
DE000A190NE4	DAIGR 1 11/11/25	12 089	12 089 000	101,42	1 014,25	12 261 262	1 037,46	12 541 821
DE000A19227H	ANNGR 0.875 03/7/23	8	800 000	99,44	99 437,00	795 496	101 586,30	812 690
DE000A19UR61	ANNGR 0.75 15/1/24	94	9 400 000	100,15	100 146,72	9 413 792	102 175,23	9 604 472
DE000A19ELQ3	ALV 5.625 17/10/42	13	1 300 000	119,18	119 181,38	1 549 358	105 413,23	1 370 372
DE000A1ZLUN1	ANNGR 2.125 09/07/22	1 237	1 237 000	105,14	1 051,37	1 300 541	1 022,82	1 265 224
DE000A287179	ANNGR 1 28/01/41	2	200 000	98,36	98 355,00	196 710	88 991,03	177 982
DE000A289RN6	DAIGR 2.625 7/04/25	2 055	2 055 000	107,59	1 075,91	2 210 987	1 104,31	2 269 349
DE000A289X16	DAIGR 1.625 22/08/23	800	800 000	104,39	1 043,90	835 120	1 036,30	829 037
DE000A2LQ5M4	HOTGR 1.75 03/07/25	400	400 000	105,57	1 055,68	422 272	1 055,79	422 314
DE000A2YNZK6	DAIGR 0.75 08/02/30	600	600 000	102,86	1 028,55	617 130	1 030,94	618 564
DE000A3ESMG8	ANNGR 0.375 16/06/27	5	500 000	99,95	99 947,00	499 735	99 003,45	495 017
DE000A3HJ3M4	DAIGR 0.75 11/03/33	700	700 000	99,26	992,60	694 820	1 009,38	706 568
DE000BHYOGA7	BHH 0.5 05/11/29	15	1 500 000	99,16	99 157,00	1 487 355	100 875,08	1 513 126
DE000CB0HRQ9	CMZB 0.75 24/03/26	56	5 600 000	100,97	100 972,79	5 654 476	102 069,51	5 715 892
DE000C240K07	CMZB 1.5% 21/9/22							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
ES0313679K13	BKTSM 0.875 05/03/24	7	700 000	99,88	99 878,00	699 146	102 499,97	717 500
ES0413211873	BBVASM 0 5/8 03/18/2	2	200 000	99,27	99 272,00	198 544	101 719,87	203 440
ES0413307093	BKIASM 1 09/25/25	4	400 000	99,09	99 093,00	396 372	103 961,50	415 846
ES0813211002	BBVASM 5,875 PERP	1	200 000	96,45	192 900,00	192 900	212 511,11	212 511
FR0010014845	PELIGOT 6 09/19/33	4	4 000	127,38	1 273,77	5 095	1 462,11	5 848
FR0011318658	EDF 2 3/4 03/10/23	1	100 000	109,20	109 200,00	109 200	105 897,67	105 898
FR0012173862	RFPF 2 125% 27/09/24	3	300 000	107,19	107 191,67	321 575	105 932,90	317 799
FR0012648590	SEVFP 2,5 PERP	7	700 000	101,98	101 980,00	713 860	101 941,26	713 589
FR0012881555	ITILINF 2 20 05/08/25	3	300 000	109,50	109 500,00	328 500	107 397,08	322 191
FR0013152907	RTEFRA 2% 18/04/36	6	600 000	114,92	114 916,00	689 496	114 802,70	688 816
FR0013210408	VIEFP 0.314 4/10/23	21	2 100 000	100,76	100 761,08	2 115 983	100 839,56	2 117 631
FR0013241130	BPCE Float 9/3/22	1	100 000	101,69	101 690,00	101 690	100 205,18	100 205
FR0013241361	RENAUL 1.375 08/3/24	3 300	3 300 000	103,19	103 194	3 405 389	1 034,68	3 414 456
FR0013245586	PELIGOT 2% 23/03/24	700	700 000	105,56	1 055,57	738 899	1 056,08	739 257
FR0013260486	RENAUL Float 14/3/22	50	50 000	100,34	1 003,44	50 172	1 000,84	50 042
FR0013291556	CMARK 1.875 25/10/29	10	1 000 000	104,29	104 290,00	1 042 900	103 463,32	1 034 633
FR0013299641	BNP 1 29/11/24	7	700 000	94,37	94 370,00	660 590	101 880,41	713 163
FR0013311347	HOFF 0.75 23/01/25	10	1 000 000	101,85	101 850,00	1 018 500	102 405,80	1 024 058
FR0013311503	SOCGEN 1.125 23/1/25	38	3 800 000	104,24	104 243,39	3 961 249	104 026,19	3 952 995
FR0013312154	ACAF 2,625 29/1/2048	3	300 000	99,98	99 983,00	299 949	108 798,63	326 396
FR0013327962	CAPP 1 18/10/24	3	300 000	102,45	102 452,20	307 357	102 659,48	307 978
FR0013334695	Ren 1.625% 26/05/26	700	700 000	102,60	1 026,00	718 200	1 046,44	732 511
FR0013344215	SUFF 1.375 21/06/27	5	500 000	99,03	99 030,00	495 150	106 772,82	533 864
FR0013368164	RTEFRA 1.5 27/09/30	10	1 000 000	98,58	98 583,00	985 830	107 900,52	1 079 005
FR0013393774	RENAUL 2 11/07/24	3 110	3 110 000	105,27	1 052,69	3 273 879	1 049,71	3 264 611
FR0013396512	ORAFP 1.125 15/07/24	39	3 900 000	103,41	103 410,64	4 033 015	103 203,97	4 024 955
FR0013398229	ENGIFP 3.25% PERP	5	500 000	109,71	109 710,00	548 550	110 108,56	550 543
FR0013412343	BPCEGP 1 1/4/25	10	1 000 000	99,83	99 826,00	998 260	103 433,43	1 034 334
FR0013412699	RENAUL 0.75 10/04/23	600	600 000	99,78	99 777	598 662	1 011,81	607 083
FR0013412707	RENAUL 1.75 10/04/26	200	200 000	106,66	1 066,56	213 312	1 053,22	210 645
FR0013414091	CMARK 1.625 15/4/26	4	400 000	99,64	99 640,00	398 560	106 381,99	425 528
FR0013416146	AUCHAN 2.375 25/4/25	15	1 500 000	108,52	108 522,00	1 627 830	107 075,22	1 606 128
FR0013425139	PUBP 0.625% 13/6/25	23	2 300 000	96,53	96 531,17	2 220 217	101 436,89	2 333 048
FR0013430733	SOCGEN 0.875 01/7/26	12	1 200 000	102,13	102 134,58	1 225 615	102 234,10	1 226 809
FR0013430840	UMGVYV 1.625 02/7/29	4	400 000	99,20	99 198,00	398 792	106 217,73	424 871
FR0013444692	ORAFP 1.375% 04/9/49	5	500 000	99,00	99 004,00	495 020	102 201,29	511 006
FR0013444759	BNP 0.125% 04/09/26	6	600 000	98,18	98 175,00	589 050	99 133,75	594 803
FR0013444775	ENGIFP 0% 04/03/27	8	800 000	100,01	100 007,00	800 056	98 284,00	786 272
FR0013456423	RFPF 0 24/10/23	3	300 000	99,91	99 912,00	299 736	100 269,00	300 807
FR0013463676	BEFF 0.75 27/11/31	6	600 000	98,54	98 537,00	591 222	102 321,92	613 932
FR0013476090	RENAUL 1.125 15/1/27	500	500 000	99,39	99 393	496 965	1 019,97	509 984
FR0013486834	TEREGA 0.625 27/2/28	2	200 000	99,35	99 349,00	198 698	99 483,40	198 967
FR0013494168	SUFF 0.25 11/03/29	5	500 000	99,30	99 301,00	496 505	99 758,74	498 794
FR0013506292	ORAFP 1.25 07/07/27	4	400 000	99,89	99 891,00	399 564	105 451,59	421 806
FR0013507704	VIEFP 1.25 15/04/28	5	500 000	100,00	100 000,00	500 000	106 326,84	531 634
FR0013518024	FRILBP 0.5 17/06/26	10	1 000 000	99,42	99 421,00	994 210	100 887,23	1 008 872
FR0013519071	CAPP 1.125 23/06/30	6	600 000	99,52	99 521,00	597 126	104 210,78	625 265
FR0013521630	CNFPF 2.50 30/06/51	7	700 000	102,04	102 042,42	714 297	107 011,12	749 078
FR0013523602	ACAFP 2 17/07/30	6	600 000	99,59	99 588,00	597 528	104 165,55	642 993
FR0013534674	BPCEGP 0.5 15/09/27	13	1 300 000	99,21	99 214,00	1 289 782	99 860,95	1 298 192
FR0013536661	SOCGEN 0.875 22/09/28	4	400 000	99,64	99 636,00	398 544	101 116,12	404 464
FR00140009W6	FRILBP 0.875 26/01/31	5	500 000	99,87	99 868,00	499 340	99 574,07	497 870
FR0014000CZ2	SOCGEN 1 24/11/30	7	700 000	99,55	99 545,00	696 815	99 992,11	699 945
FR0014000UL9	BNP 0.625 03/12/32	78	7 800 000	99,95	99 951,69	7 796 232	96 222,66	7 505 367
FR0014000XY6	CNFPF 0.375 08/03/28	7	700 000	100,15	100 151,00	701 057	96 663,19	676 642
FR0014001EW8	ALOFP 0 11/01/29	8	800 000	98,93	98 927,00	791 416	96 135,00	769 080
FR0014001GA9	SOCGEN 0.5 12/06/29	100	10 000 000	99,17	99 165,02	9 916 502	98 055,08	9 805 508
FR0014001I68	BFCM 0 0.25 19/07/28	4	400 000	99,71	99 711,00	398 844	97 683,70	390 735
FR0014001I06	FRPTT 0 18/07/29	10	1 000 000	99,00	99 003,00	990 030	96 008,00	960 080
FR0014001J73	BNP 0.50 19/01/30	18	1 800 000	98,97	98 973,78	1 781 528	98 130,34	1 766 346
FR0014002C30	SEVFP 0 09/06/26	10	1 000 000	99,36	99 362,00	993 620	99 185,00	991 850
FR0014002QEB	SOCGEN 1.125 30/6/31	9	900 000	99,40	99 395,00	894 555	100 299,21	902 693
FR0014003182	ACAFP 0.375 20/04/28	14	1 400 000	99,91	99 911,82	1 398 765	98 632,01	1 380 848
FR0014003SA0	BFCM 0.625 03/11/28	6	600 000	99,58	99 575,00	597 450	99 848,03	599 088
FR0014003XZ7	MACIFS 2.125 21/6/52	2	200 000	99,28	99 284,00	198 568	101 213,45	202 427
FR0014003Y09	MACIFS 0.625 21/6/27	3	300 000	99,35	99 345,00	298 035	98 161,19	294 484
FR0014004750	BFCM 0.25% 29/06/28	9	900 000	99,74	99 744,00	897 696	98 686,40	888 178
FR0014004FR9	DGFP 0.50 09/01/32	7	700 000	99,12	99 117,00	693 819	98 978,10	692 847
US458140UAU7	INTC 2.6 19/05/26	50	50 000	90,86	908,57	45 428	95,22	46 286
XS0486101024	TTIM 5.25% 10/2/22	447	22 350 000	110,01	55 004,92	24 587 199	52 712,33	23 562 411
XS0718502007	PETBRA 6 1/4 12/14/2	100	100 000	120,04	1 200,37	120 037	1 290,31	129 431
XS0768664731	ALIANX 8.36 15/06/42	15	1 500 000	111,23	111 232,00	1 668 480	108 334,82	1 625 022
XS0802995166	ABNANX 7,125 6/07/22	600	600 000	118,83	1 188,28	712 966	1 071,44	642 865
XS0823975585	VW 2 3/8 09/06/22	6	600 000	108,01	108 008,33	648 050	102 553,30	615 320
XS0826634874	RABOBK 4,125 14/9/22	500	500 000	116,93	1 169,33	584 665	1 043,21	521 604
XS0875797515	DT 3.25% 17/01/28	1 200	1 200 000	121,78	1 217,80	1 461 358	1 217,60	1 461 186
XS0877606124	BNP 2 1/2 01/23/23	50	50 000	83,71	1 674,19	83 710	1 621,49	91 075
XS0909359332	BATSLN 2 2/5 25/03/25	1 400	1 400 000	109,09	1 090,94	1 527 322	1 096,04	1 534 451
XS0925276114	ESF 5 1/4 06/12/15	100 000	0	#DIV/0!	0,85	85 030	0,00	0
XS0943370543	ORSTED 2,5 26/6/30/13	157	157 000	112,52	1 125,21	176 658	1 116,70	175 322
XS0968913342	VW 5 1/8 PERP	650	650 000	110,10	1 100,96	715 625	1 086,71	706 361
XS0982711714	PETBRA 4 3/4 01/14/2	200	200 000	108,88	1 088,75	217 750	1 140,06	228 012
XS1030900242	VZ 3 25 17/02/26	1 900	1 900 000	115,96	1 159,61	2 203 258	1 153,24	2 191 147
XS1048428442	VW 4 5/8 PERP	6	6 000	106,76	1 067,57	6 405	1 152,11	6 913
XS1052843908	ENGSM 2,5% 11/4/22	6	600 000	103,32	103 320,00	619 920	102 574,07	615 444
XS1057659838	PEMEX 3 3/4 04/16/26	400	400 000	100,62	1 006,19	402 474	1 024,21	409 685
XS1064307058	CCE 2 7/5 06/05/26	500	500 000	113,52	1 135,22	567 610	1 117,40	558 701
XS1069439740	AXASA 3 7/8 PERP	1 400	1 400 000	113,76	1 137,61	1 592 650	1 121,52	1 570 134
XS1076018305	AT&T 3,375 15/03/34	500	500 000	122,66	1 226,63	613 315	1 245,66	622 830
XS1076781589	NGRRNV 4,375 PERP	1 400	1 400 000	110,48	1 104,80	1 546 720	1 109,21	1 552 897
XS1088515207	FCAM 4 3/4 07/15/22	400	400 000	103,27	1 032,65	413 060	1 048,53	419 413
XS1111428402	AZJAU 2 09/18/24	1 000	1 000 000	99,20	991,95	991 950	1 055,60	1 055 603
XS1112850125	BKNG 2,375% 23/9/24	300	300 000	105,26	1 052,60	315 780	1 062,03	318 608
XS1139494493	GAS 4,125%30/11/2049	3	300 000	107,33	107 326,67	321 980	103 747,26	311 242
XS1140860534	ASSGEN 4,596 PERP	300	300 000	106,83	1 068,33	320 500	1 116,41	334 924
XS1141969912	SKYLN 1 7/8 11/24/23	500	500 000	99,84	998,44	499 220	1 039,70	519 851
XS1165754851	CHGRID 1 1/2 01/26/2	500	500 000	99,74	997,36	498 680	1 015,08	507 541
XS1171489393	TOYOTA 0,75% 21							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1271836600	LHAGR 5 1/8 08/12/75	8	8 000	109,81	1 098,12	8 785	1 013,85	8 111
XS1294343337	OMVAV 6 1/4 PERP	6	6 000	120,27	1 202,70	7 216	1 188,94	7 134
XS1324928750	BATSLN 1 05/23/22	500	500 000	99,30	992,97	496 485	1 008,15	504 075
XS1325852511	PCLN 2.15 25/11/22	100	100 000	99,71	997,05	99 705	1 017,92	101 792
XS1330978567	BLU 4.375 15/12/23	150	150 000	110,27	1 102,70	165 405	1 098,39	164 758
XS1375957294	BLPLN 1.953 3/3/25	300	300 000	106,91	1 069,10	320 731	1 074,21	322 262
XS1385395121	EDP 2.375 23/3/23	7 122	7 122 000	102,77	1 027,69	7 319 195	1 050,41	7 481 016
XS1388625425	FCA 3.75 29/3/24	2 300	2 300 000	109,46	1 094,57	2 517 510	1 106,13	2 544 103
XS1400169931	WFC 1.375 26/10/26	1 800	1 800 000	102,48	1 024,80	1 844 635	1 042,82	1 877 083
XS1405136364	SABSM 5 5/8 05/06/26	1	100 000	108,90	108 900,00	108 900	118 198,63	118 199
XS1405770907	ENBW 3.375% 05/04/77	700	700 000	103,18	1 031,83	722 281	1 025,13	717 590
XS1412593185	ENIM 0,75 17-05-22	907	907 000	101,56	1 015,60	921 151	1 008,76	914 941
XS1413581205	Total 3.875 Perp	1 300	1 300 000	101,84	1 018,43	1 323 958	1 036,05	1 346 859
XS1419869885	TTIM 3.625 25/05/26	200	200 000	97,21	972,13	194 426	1 074,25	214 850
XS1423826798	RENEPL 01/06/23	3 312	3 312 000	102,39	1 023,91	3 391 204	1 034,49	3 426 232
XS1425274484	HEGR 2.25 03/06/24	1 000	1 000 000	105,21	1 052,05	1 052 050	1 061,19	1 061 188
XS1426039696	UCGIM 4.375 03/01/27	500	500 000	100,85	1 008,50	504 250	1 043,84	521 920
XS1440976535	moITAP 1.25 15/07/24	600	600 000	103,82	1 038,20	622 920	1 027,96	616 777
XS1471646965	EDP 1.125 12/2/24	3 050	3 050 000	98,10	981,00	2 992 050	1 035,31	3 157 682
XS1487495316	SPMM 3 3/4 09/08/23	300	300 000	103,47	1 034,67	310 400	1 041,82	312 545
XS1492457665	MYL 2 1/4 11/22/24	500	500 000	103,35	1 033,50	516 750	1 058,78	529 388
XS1531347661	BDX 1.9 15/12/26	1 400	1 400 000	109,00	1 090,03	1 526 035	1 069,55	1 497 377
XS1548914800	BBVASM 0.625 17/11/22	8	800 000	99,87	99 870,00	798 960	100 782,60	806 261
XS1551068676	ENIM 1.5 17/01/27	500	500 000	99,67	996,74	498 370	1 069,57	534 786
XS1551306951	ISPM 1.375 18/1/24	400	400 000	99,31	993,13	397 252	1 039,48	415 792
XS1551678409	TTIM 2.5 19/07/23	150	150 000	104,43	1 044,27	156 641	1 035,12	155 268
XS1554566613	LEGR 1.25 23/1/24	14	1 400 000	102,94	1 029,37	1 441 125	1 032,18	1 445 061
XS1557096267	DT 0.875 30/1/24	14 150	14 150 000	101,93	1 019,31	14 423 197	1 027,99	14 546 126
XS1558083652	EDPL 1.875 29/9/23	628	628 000	102,17	1 021,71	641 631	1 040,80	653 622
XS1560863802	BAC 1.379 07/2/25	2 100	2 100 000	102,12	1 021,22	2 144 569	1 040,55	2 185 159
XS1568888777	PEMEX 4 7/8 02/21/28	100	100 000	99,92	999,20	99 920	1 042,44	104 244
XS1577477782	PCLN 0.8 10/3/22	200	200 000	100,95	1 009,48	201 895	1 007,65	201 530
XS1577951129	GMGAU 1.375 27/09/25	2 000	2 000 000	104,03	1 040,25	2 080 500	1 031,53	2 063 053
XS1591694481	TENN 2.995% PERP	500	500 000	107,17	1 071,67	535 835	1 061,31	530 655
XS1592168451	BKTSM 2.5 6/4/27	10	1 000 000	101,44	1 014,38	1 014 380	1 024,99	1 024 993
XS1595704872	IGYGY 1.13/04/25	1 800	1 800 000	101,15	1 011,52	1 820 734	1 035,76	1 864 360
XS1599167589	ISP Float 19/4/22	100	100 000	99,98	999,81	99 981	1 003,33	100 333
XS1603892149	MS 1.875 27/04/27	7 568	7 568 000	110,02	1 100,16	8 325 992	1 085,89	8 218 024
XS1614722806	CABKSM 1.125 17/5/24	8	800 000	99,78	99 779,00	798 232	103 019,82	824 159
XS1617830721	WFC 1.50 24/05/27	500	500 000	107,96	1 079,55	539 775	1 052,74	526 372
XS1627337881	AQUA 1.413 8/6/22	9 281	9 281 000	101,63	1 016,28	9 432 051	1 010,49	9 379 390
XS1627343186	AQUASM 2.629% 8/6/27	3 400	3 400 000	110,01	1 100,07	3 740 245	1 108,21	3 767 913
XS1629658755	VW 2.7 PERP	8	800 000	102,63	1 026,25	821 000	1 028,08	816 065
XS1629866432	T 3.15 04/09/36	180	180 000	124,58	1 245,80	224 244	1 197,60	215 568
XS1637162592	DHR 1.2 30/06/27	1 000	1 000 000	106,65	1 066,48	1 066 480	1 051,32	1 051 322
XS1678372472	BBVA 0.75 11/9/22	26	2 600 000	99,60	99 596,92	2 589 520	101 044,14	2 627 148
XS1679158094	CABK 1.125 12/1/23	65	6 500 000	101,69	1 016,93	6 610 060	1 024 080,10	6 654 966
XS1685798370	ADNA 0.875 19/9/24	400	400 000	103,20	1 032,01	412 804	1 025,57	410 229
XS1686846061	AALLN 1.625 18/09/25	1 000	1 000 000	102,88	1 028,80	1 028 800	1 045,43	1 045 435
XS1689540935	INTNE 1.625 26/09/29	68	6 800 000	103,37	1 033,70	7 029 160	1 035,85	7 005 758
XS1692347526	VW 1.125 04/04/24	500	500 000	101,80	1 017,98	508 990	1 031,96	515 982
XS1704789590	IREM 1.5 24/10/27	800	800 000	106,05	1 060,47	848 376	1 052,54	842 028
XS1717525259	NESINV 2 3/8 11/17/2	60	60 000	82,74	827,36	49 641	897,79	53 867
XS1721422902	VOD 2.875 30/11/37	400	400 000	121,63	1 216,27	486 508	1 174,26	469 703
XS1725395302	SVEGNO 0 1/2 11/29/2	1 000	1 000 000	99,66	996,61	996 610	1 008,53	1 008 532
XS1729882024	TALANX 2.25 05/12/47	3	300 000	107,77	1 077,73	323 319	1 054,83	316 450
XS1731105612	SABSM 0 7/8 03/05/23	13	1 300 000	99,46	99 458,08	1 292 955	1 013,93	1 319 942
XS1734548644	VW 1.25 15/12/25	1 500	1 500 000	104,26	1 042,62	1 563 935	1 033,81	1 550 718
XS1748456974	BNP 1.125 11/6/26	380	380 000	104,45	1 044,45	396 891	1 042,35	396 092
XS1750986744	ENILM 1.125 16/9/26	800	800 000	105,77	1 057,68	846 144	1 036,06	828 846
XS1785356251	VVOYHT 1.625 07/3/25	1 680	1 680 000	103,55	1 035,54	1 739 700	1 048,32	1 761 171
XS1785467751	EOFP 2.625 15/06/25	100	100 000	100,63	1 006,25	100 625	1 014,92	101 492
XS17888584321	BBVASM Float09/03/23	77	7 700 000	99,65	99 647,39	7 672 849	100 491,43	7 737 840
XS1793349926	SGOFF 1.125 23/03/26	10	1 000 000	101,73	1 017,30	1 017 300	1 050 079,34	1 050 793
XS1799938995	VW 3.375 PERP	12	1 200 000	105,40	1 054,00	1 264 800	1 069 969,36	1 283 632
XS1799939027	VW 4.625 PERP	4	400 000	112,40	1 124 000,00	449 600	1 115 638,19	462 553
XS1808482746	HANRUE 1.125 18/4/28	10	1 000 000	99,20	99 195,00	991 950	1 065 529,21	1 065 292
XS1808861840	PSABFR 0.75 19/04/23	500	500 000	101,86	1 018,64	509 320	1 015,99	507 995
XS1823532640	BNP 1.125 22/11/23	1 000	1 000 000	100,44	1 004,40	1 004 400	1 024,33	1 024 333
XS1828037587	TENN 1.375 05/06/28	1 000	1 000 000	99,03	990,31	990 310	1 071,85	1 071 851
XS1830986326	VW 1.25 10/06/24	10	1 000 000	103,88	1 038,80	1 038 830	1 033 511,06	1 033 111
XS1843436228	FS 1.5% 21/05/27	400	400 000	106,31	1 063,14	425 256	1 054,45	421 779
XS1843443513	MO 1.7 15/06/25	2 200	2 200 000	105,08	1 050,82	2 311 804	1 048,74	2 307 217
XS1849550592	AB 2.25 03/07/25	1 320	1 320 000	106,77	1 067,70	1 409 364	1 078,71	1 423 896
XS1851313863	ODGR 1.75 05/07/25	10	1 000 000	106,75	1 067,52	1 067 520	1 055 734,01	1 057 340
XS1859010695	OH 1.5% 07/24/25	10	1 000 000	99,79	997,89	997 890	1 049 688	1 049 676
XS1865186977	VW 1.625 15/08/25	1 000	1 000 000	106,26	1 062,59	1 062 590	1 051,17	1 051 170
XS1872038218	BKPR 1.375 29/08/23	300	300 000	99,81	998,08	299 424	1 027,26	308 178
XS1874127902	SEGR 1.375 06/9/30	500	500 000	99,53	995,29	497 645	1 088,30	544 149
XS1875331636	GVNVX 1.125 17/9/25	3	300 000	104,56	1 045,63	313 691	1 030 600,71	310 802
XS1876076040	SABSM 1.625 07/03/24	40	4 000 000	104,51	1 045,06	4 180 245	1 044 115,62	4 184 625
XS1878191052	AMSSM 0.875 18/09/23	5	500 000	99,90	99 898,00	499 490	1 01 606,71	508 034
XS1878191219	AMSSM 1.5 18/09/26	8	800 000	100,45	1 004 490,00	803 592	1 055 655,51	845 244
XS1883355197	ABT 1.5 27/09/26	250	250 000	99,72	997,23	249 308	1 065,58	266 394
XS1890709774	MJFG 0.98 09/10/23	400	400 000	100,00	1 000,00	400 000	1 022,23	408 890
XS1891174341	DLR 2.5 16/01/26	1 000	1 000 000	99,96	999,56	999 560	1 102,96	1 102 963
XS1893621026	EDPL 1.875% 13/10/25	9 511	9 511 000	103,18	1 031,84	9 813 785	1 068,89	10 166 209
XS1893631330	VW 1.375 16/10/23	2 263	2 263 000	103,17	1 031,69	2 334 719	1 027,42	2 325 053
XS1893631769	VW 2.25% 16/10/26	1 100	1 100 000	100,02	1 000,20	1 100 220	1 089,66	1 198 622
XS1933828433	TELEFO 4.375% PERP	10	1 000 000	100,00	100 000,00	1 000 000	110 761,99	1 107 620
XS1936208419	FREGR 2.875 15/02/29	6	6 000	120,30	1 203,00	7 218	1 166,05	6 996
XS1944390241	VW 1.875 31/01/24	3	300 000	105,55	1 055,33	316 660	1 054 280,89	316 263
XS1944390597	VW 2.5 31/07/26	19	1 900 000	111,60	1 115 999,95	2 120 399	110 162,79	2 093 093
XS1946004451	TELEFO 1.069 05/2/24	4	400 000	100,00	100 000,00	400 000	103 194,49	412 778
XS1951220596	BKIASM 3.75 15/02/29	10	1 000 000	100,00	100 000,00	1 000 000	109 283,67	1 092 837
XS1951313680	IMBLN 1.125 14/8/23	1 000	1 000 000	99,45	994,54	994 540	1 018,36	1 018 355
XS195								

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2013745703	BBVASM 1 21/08/26	7	700 000	102,37	102 366,00	716 562	102 813,51	719 695
XS2014288158	OPBANK 0 19/06/24	800	800 000	99,66	996,55	797 240	1 010,05	808 043
XS2015267953	PSABFR 0.625 21/6/24	1 700	1 700 000	101,96	1 019,64	1 733 393	1 015,31	1 726 030
XS2018636600	ADNA 0.25 28/08/25	200	200 000	99,27	992,72	198 544	1 006,94	201 399
XS2018637327	HEGR 1.125 01/12/27	500	500 000	99,13	991,27	495 635	1 036,53	518 263
XS2019814503	OMC 0.8% 08/07/27	800	800 000	99,95	999,47	799 576	1 013,81	811 048
XS2019815062	OMC 1.4 08/07/31	800	800 000	99,67	996,71	797 368	1 048,47	839 575
XS2019976070	ENEXIS 0.75 02/07/31	100	100 000	107,00	1 070,01	107 001	1 022,92	102 292
XS2020583618	TELEFO1.957 01/07/39	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	1 107,72	553 858
XS2023644201	MRKGR 0.375 05/07/27	3	300 000	99,49	99 490,00	298 470	101 216,93	303 651
XS2028816028	SABSM 0.875 22/07/25	67	6 700 000	100,63	100 629,73	6 742 192	101 386,75	6 792 912
XS2033262622	JPM 1.001 25/7/31	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	1 017,07	508 534
XS2033351995	TRINM 0.125 25/7/25	7 419	7 419 000	99,98	999,79	7 417 444	998,55	7 408 227
XS2035474126	PM 0.8 01/08/31	600	600 000	101,41	1 014,07	608 442	964,39	578 636
XS2043678841	GS 0.125 19/08/24	1 000	1 000 000	99,49	994,89	994 890	1 001,71	1 001 712
XS2047619064	PNLNA 0.625 23/09/26	300	300 000	99,30	993,00	297 900	1 014,28	304 285
XS2049582542	SHBASS 0.05% 03/9/26	500	500 000	99,81	998,05	499 025	990,78	495 392
XS2049584084	BAWIAG 0.375 03/09/27	72	7 200 000	98,96	98 960,00	7 125 120	99 307,29	7 150 125
XS2050404636	DHR 0.20% 18/03/26	500	500 000	99,83	998,33	499 165	1 000,06	500 032
XS2050404800	DHR 0.45 18/03/28	900	900 000	100,24	1 002,35	902 115	1 002,82	902 541
XS2050406177	DHR 1.35 18/09/39	175	175 000	108,38	1 083,80	189 665	999,02	174 829
XS2051361264	T 0.25 04/03/26	1 000	1 000 000	99,69	996,86	996 860	998,16	998 155
XS2051349495	BRITZ 1.125 12/09/29	6 810	6 810 000	103,77	1 037,70	7 066 737	1 015,35	6 914 542
XS2051659915	LPTY 0.25 13/09/23	750	750 000	99,48	994,83	746 123	1 003,29	752 465
XS2051777873	SMDSLN 0.875 12/9/26	1 500	1 500 000	102,64	1 026,38	1 539 570	1 016,46	1 524 691
XS2051788219	ORGAN 1 17/09/29	500	500 000	99,77	997,73	498 865	984,45	492 227
XS2053052895	EDPPL 0.375 16/09/26	8 492	8 492 000	99,92	999,20	8 485 167	1 002,34	8 511 865
XS2053346297	AOXGR 0.5% 26/09/25	10	1 000 000	100,97	100 970,00	1 009 700	98 918,88	989 189
XS2055758804	CABKSM 0.625 1/10/24	44	4 400 000	101,90	101 900,23	4 483 610	101 345,53	4 459 204
XS2056490423	ACHMEA 4.625% PERP	400	400 000	100,00	1 000,00	400 000	1 073,90	429 559
XS2063547041	UCGIM 0.5 09/04/25	750	750 000	99,92	999,19	749 393	1 009,52	757 138
XS2067135421	ACAFP 0.375 21/10/25	10	1 000 000	99,90	99 899,00	998 990	100 886,97	1 008 870
XS2068978050	CRDEM 1.5% 25/10/25	300	300 000	99,87	998,66	299 598	1 023,84	307 153
XS2069407786	CPICGR 1.625 23/04/2	500	500 000	0,00	0,00	0	1 029,10	514 552
XS2075811781	SESG 0.875 04/11/27	800	800 000	98,58	985,81	788 648	1 002,05	801 640
XS2075811948	JPM 1.047 04/11/32	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	1 011,66	505 832
XS2078735433	RDSALNO.875 08/11/39	800	800 000	103,72	1 037,15	829 720	915,68	732 548
XS2078918781	LLOYDS 0.5 12/11/25	400	400 000	99,44	994,35	397 740	1 010,79	404 318
XS2079079799	INTNED 1 13/11/30	5	500 000	99,83	99 826,00	499 130	100 593,25	502 966
XS2079713322	BBVASM0.375 15/11/26	4	400 000	101,26	101 255,00	405 020	99 920,29	399 681
XS2079716937	AAPL 0.5 15/11/31	500	500 000	99,25	992,48	496 240	1 001,76	500 882
XS20801018629	ISPM 1 19/11/26	550	550 000	99,70	996,98	548 339	1 017,75	559 761
XS2081491727	FCSESR0.815 04/12/23	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	1 013,19	1 013 185
XS2081500907	FCCSER1.661 12/04/26	1 800	1 800 000	100,05	1 000,50	1 800 900	1 050,47	1 890 854
XS2083210729	ERSTBK 1 10/06/30	3	300 000	99,44	99 435,00	298 305	101 045,64	303 137
XS2085547433	FIS 0.125 03/12/22	300	300 000	99,63	996,33	298 899	1 003,07	300 921
XS2101349723	BBVASM 0.50% 14/1/27	7	700 000	99,21	99 214,00	694 498	99 874,19	699 119
XS2102931594	CABKSM 0.375 03/2/25	14	1 400 000	99,52	99 524,86	1 393 348	100 796,10	1 411 145
XS2104915033	NGGLN 0.19% 20/01/25	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	1 005,01	502 506
XS2109394077	LLOYDS 0.375 28/1/25	2 030	2 030 000	99,57	995,72	2 021 314	1 011,77	2 053 898
XS2114852564	CMCSA 0.75 20/02/32	1 000	1 000 000	99,84	998,40	998 400	1 001,37	1 001 373
XS2116701348	CDTFIN 0.75 11/03/32	600	600 000	98,07	980,72	588 432	975,28	585 169
XS2117454871	TELNO 0.875 14/02/35	1 000	1 000 000	99,54	995,39	995 390	997,20	997 195
XS2117485677	CEPSA 0.75% 12/02/28	44	4 400 000	98,10	98 099,93	4 316 397	97 982,70	4 311 239
XS2123970167	VFC 0.25 25/02/28	500	500 000	99,36	993,62	496 810	980,10	490 052
XS2123970241	VFC 0.625 25/02/32	500	500 000	98,67	986,73	493 365	969,27	484 634
XS2125145867	GM 0.85 26/02/26	800	800 000	100,41	1 004,12	803 296	1 017,34	813 869
XS2125914833	ABBV 2.625 15/11/28	700	700 000	114,73	1 147,30	803 109	1 137,52	796 264
XS2125914916	ABBV 2.125 01/06/29	400	400 000	113,95	1 139,52	455 808	1 112,32	444 928
XS2132337697	MUGF 0.978 09/06/24	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	1 030,14	515 070
XS2133390521	VATFAL 0.05 15/10/25	300	300 000	100,06	1 000,61	300 183	997,40	299 219
XS2147889427	DGELN 1.875 27/03/27	1 000	1 000 000	110,30	1 102,98	1 102 980	1 094,73	1 094 734
XS2149207354	GS 3.375 27/03/25	1 145	1 145 000	112,51	1 125,10	1 288 236	1 127,15	1 290 587
XS2149368529	PHIANA 1.375 30/3/25	200	200 000	99,55	995,50	199 100	1 049,34	209 869
XS2150054026	BACR 3.375 02/04/25	6 495	6 495 000	109,08	1 090,80	7 084 746	1 096,74	7 123 298
XS2151069775	LLOYDS 2.375 09/4/26	600	600 000	110,79	1 107,93	664 758	1 108,23	664 940
XS2152061904	VW 3.375 06/04/28	200	200 000	101,48	1 014,82	202 964	1 186,83	237 365
XS2152062209	VW 3 06/04/25	5 050	5 050 000	109,83	1 098,32	5 546 534	1 109,11	5 601 015
XS2152899584	EOANGR 1 07/10/25	500	500 000	99,55	995,50	497 750	1 033,12	516 558
XS2153405118	IBESM 0.875 16/06/25	4	400 000	99,78	99 784,00	399 136	103 240,60	412 960
XS2153593103	BATSLN 2.375 7/10/24	3 970	3 970 000	107,56	1 075,57	4 269 994	1 059,82	4 207 469
XS2156506854	NTGYSM 1.25 15/01/26	15	1 500 000	99,41	99 413,00	1 491 195	105 286,05	1 579 291
XS2156787090	SSELN 1.25 16/04/25	400	400 000	103,93	1 039,26	415 704	1 042,32	416 930
XS2156787173	SSELN 1.75 16/04/30	700	700 000	108,15	1 081,50	764 050	1 080,30	763 207
XS2167003885	CL 2.25 06/07/26	1 500	1 500 000	99,51	995,12	1 492 680	1 038,98	1 558 470
XS2168478068	CRHD 1.25 05/11/26	1 000	1 000 000	103,55	1 035,47	1 035 470	1 043,62	1 043 622
XS2170736180	CFRNX 0.75 26/05/28	800	800 000	105,40	1 053,97	843 176	1 025,34	820 272
XS2176560444	VZ 1.3 18/05/33	500	500 000	102,54	1 025,40	512 700	1 030,64	515 320
XS2176561095	VZ 1.85 18/05/40	540	540 000	99,98	999,83	539 908	1 057,64	571 124
XS2176686546	CS 0.45 19/05/25	6 573	6 573 000	100,46	1 004,61	6 603 316	1 011,44	6 648 186
XS2177442295	TELEFO 1.807 21/5/32	6	600 000	100,00	100 000,00	600 000	109 315,90	655 895
XS2177555062	AMSM2 0.875 20/05/27	65	6 500 000	113,26	1 132,56,28	7 361 658	1 034,64,14	7 321 219
XS2177557517	EOANGR 0.375 20/4/23	50	50 000	101,21	1 012,05	50 603	1 009,76	50 488
XS2178833427	EQNR 0.75 22/05/26	1 000	1 000 000	99,42	994,23	994 230	1 030,73	1 030 733
XS2178833773	STLA 3.875 05/01/26	6 747	6 747 000	114,87	1 148,70	7 750 279	1 165,38	7 862 787
XS2178957077	REDEXS 1.875 28/5/25	8	800 000	99,50	99 500,00	796 000	105 785,86	846 287
XS2179037697	ISPM 2.125 26/05/25	860	860 000	107,09	1 070,85	920 932	1 071,03	921 084
XS2180007549	T 1.6 19/05/28	6 601	6 601 000	107,10	1 071,00	7 069 671	1 066,70	7 041 291
XS2185867673	OPBANK 1.625 09/6/30	1 500	1 500 000	99,56	995,58	1 493 370	1 032,61	1 548 917
XS2185867830	AIRFP 1.375 09/06/26	6 671	6 671 000	106,19	1 061,90	7 083 935	1 050,84	7 010 155
XS2191509038	CARLB 0.375 30/06/27	1 400	1 400 000	101,84	1 018,42	1 425 788	1 001,35	1 401 891
XS2192431380	IGIM 0.25 24/06/25	500	500 000	99,21	992,05	496 025	1 002,74	501 369
XS2193982803	VTRS 1.362 23/06/27	1 300	1 300 000	106,23	1 062,27	1 380 951	1 036,29	1 347 183
XS2193983108	VTRS 1.908 23/06/32	500	500 000	109,34	1 093,39	546 695	1 054,35	527 173
XS2194283839	IFKGR 1.625 24/06/29	10	1 000 000	107,52	107 518,00	1 075 180	107 311,34	1 073 113
XS2196328608	ENBW 1.875 29/06/80	24	2 400 000	102,70	102 700,00	2 464 800	103 018,48	2 472 444
XS2197076651	HELNSW 2.75 30/09/41	700	700 000	111,73	1 117,31	782 11		

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2243666125	JYBC 0.375 15/10/25	500	500 000	99,85	998,50	499 250	1 004,83	502 416
XS2248451978	BAC 0.654 26/10/31	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	975,64	975 640
XS2250008245	MS 0.495 26/10/29	1 100	1 100 000	100,00	1 000,00	1 100 000	981,13	1 079 241
XS2251736646	HSBC 0.309 13/11/26	400	400 000	100,00	1 000,00	400 000	997,80	399 122
XS2258452478	INTNED 0.25 18/02/29	13	1 300 000	98,65	98 650,29	1 282 454	97 477,12	1 267 203
XS2259867039	ISLBAN 0.5 20/11/23	700	700 000	99,99	999,91	699 937	1 006,89	704 820
XS2262798494	ARION 0.625 27/05/24	650	650 000	99,90	999,04	649 376	1 006,49	654 219
XS2281342878	BAYNGR 0.05%12/01/25	7	700 000	99,78	99 780,00	698 460	99 745,49	698 218
XS2289133915	UCGIM 0.325 19/01/26	9 025	9 025 000	99,62	996,18	8 990 567	994,51	8 975 450
XS2289797248	NATUEN 0.905 22/1/31	8	800 000	100,00	100 000,00	800 000	98 268,93	786 151
XS2289877941	TSOOLN 0.375 27/7/29	500	500 000	99,34	993,35	496 675	962,42	481 212
XS2290960520	TOTAL 1.625 PERP	750	750 000	100,00	1 000,00	750 000	1 003,93	752 949
XS2290960876	TOTALENERGIES SE 2.1	6 090	6 090 000	97,33	973,30	5 927 397	982,72	5 984 781
XS2292487076	ACEIM 0.25 28/07/30	200	200 000	98,29	982,92	196 584	959,88	191 975
XS2292547317	FIREIT 0.579 29/01/3	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	968,49	484 243
XS2292954893	GS 0.25 26/01/28	11 287	11 287 000	99,16	991,56	11 191 749	976,63	11 023 209
XS2300208928	SRGIM 0% 15/08/25	800	800 000	100,20	1 001,98	801 584	992,87	794 296
XS2300292617	CLNXSM 0.75 15/11/26	5	500 000	99,24	99 236,00	496 180	98 116,58	499 583
XS2306621934	LANBNN 0.375 23/5/25	1 400	1 400 000	99,57	995,69	1 393 966	993,77	1 391 280
XS2307768734	GM 0.60% 20/05/27	500	500 000	99,83	998,30	499 150	994,88	497 438
XS2307853098	NWG 0.78 26/02/30	200	200 000	99,99	999,92	199 984	992,50	198 501
XS2307863642	KO 0.125 09/03/29	1 000	1 000 000	99,04	990,35	990 350	977,64	977 641
XS2308298962	DEVDBA 0.375 03/3/28	7	700 000	99,33	99 327,00	695 289	98 558,33	689 908
XS2311407352	BKIR 0.375 10/05/27	500	500 000	99,62	996,18	498 090	988,73	494 367
XS2312722916	MDLZ 0.25 17/03/28	1 000	1 000 000	99,59	995,92	995 920	986,30	986 296
XS2314657409	PRIFR 0.75% 23/03/33	500	500 000	99,60	996,01	498 005	959,31	479 653
XS2317288301	ADNA 0.375 18/03/30	4 777	4 777 000	98,80	988,00	4 719 676	987,16	4 715 659
XS2320459063	IMPTOB 1.75 18/03/33	1 000	1 000 000	99,12	991,24	991 240	987,43	987 426
XS2320759538	VZ 0.375 22/03/29	1 500	1 500 000	99,67	996,70	1 495 050	985,93	1 478 892
XS2326546434	UBS 0.01 31/03/26	910	910 000	99,91	999,05	909 136	991,82	902 552
XS2331271242	DBHNGR 0.625 15/4/36	300	300 000	98,43	984,29	295 287	959,54	287 862
XS2331315635	ENEXX 0.375 14/4/33	670	670 000	98,44	984,44	659 575	967,32	648 106
XS2337060607	CCE 0.06/09/25	591	591 000	100,00	999,96	590 976	990,87	585 604
XS2337061670	CCE 0.5 06/09/29	371	371 000	99,55	995,45	369 312	987,67	366 427
XS2337061753	CCE 0.875 06/05/33	500	500 000	98,43	984,29	492 146	986,92	493 462
XS2337252931	FDX 0.45 04/05/29	750	750 000	99,62	996,24	747 180	985,60	739 203
XS2338355014	BPPEHX 1 04/05/28	985	985 000	99,93	999,33	984 340	982,22	967 487
XS2338643740	MS 0.406 29/10/27	800	800 000	100,00	1 000,00	800 000	993,25	794 602
XS2339398971	KO 0.4 06/05/30	390	390 000	99,66	996,57	388 662	988,50	385 515
XS2341269970	AKERBP 1.125 12/5/29	310	310 000	99,36	993,56	308 004	1 000,22	310 069
XS2342058117	HITTFPO.625 14/09/28	3	300 000	98,70	98 695,00	296 085	97 787,64	293 363
XS2342060360	BACR 1.106 12/05/32	800	800 000	100,00	1 000,00	800 000	997,78	798 224
XS23434340852	AIB 0.5 17/11/27	1 500	1 500 000	99,90	999,05	1 498 572	992,37	1 488 550
XS23434846940	BWA 1 19/05/31	800	800 000	98,94	989,36	791 488	986,34	789 071
XS2344385815	RYAID 0.875 25/05/26	391	391 000	99,49	994,90	389 006	1 005,38	393 103
XS2345315142	BALDER 1.375 24/05/3	428	428 000	99,36	993,55	425 239	987,05	422 459
XS2345877497	VVOYHT 0.875 28/5/29	250	250 000	99,04	990,44	247 610	990,25	247 562
XS2346206902	AMT 0.45 15/01/27	1 200	1 200 000	99,78	997,83	1 197 396	991,06	1 189 277
XS2346224806	SBBBS 1.125 26/11/29	428	428 000	98,62	986,17	422 081	966,42	413 628
XS2347663507	AZN 0.375 03/06/29	600	600 000	99,58	995,84	597 504	997,67	598 601
XS2348237871	CLNXSM 1.5 08/06/28	8	800 000	99,59	99 585,00	796 680	98 754,69	790 037
XS2348325494	TENN 0.5 09/06/31	329	329 000	99,19	991,86	326 322	992,29	326 464
XS2348408514	SPDDIS 1 09/06/31	360	360 000	99,61	996,13	358 607	989,15	356 095
XS2350621863	NESINVX 0 06/14/26	600	600 000	100,27	1 002,70	601 620	995,43	597 258
XS2350746215	NESINVX0.625 02/14/34	385	385 000	99,48	994,80	382 998	989,60	380 997
XS2351092478	RWE 0.625 11/06/31	587	587 000	99,71	997,11	585 304	982,73	576 864
XS2353182020	ENELIM 0 17/06/27	800	800 000	98,77	987,67	790 138	975,10	780 080
XS235599197	NWG 0.125 18/06/26	500	500 000	99,61	996,07	498 035	990,84	495 422
XS2356049069	SEB 0.375 21/06/28	900	900 000	99,80	998,00	898 200	990,51	891 462
XS2356091269	DEVDBA 0.25 22/06/26	6	600 000	99,42	99 421,00	596 526	99 409,19	596 455
XS2357754097	ASSGEN 1.713 30/6/32	640	640 000	100,00	1 000,00	640 000	992,68	635 317
XS2360310044	UCGIM 0.8 05/07/29	391	391 000	99,95	999,53	390 816	1 002,05	391 800
XS2361358299	REPSM 0.375 06/07/29	7	700 000	99,08	99 077,00	693 539	98 554,90	689 884
A100000A2GHD8	ERSTBK 0,87513/05/27	5	500 000	104,27	104 270,00	521 350	103 263,56	516 318
XS2381599898	RBIAX 0.05 01/09/27	10	1 000 000	99,76	99 761,00	997 610	97 759,71	977 597
XS2373642102	BACR 0.577% 08/09/29	396	396 000	100,00	1 000,00	396 000	978,26	387 392
XS2381853436	NGGLN 0.75 01/09/33	247	247 000	98,67	986,72	243 720	974,58	240 720
XS2385790667	NWIDE 0.25 14/09/28	900	900 000	99,56	995,64	896 076	982,29	884 058
XS2382849888	JYBC 0.05 02/09/26	746	746 000	99,79	997,93	744 456	985,95	735 516
XS2271332285	SBBBS 0.75 14/12/28	600	600 000	98,78	987,79	592 674	954,97	572 892
FR0013330099	VPAKR 1.625 19/04/28	10	1 000 000	105,33	105 330,00	1 053 300	104 987,18	1 049 872
FR0014005314	ACAPE 0.5 21/09/29	8	800 000	99,82	99 822,00	798 576	98 804,73	790 438
XS2344569038	SEGFLP 0.875 27/05/2	600	600 000	101,11	1 011,13	606 678	983,66	590 196
FR0013250693	RENAL 1.625 11/4/25	25	25 000	105,16	1 051,58	26 290	1 045,32	26 133
DE000067XJ32	DE 2.75% 17/2/25	500	500 000	106,27	1 062,68	531 339	1 075,21	537 604
DE00043M4FT1	ANNGR 0 01/12/25	5	500 000	99,72	99 724,00	498 620	98 611,00	494 055
DE00043M4FT7	ANNGR 0.75 01/09/32	4	400 000	99,46	99 465,00	397 820	97 023,69	388 095
IT0005199267	UCGIM Flexi 30/06/23	50	50 000	100,66	1 006,59	50 330	1 005,49	50 275
CH1130818847	SLHNVX 0.5 15/09/31	783	783 000	99,49	994,86	778 975	974,52	763 049
XS2375844144	BDX 0.334 13/08/28	3 013	3 013 000	99,10	990,97	2 985 784	982,61	2 960 605
XS2362994068	TINEMAK 2.25 20/07/28	587	587 000	100,00	1 000,00	587 000	974,57	572 073
XS2291340433	SACAX 0.75 28/01/28	700	700 000	99,49	994,91	696 437	979,27	685 486
XS2384734542	NBCAP 0.25 09/09/26	8	800 000	99,93	99 926,00	799 408	98 621,08	788 969
XS2388557998	BPLN 1.467 21/09/41	218	218 000	100,00	1 000,00	218 000	976,26	212 825
XS2389343380	ABNAVX 0.5 23/09/29	7	700 000	99,68	99 680,00	697 760	98 867,99	692 076
XS2390400633	ENELIM 0 28/05/26	600	600 000	99,70	997,02	598 212	986,27	591 762
XS2390506546	INTNED 0.375 29/9/28	7	700 000	99,29	99 286,00	695 002	98 383,58	686 685
XS1596740453	MRDGF 2.25 11/04/29	570	570 000	108,70	1 086,99	619 584	1 064,76	606 911
XS2385393405	CLNXSM 1% 15/09/27	7	700 000	98,90	98 895,00	692 265	97 024,89	679 174
XS2380124227	CASTSS 3.125 PERP	371	371 000	100,00	1 000,00	371 000	964,11	357 685
XS2296204444	PLD 0.5 16/02/32	600	600 000	97,02	970,18	582 108	952,22	571 332
XS23853937901	CMCSA 0 14/09/26	519	519 000	99,69	996,86	517 370	986,31	511 895
XS2385398206	CMCSA 0.25 14/09/29	548	548 000	99,14	991,42	543 298	975,20	534 408
XS2393236695	MCD 0.875 04/10/33	500	500 000	99,67	996,72	498 360	978,23	489 117
XS2393701284	AMT 0.4 15/02/27	387	387 000	99,41	994,09	384 713	985,51	381 394
XS2393701953	AMT 0.95 05/10/30	200	200 000	99,27	992,65	198 530	987,28	197 456
XS2315784806	APAAU 1.25 15/03/33	400	400 000	98,35	983,45	393 380	975,61	390 244
A100000A2U543	ERSTBK 875 15/11/32	7	700 000	99,26	99 258,00	694 806	98 776,67	691 437
A10008121967	VOWIBA 2,75 06/10/27	8	800 000	101,67	101 672,75	813 382	102 030,48	816 244
XS1640667116	RBIAX 6.125 PERP	3	600 000	104,20	208 400,00	625 200	207 822,12	6

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
FR0014006ZC4	ORAFP 0.625 16/12/33	6	600 000	99,15	99 147,00	594 882	97 473,40	584 840
FR0014006TQ7	TDFNF 1.75 01/12/29	6	600 000	99,62	99 616,00	597 696	99 197,63	595 186
FR0014006SE6	CMARK 0.875 25/10/31	6	600 000	99,35	99 345,33	596 072	99 699,01	596 194
XS2115092954	WHR 0.5 20/02/28	600	600 000	99,38	993,81	596 286	989,61	593 763
XS2176569312	TTEFP 1.618 18/05/40	4	400 000	110,90	110 900,00	443 600	107 528,70	430 115
XS1247508903	BNP 6.125 PERP	600	600 000	102,22	1 022,23	613 335	1 027,52	616 514
XS1637277572	BNP 1% 27/6/24	470	470 000	102,46	1 024,62	481 570	1 028,81	483 541
XS1793252419	BNP 1,25% 19/03/25	800	800 000	103,84	1 038,36	830 688	1 045,84	836 674
DE000CZ40N46	CMZB 1.125 22/06/26	2	200 000	102,61	102 614,00	205 228	102 943,87	205 888
DE000A3MQMD2	LEGGR 1% 19/11/32	9	900 000	99,01	99 005,56	891 050	98 022,81	882 205
XS2077546682	EOANG 0.625 07/11/31	500	500 000	100,89	1 008,90	504 450	1 000,40	500 201
XS2343822503	YVW 0.625 19/07/29	400	400 000	98,19	981,90	392 760	985,97	394 389
XS2411178630	BYLA 1.375 22/11/32	6	600 000	99,97	99 966,00	599 796	100 376,69	602 260
XS2411241693	TALANK 1.75 01/12/42	2	200 000	99,13	99 131,00	198 262	99 436,63	198 873
XS2412044641	RWE 1% 26/11/33	500	500 000	99,14	991,38	495 690	996,23	498 113
XS1637926137	PBBGR 2.875 28/06/27	7	700 000	100,90	100 900,00	706 300	101 722,95	712 061
XS1972547696	VVW 2,25 01/10/27	600	600 000	109,17	1 091,67	655 002	1 095,24	657 145
XS2003442436	AIB 1.25% 28/05/24	1 200	1 200 000	102,79	1 027,90	1 233 480	1 034,27	1 241 119
XS2399933386	HERM 1.25/04/34	375	375 000	99,11	991,05	371 644	998,39	374 397
XS2298459426	BDX 1.213 12/02/36	300	300 000	99,13	991,32	297 396	983,80	295 141
XS23431114687	ERFFP 0.875 19/05/31	300	300 000	99,22	992,18	297 654	987,21	296 164
XS2398745849	BPFPH 1.125 20/10/23	1 029	1 029 000	99,92	999,24	1 028 218	998,18	1 027 127
XS2398746144	BPFPH 1.625 20/04/30	305	305 000	99,74	997,36	304 195	1 002,17	305 662
XS1789751531	CFRVX 1% 26/03/26	2 371	2 371 000	104,22	1 042,24	2 471 151	1 037,05	2 458 842
DE000A3KY359	ALVGR 0.5 22/11/33	6	600 000	98,59	98 594,00	591 564	97 889,80	587 339
XS2264194205	CTPRV 0.625 27/11/23	700	700 000	100,66	1 006,63	704 641	1 011,16	707 812
XS2303052695	CTPRV 0.75 18/02/27	600	600 000	97,42	974,16	584 496	979,13	587 480
XS2356030556	CTPRV 1.25 21/06/29	400	400 000	100,32	1 003,19	401 276	983,87	393 550
XS2366415110	TMO 1.125 18/10/33	1 000	1 000 000	99,73	997,32	997 320	1 015,42	1 015 422
XS2366415201	TMO 1.625 18/10/41	182	182 000	98,17	981,71	178 671	1 020,62	185 753
XS2388449758	NNGRNV 0.5 21/09/28	8	800 000	100,17	100 170,00	801 360	99 010,73	797 086
XS1396261338	BMW 0.75 15/04/24	445	445 000	101,89	1 018,86	453 393	1 025,46	455 331
XS2397239000	HEBOS 0.25 13/10/24	872	872 000	99,99	999,88	871 895	1 001,02	872 888
XS2397252011	HEBOS 1.625 31/10/3	457	457 000	99,85	998,54	456 333	1 005,82	456 660
XS2398710546	VESTNL 0.75 18/10/31	400	400 000	98,61	986,09	394 436	988,60	395 440
XS2406569579	TENN 0.875 16/06/35	115	115 000	99,52	995,18	114 446	986,47	113 444
XS2411166973	NNGRNV .875 23/11/31	600	600 000	99,79	997,90	598 740	1 000,42	600 255
XS2413696761	INTNE 0.125 29/11/25	7	700 000	99,84	99 839,00	698 873	99 851,30	698 959
XS2413697140	INTNE 0.875 29/11/30	4	400 000	99,72	99 723,00	398 892	100 212,11	400 848
XS2416413339	RABOBK 0.375 1/12/27	10	1 000 000	99,62	99 620,00	996 200	99 734,85	997 348
XS1815116998	PHANA 1.375 02/0/28	800	800 000	106,87	1 068,68	854 944	1 065,46	852 369
XS0911388675	ACHMEA 6 04/04/43	1 000	1 000 000	107,22	1 072,15	1 072 152	1 114,71	1 114 712
XS1978668298	NBCAP 2 09/04/24	10	1 000 000	104,70	104 698,00	1 046 980	105 602,01	1 056 020
ES0243307016	KUTXAB 0.5 14/10/27	8	800 000	99,67	99 671,00	797 368	99 174,22	793 394
XS1403388694	ENGSM 1.375 05/05/28	23	2 300 000	108,08	108 083,00	2 485 909	107 763,88	2 478 569
XS2346986990	SBAB 0.125 27/08/26	500	500 000	99,93	999,30	499 650	995,25	497 627
CH1142231682	UBS 0.25 03/11/26	702	702 000	99,57	995,72	698 995	995,22	698 647
CH1142231690	UBS 0.875 03/11/31	600	600 000	99,93	999,33	599 598	995,35	597 213
CH0517825276	CS 0.65 14/01/28	1 000	1 000 000	99,98	999,78	999 778	996,12	996 118
XS1379171140	MS 1.75 11/3/24	1 200	1 200 000	103,98	1 039,80	1 247 760	1 052,52	1 263 026
XS2397367421	PEP 0.75 14/10/33	389	389 000	99,67	996,69	387 712	995,70	387 329
XS2404028230	MS 1.102 29/04/33	379	379 000	100,00	1 000,00	379 000	1 001,51	379 573
XS2404214020	PG 0.90% 04/11/41	300	300 000	100,90	1 008,95	302 685	977,91	293 372
XS2404642923	GS 0.875 09/05/29	976	976 000	99,93	999,29	975 307	1 004,21	980 109
XS1509006380	GS 1.25 01/05/25	1 500	1 500 000	102,87	1 028,73	1 543 095	1 034,07	1 551 106
XS1716243719	PM 0.625 08/11/24	900	900 000	101,28	1 012,80	911 520	1 013,24	911 920
XS1725633413	MCD 1.5 28/11/29	10	1 000 000	107,65	107 653,00	1 076 530	106 476,73	1 064 767
XS2345799089	BAC 0.583 24/08/28	2 476	2 476 000	100,40	1 004,02	2 485 954	1 000,00	2 475 991
XS1708161291	VZ 1.375 27/10/26	2 344	2 344 000	105,95	1 059,50	2 483 468	1 053,25	2 468 809
BE8324012978	CCBGBB 0.375 02/9/25	67	6 700 000	99,86	99 858,06	6 690 490	100 655,32	6 743 906
ES0505122111	PC METROVA .96 01/22	0						599 744
ES0505122103	PC METROV 0.63% 3/22	0						299 623
...								
sub-total		568 964	750 358 000			767 503 303		775 056 809
sub-total		5 314 318 255	1 519 882 060			1 556 308 891		1 601 297 443
2.3 - Derivados de negociação								
Sw aps								23 829 545
Futuros								4 533 392
...								
sub-total		0	0			0		28 362 937
2.4 - Derivados de cobertura								
...								
sub-total		0	0			0		0
total		99 703 198 873	1 575 048 660			3 639 815 160		3 854 019 673
3 - TOTAL GERAL		99 711 307 715	1 627 996 660			3 698 532 755		3 912 899 387

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.255.736 milhares euros e um total de capital próprio de 141.511 milhares euros, incluindo um resultado líquido de 24.647 milhares euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Justo valor de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidades quando o justo valor é através de reservas) <u>Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros, apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.22, 6 e 32 às demonstrações financeiras.</u> Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, no montante total de 3.901.826 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2021, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade. No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada. A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras. As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram: • A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros; • A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; • Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos adotados para a valorização adotada; • A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada; e • A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas <u>Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas, apresentadas nas notas anexas 2.6, 2.8, 2.22, 11 e 12 às demonstrações financeiras.</u> Em 31 de dezembro de 2021 a provisão matemática do ramo vida apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 611.839 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa ascende a 6.787 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 3.387.832 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço da Entidade. A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos <i>cash flows</i> futuros associados a cada contrato. Estes <i>cash flows</i> incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro. Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Entidade para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram: • A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; • A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento; • A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Entidade na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e • A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pela Entidade. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um período compreendido entre 2016 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu no dia 20 de dezembro de 2021 por deliberação por escrito do acionista único, para o triénio compreendido entre 2021 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

29 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC no. 904
Registado na CMVM com o nº 20160523

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2021

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2021, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no artº 420, nº 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As doze reuniões que o Conselho Fiscal realizou em 2021 e 2022 sobre a atividade e contas da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo algumas delas contado com a presença de membros da Administração, do responsável da Auditoria Interna, do Diretor do Departamento Financeiro, do Diretor do Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno, do Diretor do Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos, do Diretor do Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos de análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2021 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2021, várias atividades de acompanhamento e verificação de aspetos críticos na atuação da Companhia, das quais se destacam as que de seguida se apresentam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados, da análise das respetivas demonstrações financeiras e de outra documentação relevante, nomeadamente a de suporte aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação da Companhia. Neste âmbito, foi prestada especial atenção aos relatórios e atas dos comités de risco, de compliance e de controlo interno, não obstante a análise adicional realizada aos relatórios e atas de outros comités de seguimento e controlo da atividade, como sejam os comités de investimentos, de aprovação de produtos e de qualidade. Foram ainda mantidos contactos com a

Administração e outros responsáveis da Companhia, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal prestou também especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à adequabilidade da política de gestão de capital e ao exercício de autoavaliação prospetiva de riscos, consubstanciado no relatório ORSA para o triénio 2021-2023.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como os anexos e notas explicativas das mesmas, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se divulga que o restabelecimento da produção (subsequente aos impactos iniciais sobre a atividade devido à crise originada pela pandemia de Covid 19) verificada essencialmente a partir do segundo semestre de 2020, se manteve ao longo do ano 2021, evidenciando-se um crescimento anual nos prémios emitidos e contribuições para níveis próximos dos alcançados em 2019, com destaque para a produção ao nível dos contratos de investimento.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável, procedeu à análise da proposta de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e o número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, tendo emitido o correspondente parecer.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram ainda apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Companhia.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2021;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 30 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **AFONSO PEREIRA BARBOSA**
Num. de Identificação: 07813747
Data: 2022.03.30 17:26:10+01'00'

Afonso Pereira Barbosa (Presidente)

Assinado por: **Jorge Filipe Alves Gaspar**
Num. de Identificação: 08277360
Data: 2022.03.30 18:50:59+01'00'

Jorge Filipe Alves Gaspar (Vogal)

Assinado por: **José António Nogueira Veloso**
Num. de Identificação: 06464500
Data: 2022.03.30 18:33:17+01'00'

José António Nogueira Veloso (Vogal)

Relatório sobre a Estrutura e Práticas de Governo Societário

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

- a) O capital social da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, SA ("STS") é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA.
- b) A Santander Totta SGPS, SA é detida diretamente pelo Banco Santander SA em Espanha, mantendo-se a participação qualificada indiretamente detida pelo Banco Santander SA na Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, SA.
- c) As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

- d) Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
- e) Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
- f) A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

Foi eleito no final de 2019 o novo mandato 2019-2021 para o Conselho de Administração, após a aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e processo interno de avaliação da idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade, (*fit & proper*) cuja composição integrou a recondução de dois dos anteriores membros (incluindo o respectivo Presidente), e inclusão de um novo membro, conforme se segue:

- Nuno Miguel Frias Costa: Presidente, com funções executivas (recondução)

- Francisco del Cura Ayuso: Vogal, sem funções executivas (recondução)
- Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes¹: Vogal, com funções executivas (novo membro).

Em virtude da renúncia de Maria Cristina Beirão Reis de Melo Antunes, foi nomeado em 13 de outubro de 2021, um novo membro, conforme segue:

- Armindo Alberto Bordalo Escalda: Vogal, com funções não executivas, autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 28 de setembro de 2021.
- No início do ano 2022, designadamente no dia 24 de janeiro, Nuno Miguel Frias Costa renunciou às funções de Presidente do Conselho de Administração. Em virtude da renúncia, foi nomeado um novo membro, em 31 de janeiro de 2022, para Presidente do Conselho de Administração, com funções executivas, Manuela Vieira Marinho, autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 18 de janeiro de 2022 para o exercício transitório de funções para completar o mandato em curso 2019-2021.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

Foi eleito no final de 2021 o novo mandato 2021-2023 para o Conselho Fiscal, após a aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e processo interno de avaliação da idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade, (*fit & proper*) cuja composição integrou a nomeação de três novos membros efetivos (incluindo o respetivo Presidente), conforme se segue:

- Afonso Pereira Barbosa: Presidente
- José António Nogueira Veloso: Vogal
- Jorge Filipe Alves Gaspar: Vogal

Foi autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 15 de fevereiro de 2022 o suplente do Conselho Fiscal José Duarte Assunção Dias.

Foi ainda eleito no final de 2021 o novo mandato 2021-2023 do Revisor Oficial de Contas, após aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e processo

¹ Renunciou a 27 de janeiro de 2021

interno de avaliação da idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade, (*fit & proper*), conforme se segue:

- PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Fernando Manuel Miguel Henriques.
- g) Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

- h) As principais áreas organizacionais da Sociedade são:

- **Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos:** estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único. Assegura o acompanhamento de gestão de carteiras com a Santander Asset Management. Assegura ainda a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.
- **Departamento Financeiro:** assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura os Pagamentos aos Fornecedores e aos clientes bem como a gestão de cobranças.
- **Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital:** assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II e em coordenação com a Área de Riscos; Apura e reporta trimestralmente o requisito de capital (“SCR”) da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor; Elabora a estimativa dos fluxos futuros das responsabilidades (*Cash flows*), nos produtos de taxa garantida, utilizados na análise ALM - *Asset-Liability Management*; Coordena e acompanha a operação Sella; Assegura a implementação e seguimento da Política de Qualidade de Dados.

- **Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno:** assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental. Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos. Validação do cálculo do Rácio de Solvência, necessidades de capital e requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Elaboração e reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões da informação qualitativa prevista em Solvência II. Assegurar as validações e reportes previstos na legislação em vigor para a Função Atuarial. Assegurar a atualização permanente e a certificação do Modelo de Controlo Interno de acordo com as orientações do Grupo Santander, a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a análise das incidências detetadas e seguimento dos planos de ação definidos para a resolução das mesmas.
- **Departamento de Qualidade, Contencioso, Compliance e Operações de Vida Risco:** promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações e de Contencioso da Sociedade. Assegura, todos os processos de Compliance localmente em apoio ao Compliance Officer da Companhia, incluindo assegurar a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, com identificação das áreas / colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento e assegurar atempada informação de todas as alterações ocorridas. Elabora normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco. Este departamento é ainda responsável pela assessoria jurídica geral e de Governo da Sociedade. Na área Operacional (Vida Risco) é assegurado o adequado processamento das operações de seguros de Vida Risco nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de Sinistros.

i) Modelo global de governo da sociedade

O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores.

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes.

- **Comité de Compliance:** procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.

- **Comité de Riscos:** supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o apetite por risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Geral de Risco.
- **Comité de Controlo Interno:** monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.
- **Comité de Investimentos:** monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- **Comité de Aprovação de Produtos:** aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulatórias aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.
- **Comité de Qualidade:** análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, bem como estabelece Projetos de Melhoria de Qualidade e promove o seu seguimento.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro e no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2019-2021 por Deliberação Unânime por escrito datada de 26-03-2019, tendo atualmente a seguinte composição:

Presidente: Manuel António Amaral Franco Preto

Vogais: Sara Eusébio da Fonseca

Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto na Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade a vigorar durante esse ano

A política remuneratória da Sociedade enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor constitui o Anexo 1 desta Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital.

A presente Declaração informa acerca do cumprimento pela Política dos diversos requisitos colocados pelo direito português, propondo aos acionistas da sociedade a sua aprovação formal.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.
- h) Integração de riscos em matéria de sustentabilidade na atividade da empresa nas suas múltiplas dimensões, em alinhamento com as regras estabelecidas no Regulamento (UE) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, o qual estabelece regras harmonizadas de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado financeiro no que se refere à integração, na sua atividade, dos riscos em matéria de sustentabilidade e à prestação de informações relacionadas com a sustentabilidade em relação a produtos financeiros, considerando-se “riscos em matéria de sustentabilidade”, os acontecimentos ou condições de natureza ambiental, social ou de governação (“ESG – Environmental, Social and Governance aspects”), cuja ocorrência é suscetível de provocar um impacto negativo significativo efetivo ou potencial no valor do investimento.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, por Administrador da Santander Totta SGPS, relativamente ao Presidente do Conselho de Administração.
- c) Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção em outras entidades do Grupo, podem ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2020, uma parcela inferior a 33% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- d) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- e) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- f) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- g) A fixação do valor da remuneração variável terá e, consideração um conjunto de parâmetros em matéria de sustentabilidade aplicáveis no médio e longo prazo, de acordo com as políticas de integração dos riscos em matéria de sustentabilidade implementadas pela Empresa, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da sociedade e do setor financeiro em particular.

2.1.1. Determinação da Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores executivos é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da pool disponível

para o efeito, nos termos definidos na Política, constante no Anexo 1, designadamente na sua secção 5.4

Os objetivos gerais para o ano de 2021 são os que constam do Anexo 2, que fazem parte da Declaração para todos os efeitos.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos membros da Comissão Executiva e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

2.1.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2022 e parte diferida em três anos, observados os seguintes parâmetros:
 - a. 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2022, em dinheiro e em ações;
 - b. O remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.
- c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes (nomeadamente tendo em conta decisões com impacto negativo em matérias de sustentabilidade). A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2017, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2018, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2019, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2020, foi paga em 2021 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

3. Benefícios

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Totta Seguros

Em 2020 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Santander Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2021.

IV. Aspetos complementares

Não foi posta em prática em 2020 nem se prevê para 2021, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2020, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2021.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Esta política foi revista à luz das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora. Nessa medida, detalha-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, tendo-se acrescentado este requisito ainda da Política de subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa, 17 maio de 2021

Relatório de Avaliação da Política de Remuneração pelas Funções Chave

9 de Fevereiro de 2021

Nos termos e para os efeitos do disposto na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF), designadamente no seu capítulo VI. Relativo à avaliação da Política de Remuneração, a política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.

Esta avaliação deve incluir designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.

Esta avaliação será apresentada ao órgão de administração e à Comissão de Vencimentos da Sociedade na forma do presente Relatório e que contém os resultados da análise à política de remunerações, sendo nomeadamente identificadas, caso aplicável, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das recomendações da Circular.

Da análise concluiu-se que:

- Se encontra estabelecido que as políticas de retribuição são compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não serão atribuídos incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital;
- Se reafirma a consistência da política remuneratória com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- As práticas remuneratórias consagradas na política se encontram alinhadas com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos:
- A mesma se encontra formalmente alinhada com a Política de Remunerações do Grupo Santander.

E por consequência a política se encontra alinhada com o princípio de uma correta gestão de riscos e do capital.

Por outro lado, não tendo ocorrido, desde a última revisão, alterações nas disposições legais ou regulamentares aplicáveis, bem como nas políticas corporativas relevantes, mantém-se o entendimento de que a Política está em conformidade com o regime aplicável, assegurando designadamente:

- i. A existência de princípios orientadores claros e alinhados com os interesses de longo prazo da STS e dos seus colaboradores e concretamente com
 - a. uma gestão adequada e eficaz de riscos, evitando exposição excessiva ao risco e conflitos de interesses;
 - b. a promoção da continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente:
 - i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si;
 - ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável;
 - iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- ii. A existência de métricas e indicadores qualitativos, com especial incidência na vertente variável, não garantida, da remuneração (também sujeita a regimes de *Malus* e *Clawback* a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes, nomeadamente tendo em conta decisões com impacto negativo em matérias de sustentabilidade).

Em matéria de remuneração da força de vendas, tendo presente o modelo de comercialização vigente, vigoram também as políticas e procedimentos do Banco.

Assim, não se consideram existir insuficiências à luz das recomendações plasmadas na Circular não sendo por conseguinte, propostas quaisquer medidas de correcção.

Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções Chave

Nos termos e para os efeitos do disposto na Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (Diário da República, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da Sociedade.

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, de Gestão de Riscos, de Controlo de Cumprimento (Compliance Officer) e Auditoria Interna.

Na Santander Totta Seguros, a designação dos responsáveis das funções de controlo é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante, os responsáveis designados pela Sociedade possam acumular o exercício de análogas funções em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor é o Anexo 1 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções-chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de trabalhadores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;

- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;

- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;

- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;

- f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular,

a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da Circular 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares de funções-chave enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respectivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- c) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções de controlo o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;
- d) Os responsáveis pelas funções de Cumprimento (Compliance Officer) e Auditoria Interna, dado exercerem funções transversalmente no Grupo Santander, auferem remunerações pagas por outra entidade do Grupo e não são remunerados pela Sociedade, aplicando-se a presente Política às restantes funções-chave.

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar, em 2021, uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1.1. Determinação da Remuneração Variável

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos descritos no Anexo 2.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;

2.1.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2022 e parte diferida em três anos, observados os seguintes parâmetros:

a. 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2022, em dinheiro e em ações;

b. O remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.

b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.

c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Relativamente aos Titulares das funções chave com vínculo laboral à Sociedade não se encontram por pagar parcelas diferidas, uma vez que a remuneração variável foi inferior a 50.000 euros, e por isso não sujeita a diferimento.

Quanto aos titulares das funções chave com vínculo laboral ao identifica-se o seguinte:

Da remuneração variável de 2017, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2018, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2019, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2020, foi paga em 2021 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

IV. Aspetos complementares

Não se prevê para 2021, a atribuição de planos de opções.

Não é previsível que durante o ano de 2021 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão de funções-chave.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes titulares, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção das recomendações constantes do Capítulo V da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 19 de maio de 2021